

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JACQUELINE WAHBEH

CONSTRUÇÕES FÍSICAS E NARRATIVAS: A ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DOS  
DIREITOS HUMANOS DA UNIÃO AFRICANA (MDHUA) EM ADIS ABEBA, ETIÓPIA  
(2004-2012)

CURITIBA

2023

JACQUELINE WAHBEH

CONSTRUÇÕES FÍSICAS E NARRATIVAS: A ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DOS  
DIREITOS HUMANOS DA UNIÃO AFRICANA (MDHUA) EM ADIS ABEBA, ETIÓPIA  
(2004-2012)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em  
História, Setor de Ciências Humanas, Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Hector Guerra Hernandez

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Wahbeh, Jacqueline

Construções físicas e narrativas : a elaboração do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana (MDHUA) em Adis Abeba, Etiópia (2004-2012). / Jacqueline Whabeh. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Hector Guerra Hernandez.

1. Direitos humanos. 2. Genocídio – África. 3. Etiópia - História. 4. Adis Abeba (Etiópia) - Urbanização. 5 União Africana. I. Guerra Hernandez, Hector, 1969-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JACQUELINE WAHBEH** intitulada: **CONSTRUÇÕES FÍSICAS E NARRATIVAS: A elaboração do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana (MDHUA) em Adis Abeba, Etiópia (2004-2012)**, sob orientação do Prof. Dr. HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 22 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

22/08/2023 17:49:34.0

HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

23/08/2023 08:31:37.0

PATRICIA TEIXEIRA SANTOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

22/08/2023 18:11:54.0

LORENZO GUSTAVO MACAGNO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Dedico esta dissertação a todos aqueles que sem uma  
pátria, terão para sempre a sua memória.  
À minha avó Marli e minha mãe Cristiane.*

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos com uma pequena historinha sobre as minhas origens pra tentar lembrar meu pai do valor que sua vida tem para todos nós. Tudo começou ainda em 1990, quando ele, Michel, resolveu sair de Israel para ser um imigrante no Brasil. Aqui conheceu minha mãe que decidiu que ele e meus irmãos – que na época, sem documentos e sem conhecimento do português – não passariam por nada sozinhos. O pertencimento de todos nós enquanto uma família brasileira, foi e ainda é sua razão maior. Obrigada pela força e dedicação, mãe. Eu nasci como a primeira Wahbeh brasileira, título que meu pai comemorou muito, pois naquela ocasião, garantiu a ele e a nossa família o direito de permanecer aqui, unida, e desde então eu aprendi sobre o valor de pertencer a uma nação e o papel do estado nisso. Quem me conhece sabe que a ponte Jerusalém – Curitiba permaneceu enquanto imaginário, memória e experiência compartilhados por mim e minha família, e na infância eu amava ouvir as histórias contadas pelo pai e ver o sem fim de fotografias trazidas por ele da sua terra, era nossa diversão de domingo. Eu acreditava nas suas explicações sobre a origem da nossa família que iam desde um suposto vínculo cruzadista para Jerusalém, até o pertencimento à via dolorosa e as linhagens cristãs mais antigas, eu cresci acreditando que a história me pertencia enquanto destino. Diferentemente do meu pai, meu avô e avó buscaram asilo em outro país, e na lembrança deles, o pertencimento à sua pátria se encerrou ainda em 1948 e nunca mais foi retomado, dor que a memória deles nunca permitiu esquecer. Com o nascimento de minha sobrinha, Julia, minha paixão, celebramos o início da segunda geração de Wahbeh brasileiros. Mas infelizmente, para meu pai o pertencimento já não opera enquanto realidade, e hoje, sem documentos oficiais brasileiros e israelense, enquadra-se como apátrida, porém ainda orgulhosamente ressalta que nada jamais mudará de onde ele vem, quem ele é e quem nós somos.

Ao realizar esta pesquisa de mestrado em história, de forma gratuita e com financiamento da CAPES, recebendo total apoio dos meus familiares, cercada pelo carinho deles, de minhas amigas e amigos, sinto a necessidade de agradecer pela oportunidade e liberdade – condicionada as estruturas acadêmicas – que me permitem sentir parte contribuinte da história ao exercitar a escrita da memória e de diretos tão sensíveis e importantes. O conforto de ter para onde voltar e com quem contar foi o que me permitiu chegar até aqui e ir adiante, muito obrigada a cada um de vocês. Cito aqui minha avó Marli, quem me ensinou o valor da educação e do trabalho, você é a dona do meu coração e minha maior inspiração, minha irmã Nadine e meus irmãos Eduardo e George, eu não saberia ser tão

feliz se não pudesse dividir tudo com vocês. A minha amiga Giovanna Lombardi, agradeço pelo tempo que reserva pra mim no seu dia a dia desde sempre, ver o seu sucesso e as suas conquistas me fortalecem. Ao Rafael Munhoz, meu coração se alegra em saber que os primeiros olhos que percorrem esse texto foram os seus – sem contar os do Caiçara, meu eterno companheirinho felino – você sabe do valor que tem pra mim e para o resultado desse trabalho, elaborado no cotidiano da nossa convivência. Por fim, agradeço ao meu orientador Hector Guerra, que mesmo em meio a pandemia e minha desmotivação, nunca me permitiu desistir desse projeto e me concedeu todo o aporte acadêmico e até suporte emocional nos momentos de crise. Estendo esse agradecimento a linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa, a AMENA, que nos acolheu tão prontamente.

The uprooted

If 1988 was the year of the peacemaker, it was also the year of refugee. As armies around the world turned slowly homeward, they left a residue of shattered lives. In makeshift camps, in lands that are not their own, sit the civilians who fled their homes to escape. there they live out an empty life out of a routine of subsistence, illness and despair. there are now 14 million refugees worldwide. Their spirit of survival, a quiet dignity, in the face of almost total loss.

Michel Wahbeh, 1988 - The Year of 1988.



## RESUMO

Em 2004 a União Africana (UA) em reunião executiva do Comitê de Representantes Permanentes deliberou a construção do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana (MDHUA) inaugurado em 2012, na capital da Etiópia a cidade de Addis Ababa, esta dissertação buscou entender as dinâmicas envolvidas entre esse projeto de memorialização, a diplomacia africana e a história da Etiópia. Desde sua criação em 1963, a sede da Organização da Unidade Africana (OUA) dividiu o terreno com a prisão central etíope conhecida por *Alem Bekagn*, e o início dos anos 2000, foi marcado por mudanças institucionais envolvendo a transição em 2002 da OUA passando a ser União Africana (UA) que nesse contexto, recebeu do governo etíope a possibilidade de englobar como parte de sua sede o antigo prédio prisional, e transformaria parte dele no MDHUA. Diante disso, buscaremos entender a decisão da União Africana em criar o memorial nesse espaço considerando as relações do passado entre a Organização da Unidade Africana e a antiga prisão nacional, palco de inúmeros abusos dos direitos humanos cometidos no país, bem como, as tensões internacionais às quais esse projeto esteve subsumido. Através do estudo dos documentos oficiais do bloco africano, identificamos as principais divergências envolvidas entre os chefes de estado no continente e os interesses comuns articulados na arena internacional. Buscamos nos conceitos metodológicos para o estudo da memória e processo de memorialização em sociedades pós-conflito, ferramentas para nossa análise. Inicialmente, realizamos uma digressão histórica quanto a formação da instituição africana sediada na capital da Etiópia e sua relação com a urbanização e diplomacia local, posteriormente, trabalhamos aspectos da relação institucional da organização com os direitos humanos, e também, de sua transição de OUA para UA. Especificamente a respeito do memorial estudado, partimos do conceito de crime de Genocídio por nos possibilitar inferir quanto a polissemia de sentido do MDHUA ao vincular a história etíope, a do bloco e das relações internacionais estabelecidas. Para então investigarmos as inda e vindas desse projeto que acabou demolindo o local da antiga prisão que seria destinado a abrigar o museu memorial. Por fim, percebemos esse projeto de memorialização como a possibilidade de compreendermos as tensões políticas, sociais, e econômicas envolvidas em sua formação, partindo do contexto histórico anterior a sua elaboração, considerando o debate público memorial etíope e a opinião pública das arenas intercontinental africana e internacional mundial.

Palavras-chave: Memorialização; Direitos Humanos e Genocídio; História da Diplomacia Africana; Urbanização de Adis Abeba; Terror Vermelho.

## ABSTRACT

In 2004 the African Union (AU) in an executive meeting of the Committee of Permanent Representatives deliberated the construction of the Human Rights Memorial of the African Union (MDHUA) inaugurated in 2012, in the capital of Ethiopia, the city of Addis Ababa, this dissertation sought to understand the dynamics involved between this memorialization project, African diplomacy and Ethiopian history. Since its creation in 1963, the headquarters of the Organization of African Unity (OAU) has shared land with the Ethiopian central prison known as Alem Bekagn, and the early 2000s were marked by institutional changes involving the transition in 2002 from the OAU to being the African Union (AU) which, in this context, received from the Ethiopian government the possibility of including the former prison building as part of its headquarters, and would transform part of it into the MDHUA. In view of this, we will seek to understand the decision of the African Union to create the memorial in this space, considering the past relations between the Organization of African Unity and the former national prison, the scene of numerous human rights abuses committed in the country, as well as international tensions. to which this project was subsumed. Through the study of the official documents of the African bloc, we identified the main divergences involved between the heads of state in the continent and the common interests articulated in the international arena. We seek in methodological concepts for the study of memory and memorialization process in post-conflict societies, tools for our analysis. Initially, we carried out a historical digression regarding the formation of the African institution based in the capital of Ethiopia and its relationship with urbanization and local diplomacy, later, we worked on aspects of the institutional relationship of the organization with human rights, and also, its transition from OAU to AU. Specifically, regarding the memorial studied, we start from the concept of the crime of Genocide, as it allows us to infer the polysemy of meaning of the MDHUA by linking Ethiopian history, that of the bloc and established international relations. Then we investigate the comings and goings of this project that ended up demolishing the site of the old prison that would be destined to house the memorial museum. Finally, we perceive this memorialization project as the possibility of understanding the political, social, and economic tensions involved in its formation, starting from the historical context prior to its elaboration, considering the Ethiopian memorial public debate and the public opinion of the African intercontinental arenas as well worldwide.

Keywords: Memorialization; Human Rights and Genocide; History of African Diplomacy; Urbanization of Addis Ababa; Red Terror.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia Haile Selassie discursando na Liga das Nações, 1936. ....	49
Figura 2 – Mapa 1 – Divisões administrativas da Etiópia, 1974. ....	54
Figura 3 – Mapa 2 – As ruas de Addis Abeba, início dos anos 1970 ( <i>Ethiopian Mapping Authority</i> ). ....	59
Figura 4 – Fotografia Imperador Haile Selassie realizando o discurso de abertura da primeira sessão da Comissão Econômica para a África no prédio do parlamento em Adis Abeba, 1958. ....	61
Figura 5 – Fotografia da vista aérea do prédio Africa Hall, finalizado em 1961. ....	62
Figura 6 – Placa de Mármore - Africa Hall, 1961. ....	63
Figura 7 – Fotografia. Planta modelo do Africa Hall observada pelo imperador Haile Selassie e o arquiteto Arturo Mezzedimi, 1961. ....	64
Figura 8 – Mapa 3: As Independências Africanas. ....	78
Figura 9 – Fotografia Kwame Nkrumah e Rainha Elizabeth II, Gana 1961. ....	87
Figura 10 – Tabela 1 – Grupos e organizações africanas (1945 - 1963). ....	96
Figura 11 – Fotografia Cúpula de Adis Abeba, 1963. ....	99
Figura 12 – Fotografia Lançamento da União Africana, Durban, 2002. ....	109
Figura 13 – Fotografia Revelação da Pedra Inaugural – Memorial dos Direitos Humanos da União Africana, 2012. ....	128
Figura 14 – Fotografia “A nova União Africana construída no local da antiga prisão central da cidade, conhecida pelos etíopes como Alem Bekagn” 2012. ....	134
Figura 15 – Fotografia Pedra Fundacional do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana, 2012. ....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABAKO	- Alliance of Bakongo
DERG	- Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial
FLE	- Frente de Libertação da Eritreia
FLO	- Frente de Libertação Oromo
FPLT	- Frente Popular de Libertação Tigré
MDHUA	- Memorial dos Direitos Humanos da União Africana
MEISON	- Movimento Socialista Pan-Etíope
MNC	- Movimento Nacional Congolês
NEPAD	- New Partnership for Africa's Development
OUA	- Organização da Unidade Africana
PRPE	- Partido Revolucionário do Povo Etíope
UA	- União Africana
UAM	- União Africana e Malgaxe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA ETIÓPIA: A HISTORIOGRAFIA ENTRE O PASSADO E O NACIONALISMO. ....</b>	<b>37</b>
1.1 ENTRE A ETIÓPIA E A UNIÃO AFRICANA: AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DE UM PASSADO INCONCILIÁVEL .....	45
1.2 - ETIÓPIA COSMOPOLITA: POR QUE ESSA CAPITAL? .....	58
<b>2 CAPÍTULO II – ÁFRICA E AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>76</b>
2.1 CONEXÕES ENTRE INDEPENDÊNCIA, SOBERANIA E DIPLOMACIA. ....	78
2.2 DA OUA PARA UA: O QUE MUDOU ALÉM DO ACRÔNIMO? .....	102
<b>3 CAPÍTULO III – O MEMORIAL POLISSÊMICO.....</b>	<b>117</b>
3.1 O GENOCÍDIO E SUAS DESAMBIGUAÇÕES .....	120
3.2 MEMÓRIA ENTERRADA, TESTEMUNHO E O MDHUA: O ESFORÇO DA MEMORIALIZAÇÃO E A POLÍTICA INTERNACIONAL AFRICANA.....	124
3.3 RADIOGRAFIA DE UM MEMORIAL: INVESTIGANDO A POLISSEMIA NOS DOCUMENTOS DO MDHUA .....	131
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>DOCUMENTOS.....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

Começo esta dissertação em primeira pessoa para me explicar: a primeira inquietação que originou esta pesquisa de mestrado, surgiu enquanto lia a obra *To Kill A Generation*, publicada em 1989, sob o pseudônimo de Babile Tola um sobrevivente do Terror Vermelho. Tudo começou como leituras sobre o tema central de minha monografia, o período da Revolução etíope de 1974, e nessa literatura, uma das denúncias feita pelo autor chamou minha atenção para o cotidiano da violência política e as instituições internacionais. Ao apontar para as situações paradoxais que vivenciei naquele período, em uma de suas referências mencionou com expressa indignação a atuação da Organização da União Africana frente a fuga dos presos etíopes de uma prisão localizada em frente ao prédio da organização. As razões de suas críticas recaíam sobre a ação da OUA, que nessas ocasiões, optou por devolver as autoridades do estado, essas pessoas que recorriam ao local em busca de ajuda e denunciavam as situações em que viviam na prisão. Pesquisando mais informações a respeito da prisão, da OUA sendo a atuação diplomática africana e como essa situação se engendrava a todo o contexto etíope daquele período do terror com o processo de transição democrática a partir dos anos 1990. Me deparei com o bloco, agora enquanto União Africana, inaugurando sua nova sede e coincidentemente ou não, era o local daquela prisão do livro.

Fugindo de uma interpretação que entendesse o projeto de memorialização da UA somente como uma reparação quanto sua atuação no passado, uma atitude de sentido simbólico ou ação furtiva da organização, a intenção almejada foi de compreender uma problemática maior entre a formação do bloco internacional africano em convergência com as lutas por independência no continente e a importância de se considerar a memória coletiva após os conflitos. Entendemos que entre essas disputas e negociações políticas, elaborações físicas e narrativas foram produzidas – o memorial e seu projeto são os elementos do caso que analisaremos aqui. Pois, identificamos ser um caminho analítico para a compreensão do significado histórico da memorialização a para diplomacia africana e a história da Etiópia

A requisito das análises produzidas pela ciência histórica, existem algumas desambiguações conceituais necessárias para que possamos prosseguir nosso estudo, abordaremos então, a memória e sua dimensão coletiva, os lugares de memória, o processo de memorialização em sociedades pós-conflito, o contexto da justiça transicional, os direitos humanos e o crime de genocídio. Considerando isso, ao longo dessa introdução perpassaremos alguns títulos consideramos referência metodológica para essas conceitualizações, abordaremos também produções contemporâneas buscando contribuir e

inserir essa pesquisa no debate acadêmico. Propomos não confundir história com memória, mesmo que ao buscarmos as narrativas produzidas ao longo da memorialização, as identificamos como componente do dicionário social para o passado nacional. Isto é, escrevem uma história coletiva para o país baseada na memória nacional que se combina com as experiências da subjetividade, e nesse caso, dizem respeito ao sofrimento social. Propomos analisar as construções físicas e narrativas entorno do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana, através de seus elementos enunciados e edificados, investigando as intersecções presentes entre o estado, a história nacional, as instituições e a sociedade civil nos espaços de memória.

Desde 2004, o dia 7 de abril foi considerado oficialmente como a data internacional de reflexão e prevenção ao genocídio no calendário dos feriados da União Africana<sup>1</sup> e, por sua recomendação, da Organização das Nações Unidas (ONU) também. Dedicada especialmente as “Comemorações do Genocídio contra os Tutsi em Ruanda, 1994” esse estabelecimento correspondeu ao décimo aniversário do ocorrido e integrou parte das medidas ratificadas pelo bloco africano, que naquela ocasião era a Organização da Unidade Africana (OUA). Atuando em conformidade com as indicações presentes na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948, relatou-se que essas medidas buscavam “garantir que não haja repetição de eventos como o ocorrido em Ruanda em 1994”<sup>2</sup>. Entre os meios propostos para se comemorar a data e estabelecer esse compromisso, ocorreu a deliberação em 07 de abril de 2004 referente a criação de um memorial permanente na sede principal da UA, na capital etíope, Adis Abeba.

As preocupações sobre a prevenção ao genocídio e a defesa aos direitos humanos no continente africano compreenderam marcos como a Escravidão, o Colonialismo, o *Apartheid* na África do Sul, o Genocídio em Ruanda e o Terror Vermelho na Etiópia. Tais balizas foram listadas<sup>3</sup> pela União Africana (UA) quanto as relações históricas que no continente, colocaram em foco a necessidade de reconhecer a responsabilidade em sua atuação, igualmente a dos países membros, em relação as falhas cometidas na proteção dos direitos humanos para todos os africanos.

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis em: <<https://au.int/en/au-holidays>> Acessado em: 03/06/2023.

<sup>2</sup> As traduções dessa dissertação são de autoria própria. No original: “to ensure that there is no repetition of events of the kind that occurred in Rwanda in 1994”. Informações disponíveis em: <<https://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/day-of-reflection.shtml>> Acessado em: 03/06/2023.

<sup>3</sup> A citação conservou a ordem e tradução literal dos termos, conforme apresentados no site da instituição. Informações disponíveis em: <<https://au.int/en/auhrm>> Acessado em: 03/06/2023.

O objeto de estudo desta dissertação buscou examinar o significado histórico da criação do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana (MDHUA) considerando que sua construção envolveu a transformação do prédio prisional da capital etíope, conhecida por *Alem Bekagn*<sup>4</sup>, em sua sede e também da União Africana. Adjacente a essa mudança espacial, compreendemos ser necessário considerar outra transformação do período: a da Organização da Unidade Africana (1963-2002) em União Africana (2002-Atual). Como apontado pelo título, o recorte temporal compreendeu os anos de 2004 a 2012, partindo da criação – ou a primeira menção e ratificação do projeto – do memorial até o ano de sua inauguração. Expandimos nossas considerações enquanto o contexto analisado, no entanto, compreendemos que o ano de criação da unidade africana ainda em 1963, demarcou as bases sob as quais a instituição e atuação, seus princípios e projetos foram guiados.

O processo de criação e posteriormente, de transição entre OUA para UA e igualmente o projeto do MDHUA, foram registrados por relatórios, tratados discursos e documentos oficiais que constituem o escopo documental desta pesquisa. Em sua maioria, eles estão disponíveis em ao menos 2 a 4 idiomas, sendo eles o inglês, francês, árabe e português. Para elaboração dessa dissertação, esses documentos foram analisados, devidamente referenciados e todos eles acessados através do repositório digital<sup>5</sup> da organização.

A seleção das fontes abarcou documentos assinados pelos Chefes de Estado ou pela Comissão de Representantes Permanentes e o Conselho Executivo da organização, ademais, os documentos privilegiados enquadram-se no recorte temporal estabelecido, e o contexto maior da virada do século XX para o XXI, o de criação da organização. Citam-se a *Declaração de Sirte*<sup>6</sup> (1999), o *Ato Constitutivo*<sup>7</sup> (2000), a e *Declaração de Durban*<sup>8</sup> (2002) que tratam da transformação institucional de OUA para UA. Quanto ao Memorial, a primeira deliberação de sua construção ocorreu no relatório<sup>9</sup> a respeito da *Comemoração do 10º*

---

<sup>4</sup> Alem Bekagn foi um nome atribuído ao local pela experiência social, e em tradução do amárico significa “adeus ao mundo”.

<sup>5</sup> Link para o acervo digital da instituição o *African Union Common Repository*: <<https://archives.au.int/>>. Acessado em: 03/06/2023.

<sup>6</sup> UNIÃO AFRICANA. Declaração Sirte. Sirte: Líbia, 1999. Presente no relatório geral “INTRODUCTORY REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL”.

<sup>7</sup> UNIÃO AFRICANA. Acto Constitutivo da União Africana. Lomé: Togo, 11 de julho de 2000. Documento inaugural da União Africana, de responsabilidade dos Chefes de Estado da ainda Organização da Unidade Africana.

<sup>8</sup> UNIÃO AFRICANA. Declaração de Durban: Primeira Sessão Ordinária da União Africana. Durban: África do Sul, 10 de julho de 2002.

<sup>9</sup> UNIÃO AFRICANA. Relatório do Presidente do Conselho Executivo sobre a Comemoração do Genocídio no Ruanda – 7 de abril de 2004.



*Aniversário do Genocídio de Ruanda em 7 de abril de 2004*, sendo parte das celebrações oficiais contra o genocídio no calendário da UA.

Na sequência dessa mudança entre OUA para UA, a instituição resolveu construir uma nova sede em local concedido pelo estado etíope, o da antiga prisão central, localizada no meu quarteirão do então edifício da OUA. Nessa ocasião, previa-se manter parte do antigo prédio prisional integrando o projeto memorial, com a intenção de garantir a ampliação para o novo prédio da instituição e a transferência do centro prisional para uma região mais afastada da cidade enquanto aspecto físico do projeto. Sobre a memória e o passado, o objetivo foi de fundamentalmente, garantir a homenagem às vítimas de violações ocorridas nesse local. Conforme o relatório, o espaço seria nomeado como *Genocide Memorial Museum (Alem Bekagn Memorial)* destinado a preservar a memória de crimes contra os direitos humanos e de genocídio, em especial o caso do terror vermelho, representando o compromisso da UA através da comissão de Adis Abeba. Ações similares também estavam em curso como a inauguração do Memorial do Genocídio de Kigali capital de Ruanda, no Fórum sobre o Genocídio ruandês em Londres, na Cidade do Cabo capital da África do Sul e pelo Programa África e o Projeto de Prevenção à Conflitos em Washington, Estados Unidos (UA, 2004, p.3).

Percebemos como importante ponto de inflexão o uso, e posterior descarte, do termo genocídio para nomear o museu memorial. Nos referimos como inflexão por compreendermos como uma mudança na entonação, direção, determinação que se deu à essa construção e seu objetivo juntamente com essa escolha. Compreendemos que, após a Segunda Guerra Mundial, o uso do termo genocídio buscou englobar aspectos dos quais os conceitos de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de agressão ou crime contra a paz, eram insuficientes. Para o pesquisador da área das relações internacionais com foco nos estudos sobre genocídio, o australiano Anthony Dirk Moses, em sua obra *The problems of Genocide: Permanent Security and the Language of Transgression* (2021) o conceito legal de genocídio chamou atenção para o assassinato em massa perpetrado por governos. Confrontando assim, a perspectiva normativa quanto a imunidade civil à ataques militares. Em contrapartida, o autor apontou para a hierarquia implícita na lei internacional criminal do genocídio, enfatizando que ela implicou em limitar o reconhecimento de outros tipos de mortes de civis causadas por forças do estado. Isto pois, assim como o sociólogo argentino Daniel Feierstein (2014) identificou, Moses também destacou que, diferentemente dos anseios de Raphael Lemkin (1900-1959), do Congresso Judaico Mundial e do interesse das *small nations* ocupadas pela Alemanha Nazista, o conceito de genocídio convencionado pela ONU em 1948, assegurou

com mais afinco as limitações propostas pelas potências da época como a França, a Inglaterra e a União Soviética para as definições legais do crime.

Moses (2021) identificou nos parâmetros legais definidos para o crime de genocídio em conformidade com os interesses dos países que ele nomeou como as nações menores, a busca por um apelo que fosse além da categoria de crimes contra humanidade, termo que debutou nas relações internacionais em 1915 em uma nota da Entente frente ao tratamento do Império Otomano aos civis Armênios (MOSES, 2021, p.201-202). A experiência histórica que se buscava reconhecer ao nomear esses crimes, transcendia aquilo que estava contido em crimes contra a humanidade. Diante disso, o estudioso australiano argumentou que o conceito de genocídio superou o de crimes contra a humanidade somente enquanto força retórica considerando essa diferença. Além disso, constatou a limitação do conceito internacional frente a soberania interna dos estados.

O interesse das grandes potências em restringir a imputação legal do crime as leis domésticas, e a exclusão da liquidação de grupos políticos e de motivações políticas da definição de crime de genocídio, era permissiva ao estado e seu monopólio da violência política. Ainda que a definição para os parâmetros legais do crime de genocídio, estabelecidos pela (ONU) na Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1948, tenha levado em consideração o conceito do advogado Raphael Lemkin, essa disposição definiu o crime pela circunstancia da morte da vítima, sendo reconhecida como parte de um genocídio, somente quando a morte for motivada por questões étnicas, raciais e religiosas.

Legalmente, a exclusão da causa política como crime de genocídio reverberou como ponto focal dos julgamentos do Terror Vermelho promovidos pela Procuradoria Especial (PE)<sup>10</sup> na Etiópia, órgão criado ainda em 1992, pelo governo de transição para julgar os crimes cometidos pelo regime anterior. A pressão política internacional e as movimentações sociais internas refletiram a disparidade entre os conceitos jurídicos as experiências entre crime, sociedade, governo no que tange a opinião pública, ponto que ainda aprofundaremos ao longo desta dissertação por estar diretamente relacionado a inflexão quanto ao uso do termo genocídio para nomear o museu memorial da UA. Ressaltando a concomitância ao processo legal das autoridades etíopes envolvidas nos crimes do período militar, e lembrando que, a primeira sentença por crime de genocídio ocorreu em 1998 referente ao caso do extermínio Tutsi em Ruanda de 1994.

---

<sup>10</sup> No original: Special Prosecutor's Office (SPO).

Historicamente, podemos considerar que os direitos humanos adentraram a política africana quando o colonialismo foi retirado. E o processo dessa expulsão, se confundiu com o da soberania dos estados em África. Conforme a declaração oficial<sup>11</sup> publicada em 2016, sobre o projeto do memorial, entre os principais objetivos do novo começo enquanto UA era tornar o bloco internacional africano baseado na proteção das pessoas, argumentando que sua predecessora, a OUA não concentrava o direito de intervir nas questões políticas dos estados membros. Em 1963, os líderes de todos os Estados independentes do continente concordaram com a criação de um bloco internacional africano nomeado de Organização da Unidade Africana, e nesse momento, locais foram destinados a abrigar esses encontros políticos. Nesse momento, o edifício *Africa Hall*, sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA) foi o local escolhido pelo então imperador etíope Haile Selassie, para o lançamento e assinatura da Carta da OUA, estabelecendo suas principais características, preocupações e princípios. Nesse interim, percebermos as investidas do chefe de estado etíope em assegurar enquanto capital da diplomacia africana, a cidade de Adis Abeba. Logo, o local para sua sede foi definido nessa ocasião, sendo a capital etíope, e a região da cidade na qual o prédio destinado para abrigar a OUA localizava-se, ficava no mesmo quarteirão da prisão Alem Bekagn.

A renovação da UA (entre 1999-2002) foi antecedida pelo Governo de Transição na Etiópia (1991-1995), processo que demarcou a democratização da política etíope e a criação de ações para julgar e punir os culpados pelos abusos cometidos no regime anterior. E ao mesmo tempo, garantir as vítimas e sobreviventes o direito a memória e reparação. Em busca desses objetivos, transformar a prisão em parte de um projeto de memorialização e reconstrução da sede para o bloco africano, respondeu a necessidade de *reendereçar* a relação de vizinhança entre a organização e o local onde se cristalizou experiências de assassinatos, massacres e prisões políticas na capital. Investigar os elos entre essas associações é um dos objetivos desta dissertação.

À primeira vista, perceber do que se trata um memorial estabelece relação entre o local, o que já se sabe sobre o tema que se trata – amalgama entre subjetividade, história e passado nacional – somado a aquilo que se vê de estético entre os objetos, símbolos, imagens e documentos apresentados nesse espaço. Muitas vezes, esses processos intencionam preservar uma memória, estabelecendo uma narrativa sobre o passado que reescreve atuações,

---

<sup>11</sup> AFRICAN UNION. African Union Human Rights Memorial (AUHRM) - Concept Note. Addis Ababa: Ethiopia, 2016.

e repensa certos compromissos. Nos valemos dessa dimensão que conecta o espaço e a memória, analisando os elementos vinculados para essa tarefa, por assumirmos que incorporam uma chave de sentido histórico proposta à um período ou acontecimento. Entender a diferença para à União Africana de nomear o memorial em razão do genocídio ou dos direitos humanos, pode nos permitir perceber o encadeamento entre as ações da organização em relação a política nacional e internacional.

Propomos ao longo dos capítulos I e II compreender o memorial primeiro em relação a história da Etiópia, e em segundo, quanto a história da diplomacia africana. O capítulo I abordou o contexto histórico da Etiópia em duas partes: primeiramente sobre o Terror Vermelho e o regime transicional, identificando os principais agentes históricos envolvidos nesse cenário. Em sequência, foi abordada a relação entre a Etiópia e sua agência cosmopolita, buscando identificar as motivações para a escolha da capital etíope como sede para a OUA em 1963. Especial atenção foi dedicada a compreender a paisagem urbana da capital, sua elaboração e relevância enquanto capital diplomática. Essa investigação foi possível baseada na bibliografia acadêmica concernente a instituição continental africana – em especial do campo das relações internacionais – e extensa<sup>12</sup> historiografia sobre revolução etíope de 1974 e as campanhas do terror, assim como livros de testemunhos que aludiram a atuação da OUA nesse período, como a obra *To Kill A Generation* do escritor etíope Babile Tola (1989)<sup>13</sup>.

O enfoque dado no segundo capítulo, também dividido em duas partes, começou pelo histórico das movimentações continentais que deram origem à formação do bloco africano, como as Conferências Afro-asiáticas (Bandung 1955 e Belgrado 1960) e a criação dos grupos Monróvia e o Casablanca (ambos de 1961). Os procedimentos seguidos foram de identificar os principais princípios, tensões e disputas em jogo entre os países, além de localizar historicamente as aproximações entre eles. Enquanto na segunda parte, averiguou-se sobre as mudanças que acompanharam a transformação da Organização da Unidade Africana (1963-2002) para União Africana (2002-atual) investigando as justificativas atreladas ao processo,

---

<sup>12</sup> Caracterizamos como extensa, por ter sido objeto de estudo no decorrer do próprio processo, e após, incluindo produções literárias, e tendo sido analisada por sociólogos, historiadores e antropólogos, tanto em universidades etíopes como estrangeiras. Além disso, o tema da Revolução de 1974 também foi objeto de estudo monográfico (2017) da autora desta dissertação.

<sup>13</sup> Para mais informações a respeito dessa obra sugerimos a leitura do capítulo: “Terror Vermelho na Obra *To Kill A Generation* de Babile Tola”, publicado no livro: *O estatuto da vida em tempos de exceção*, organizado por Eliane Cristina da Silva, Márcio José Pereira e Ozias Paes e Neves. Prefácio de Fernando Botton e Reginaldo Cerqueira. Maringá, PR : Edições Diálogos, Volume IV, 2021. Essa publicação fez parte do II Colóquio Internacional de Direitos Humanos e Políticas de Memória. Disponível em: <<http://eventos.idvn.com.br/coloquio2021/anais>> Acessado em: 19/06/2023.

principalmente aos novos princípios assumidos. Especialmente em relação aos direitos humanos, associando à essa alteração, a renovação institucional almejada.

Em ambos capítulos, fontes coevas compuseram a análise em contraste com a bibliografia sobre o tema, que no caso específico da instituição africana, encontrou volume nas produções da área das relações internacionais e das ciências jurídicas, principalmente tratando dos direitos humanos em contextos de justiça transicional, como no centro de estudo da Universidade de Oslo<sup>14</sup> através do *Norwegian Centre for Human Rights* (NCHR) que mantém parceria com a Universidade Mekelle na Etiópia. O intercâmbio de estudantes e professores etíopes que produzem pesquisas escritas na língua inglesa nesse centro, nos permitiu estudar a produção nacional etíope como parte da bibliografia deste trabalho, mesmo sem o conhecimento da língua oficial, o amárico. Ainda sobre as referências, diretamente vinculado com a temática desta pesquisa, a dissertação do pesquisador etíope Alebachew Birhanu Enyew, intitulada: “*Transitional Justice and the Creation of a Human Rights Culture in Ethiopia*” (2008) para obtenção do título de Mestre em Filosofia na Teoria e Prática do Direito dos Direitos Humanos na Universidade de Oslo<sup>15</sup>, reuniu uma concisa análise sobre os procedimentos jurídicos do sistema penal etíope quanto ao julgamento do terror vermelho, e localizou as elaborações sobre os direitos humanos no país, atreladas ao processo de justiça transicional.

Tendo em vista que esta pesquisa surgiu de uma amálgama crítica entre a documentação e a bibliografia sobre o tema, a bibliografia dessa dissertação privilegiou obras acadêmicas da área de ciências humanas produzidas em universidades etíopes ou de pesquisadores nacionais no exterior, primeiramente por se dedicarem a fontes primárias e levantamento de dados diretamente nos acervos locais e documentos que estão na língua oficial da Etiópia, e por se dedicarem ao tema da história do país partindo de diferentes enfoques. Autores etíopes como Leencon Lata (1999) e Getachew Metafaria (2009) atuaram como pesquisadores e professores universitários no exterior e tiveram relação ativa com as transformações do país em seu passado. Lata (1999) que no prefácio de sua obra explicou a

---

<sup>14</sup> Informações obtidas através do site da universidade de Oslo. Disponível em: < <https://www.jus.uio.no/smr/english/research/projects/partnership-for-peace/partner-institutions.html> > Acessado em: 12/06/2023.

<sup>15</sup> As relações entre Etiópia e Noruega começam entre os anos 1950 e 1960 com a Missão Luterana Norueguesa e a Sociedade Missionária, mais recentemente, essa aproximação se deu através de ajuda financeira com o objetivo, segundo a Grande Enciclopédia Norueguesa, de “fortalecer o desenvolvimento da governação democrática e dos direitos humanos”: e desde 1991 estabeleceu embaixada na capital etíope e em 1995 ajuda humanitária elevando a Etiópia a lista de países priorizados para receber auxílio monetário internacional (GEMTESSA, 2014, p.60-61).

sua participação na criação da Frente de Libertação Oromo (FLO), e Metafaria<sup>16</sup> que por razões políticas, deixou o país e foi estudar nos Estados Unidos, no anteceder da Revolução, ainda em 1973. Além disso, produções das universidades brasileiras que tem como objeto de estudo a União Africana, a Etiópia ou questões relativas à historiografia africana em geral, também compuseram a bibliografia dessa pesquisa, como o livro de Paulo Fagundes Visentini “As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia”, artigos de Nilton Cesar Cardoso Fernandes (2014;2021) sobre as relações internacionais africanas, que privilegia as relações entre a instituição e a Etiópia, bem como do professor de história da Universidade de Brasília, Wolfgang Döpcke (2002), compreendendo a importância desse diálogo para inserção dessa pesquisa na tentativa de contribuir com a ampliação dos estudos sobre o tema.

Como uma obra de extrema relevância e convergência temática *Memory from the margins: The Red Terror Martyrs’ Memorial Museum* de Bridget Conley (2019), composto por entrevistas com sobreviventes, análise de fontes do acervo do Centro de Documentação do Memorial dos Mártires do Terror Vermelho, compreendeu a construção do museu que dá título à sua obra – inaugurado em 2010 – além e de outras construções marginais no país, buscando os espaços destinados a memória do terror que surgiram do empenho da sociedade civil etíope. Por ressoar diretamente com o período e tema desta dissertação, essa obra nos permitiu entender aspectos sobre os testemunhos e os projetos memorialização marginais no país. A pesquisadora Bridget Conley (2019) definiu o contexto de vizinhança entre a OUA e a prisão sendo um passado inconciliável, que foi imortalizado por testemunhos de sobreviventes dos abusos dos direitos humanos ocorridos nesse local, os *memory keepers* conceito da autora, como Hirut Abebe-Jiri, sobrevivente entrevistada, que coordenou o Centro de Documentação do Memorial dos Mártires do Terror Vermelho, projeto de memorialização popular na capital etíope. Sobre a entrevistada, ainda nos anos 1990, na ocasião dos processos legais de transição na Etiópia, ela identificou um de seus torturadores enquanto esteve presa em Alem Bekagn. Através do estudo da trajetória pessoal de Hirut Abebe-Jiri, Conley identificou a relação entre os testemunhos, o trauma e as produções memoriais marginais na Etiópia. Em sua argumentação, Conley ressaltou o caráter social e comunitário presente nessas construções, apontando para a importância que eles têm em manter o debate da memória contínuo, através do incentivo a pesquisa e documentação com a criação do arquivo permanente junto ao museu.

---

<sup>16</sup> Informações obtidas em: <<https://www.24-7pressrelease.com/press-release/462765/getachew-metaferia-phd-presented-with-the-albert-nelson-marquis-lifetime-achievement-award-by-marquis-whos-who>> Acessado em: 10/06/2023.

Por fim, o capítulo III consistiu na análise dos documentos identificando a polissemia desse local, entrelaçado aos processos históricos de diferentes ordens com o qual se articulou, e mantém permanentemente, seu significado. A crítica interna e externa dos documentos se expressou nesse terceiro capítulo como a análise aprofundada dos procedimentos institucionais que deram origem ao memorial, a comissão que produziu esses documentos, os indivíduos que a compuseram, sendo de extrema valia os apontamentos de Bridget Conley (2019) e do antropólogo Alex De Waal (2002;2013) envolvidos em partes desse processo institucional. Ademais, é nesse momento também, através de dois conceitos centrais, que dissertaremos com maior precisão sobre as idas e vindas no projeto do memorial.

Discorreremos sobre como a inclusão do crime de genocídio no código penal nacional etíope, com significativa alteração do texto convencionado pela ONU, reverberou no projeto de memorialização da UA. Movimento esse, identificado pela leitura dos documentos no ato de nomear o museu, decidir sobre seu local e os ordenamentos desse espaço físico, considerando que nesse mesmo período tomava curso na capital etíope as definições quanto aos crimes no código penal. A demolição, fato que nos documentos foi obliterado enquanto mudança ou escolha, abordado como resultado de novas negociações, foi analisado pelo antropólogo e comissário da Anistia Internacional naquela ocasião, Alex De Waal, como a produção de um enterramento de memória. Utilizou o conceito de *Buried Memory* problematizando o projeto do memorial por entender que a demolição do prédio da antiga prisão gerou um apagamento do passado. Buscaremos entender as razões desse autor em argumentar criticamente sobre a atitude da UA e do governo etíope, mesmo com o projeto do MDHUA realizado, o formato atual foi associado como correspondente a uma opção pelo enterramento da memória de Alem Bekagn e suas implicações para UA.

Compreender as ações institucionais que definiram a elaboração do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana demandou antes, entender a unidade, e posteriormente, união africana enquanto uma série de compromissos políticos assumidos pelos países membros desse bloco internacional, dentro e fora do continente africano. Ademais, foram consideradas também as instâncias de opinião pública – quanto a sociedade etíope – e a opinião internacional – quanto à outras organizações internacionais – referente à essa construção. Aspectos quanto ao seu formato e nome, o vínculo e responsabilidade em relação a instituição africana e aos acontecimentos históricos imortalizados nesse local, prefiguram as principais razões manifestas nesse processo de memorialização.

A contextualização e a abordagem sobre a conjuntura histórica da passagem do século XIX para o XX na Etiópia tem peso decisivo na investigação do escopo documental da União

Africana. E, traçando esse caminho, atestamos a relevância desse estudo por abordar o tema das relações internacionais africanas partindo de elementos contextuais, contribuindo com a temática de outra perspectiva metodológica. O exame sobre as relações entre a instituição internacional africana e o período da história etíope conhecido como Terror Vermelho, recebem novo fôlego com a construção do memorial em questão, e nesse momento está dissertação prefigura entre as produções brasileiras do tema na área da historiografia africana. Ademais, este trabalho traz à tona algumas proposições e hipóteses circulantes nas esferas de discussão e produção historiográfica sobre memórias traumáticas em períodos de transição política, tangenciando com isso, o debate das relações internacionais e os direitos humanos propostos pela Comissão de Anistia no caso brasileiro.

Identificamos como componente central de sentido o local escolhido para abrigar o memorial e em conjunto, foram abordados elementos narrativos do projeto, a descrição dos compromissos e os objetivos sob os quais a construção se orientou, reconhecendo os marcos históricos aos quais se referiu. Para tanto, examinamos os documentos dando especial atenção aos termos e conceitos utilizados, os crimes mencionados e o que se pretendeu lembrar para que não se repita, e desse modo ser possível traçar uma continuidade de sentido histórico. Reconhecendo que, nesse movimento de rememorar, há também o de ruptura que se objetiva como processo de criar uma memória que se estabeleceu no passado.

Houve a necessidade de localizarmos essa pesquisa em meio ao debate do campo historiográfico sobre estudos de memória, pois abordar sobre memorialização, transborda o ato de historicizar um processo de construção física e de sua elaboração intelectual. Foi necessário realizar nossa análise, através dos conceitos teórico-metodológicos sobre o tema. Buscamos reconhecer os elementos que permeiam o vínculo entre a sociedade, a política e o lembrar de determinado tempo já passado, alojado a um espaço físico com esse fim. Para tanto, foram debatidos aqui conceitos a respeito dos conceitos de memória, memorialização e lugares de memória a partir das obras de Nelly Richard (2010), Maurice Halbwachs (1990), Henri LeFebvre (1991), Michel Pollack (1989) e por Pierre Nora (1992). Sobre a justiça transicional, monumentos em sociedades pós-Conflito, direitos humanos citamos Ereshenee Naidu (2016), Muluaem Daba Tola (2017) Boaventura de Sousa Santos (2019).

O fim da Segunda Guerra Mundial, foi comumente associado a razão primordial para as movimentações políticas e reestruturações epistemológicas sobre o direito a memória, e atribuiu aos crimes de guerra, em especial ao Holocausto, precedente para a responsabilidade de se lembrar para jamais se repetir. Frente a isso, a historiografia sobre os processos de memorialização no século XX, tem no continente africano especial vínculo com a luta pela



libertação. Ao longo dos anos 1960, o irromper das independências que colocaram fim no domínio colonial europeu, demarcam uma ruptura entre a memória colonial e a história africana, no entanto, não extinguiu as consequências desse passado nos conflitos políticos existentes nesses países. As tensões históricas se perpetuaram entre a elite africana e o domínio do poder central, o que significou também, em países como a Etiópia a formação de lideranças militares, reverberando em uma série ações de violência política do estado contra a população.

A retomada do vínculo entre a memória e a história se manifestou nos projetos de memorialização propostos por instituições públicas, movimentações populares e pelos regimes de transição. A transição para regimes democráticos foi acompanhada pela ação da justiça, refletindo em processos legais a nível doméstico e internacional, engendrados ao paradigma internacional do campo político e jurídico da Justiça Transicional. Conceito que surgiu entre final de 1980, e início dos anos 1990, fez parte de um conjunto de parâmetros legais definidos com objetivo de permitir sanar a impunidade do poder central. Impelindo a reparação de violações e abusos de direitos humanos cometidos por chefes de estado, praticada muitas vezes através das estruturas públicas. Diretamente vinculado ao debate e opinião pública, os mecanismos de justiça de transição atuaram como parte fundamental das narrativas e políticas socioculturais dos países em processo de democratização e reparação do passado. Entre as principais preocupações dessas ferramentas, eram de agir diretamente quanto a repressão, a violência política praticada pelo estado e seus agentes, objetivando a restauração da justiça, dos direitos humanos e fundamentalmente, garantindo o direito à memória das vítimas e sobreviventes.

A justiça transicional esteve intimamente ligada aos processos de democratização da América Latina, nos permitindo a aproximação com as produções latino-americanas acerca dos processos de memorialização. Nesse caso, citamos a autora Nelly Richard e sua obra *Criticas de la Memória* (2010) que propôs o conceito de memória disruptiva, baseada em seus estudos sobre o caso chileno e o passado ditatorial. Outra produção fruto da análise sobre a memória e regimes de transição política, é o documento brasileiro *Fortalecimento da Memória, da Justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul* (2015), elaborado pela Comissão de Anistia Brasileira do Ministério da Justiça, em parceria com a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (CISC) e a Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítio de Memória (RESLAC). A menção a essa obra vincula-se a importância de seu segundo capítulo em relação ao tema dessa dissertação o artigo de título: *Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito na África: Potenciais e Desafios* (2015) escrito pela pesquisadora e

diretora da Iniciativa Global de Justiça de Transição da CISC<sup>17</sup>, Ereshnee Naidu. A autora compreendeu a presença do memorial aqui analisado, na sede da União Africana, como um símbolo permanente do compromisso da África com a Justiça, identificando o MDHUA como um dos exemplos do crescente papel que a memorialização detém nas sociedades pós-conflito como ferramenta política. Indo além, ela identificou o contexto entre a passagem dos anos 1990 para os 2000 como o período transicional na Etiópia, associando-o ao processo simultâneo pelo qual a diplomacia do continente africano reestruturou sua atuação referente a defesa dos direitos humanos e a participação em projetos internacionais de memória, reparação e justiça.

Para a justiça de transição, a singularidade enquanto estratégia de reparação simbólica da memorialização, é ela permitir amplo envolvimento público que se estende ao longo de um largo período de tempo (NAIDU, 2015, p.33). Seguindo essa perspectiva, “os memoriais são representações físicas do imaginário das comunidades” sendo parte da conscientização da esfera pública (IDEM, p.36). A autora ainda promoveu o vínculo entre o conceito de pós-conflito como um marco político e cronológico para países que estiveram vinculados ao processo de justiça transicional na passagem para o século XXI. Para ela, o reconhecimento das violações cometidas no local da antiga prisão pelo Estado e pela UA, com a iniciativa em transformar o local em um memorial permanente, funcionaria como um projeto legitimador das denúncias feitas pelos sobreviventes, destacando o compromisso contínuo com a narrativa histórica ajustada à verdade e à justiça. Considerando essa perspectiva de valor institucional sobre a memorialização, podemos identificar uma função pedagógica associada a memória e os lugares destinados a ela, principalmente porque esses espaços comunicariam à sociedade o permanente compromisso democrático do governo. Nesse sentido, pode ser importante localizar a relação entre as exposições públicas de sentido histórico e político na sua dimensão social na dinâmica urbana da Etiópia.

Em artigo publicado em 2017, intitulado *The Political Representation of Statues in Three Ethiopian Consecutive Regimes (1889- Present)* o pesquisador e professor etíope Muluaem Daba Tola traçou um panorama sobre a memória pública na Etiópia através da análise das estátuas produzidas e expostas na capital e principais cidades etíopes, ao longo dos três últimos regimes políticos até o atual – o Regime Imperial de Haile Selassie, o período militar do DERG chefiado pelo Coronel Mengistu Haile Mariam, e o regime provisório de

---

<sup>17</sup> Informações sobre a autora obtidas em: <<https://www.sitesofconscience.org/leaders/ereshnee-naidu-silverman/>> Acessado em: 12/06/2023.

transição democrática liderado por Meles Zenawi -. O autor identificou que durante o período do Império etíope os monumentos, edifícios e praças públicas operavam como símbolos da grandeza dos imperadores, exibindo sua glória e performando o poder na figura do Imperador comumente representado em grandiosas estátuas. Enquanto isso, as esculturas erigidas durante a junta militar foram, inicialmente, um deslocamento e confisco das esculturas imperiais, para então serem substituídas por painéis e figuras políticas que representassem a ideologia socialista adotada pelo regime – como uma estátua em homenagem ao Vladimir Lênin de 1983, por exemplo. O autor observou ainda, uma inovação no período democrático a partir de 1991, uma vez que as esculturas nesse período eram as únicas que não encenavam valores diretamente vinculados ao governo, governante e sua ideologia. Durante o a transição, o tema central passou a ser baseado na memória e homenagem às vítimas das atrocidades cometidas pelo regime anterior, principalmente quanto ao período do Terror Vermelho, reafirmando de maneira indireta a necessidade da defesa e perpetuação do regime democrático, e conseqüentemente, do próprio governo.

A performance política no campo físico da cidade representou fator decisivo para a construção da capital etíope, percebemos a reivindicação de um dinamismo cosmopolita baseado na projeção da insubmissão africana no período colonial, vínculo histórico que aprofundaremos ainda no primeiro capítulo.

Os principais prédios institucionais construídos na capital compuseram as relações de poder atreladas a esse contexto das construções urbanas em Adis Abeba, iniciadas nos anos 1920. Uma das primeiras edificações da cidade, foi o Palácio *Guenete Leul*, que desde os anos 1930 funcionou como o palácio domiciliar da família imperial etíope. O *Imperial Parliament of Ethiopia*, sede do parlamento etíope, foi construído no mesmo período a poucos metros de distância. Outra construção desse período foi a prisão central do país, chamada de Alem Bekagn ou Prisão *Kerchele*. O aeroporto *Lideta* de função militar, também tem seu projeto de construção desenvolvido ao longo dos 1930, com projeto financiado pelos italianos que durante os anos da ocupação, o reformaram e renomearam para Ivo Oliveti.

Entre os espaços que refletiram os investimentos em edificações para a diplomacia internacional na capital etíope, temos o *Africa Hall*, sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA) inaugurado em 1961, e a sede da Organização da Unidade Africana (OUA) criada em 1963. Percebemos importante mudança, a partir da metade do século XX, ao retomar sua soberania nacional após a ocupação italiana (1936-1941), o desenvolvimento urbano na capital ofereceu um mercado de construção despreendido dos monopólios da era colonial, situação da qual o imperador etíope direcionou a favor de um

projeto de modernização urbana. Ao analisarmos as relações diplomáticas estabelecidas entre o imperador Selassie com as nações europeias na metade do século XX, compreendemos que seu objetivo tinha como intuito articular com essas negociações e construções, a garantia da unidade e a manutenção de seu poder centralizador. Embora essas construções e investimentos tenham atuado como símbolo da autonomia e urbanização etíope, também refletiram a maneira que política de um poder centralizador que buscava a modernização sem reforma social foi conduzida.

Podemos inferir que, através das transformações nos espaços públicos promovidas pelo estabelecimento de mudanças políticas e institucionais, há também a intenção de se construir algo novo, ou ao menos reivindicar a edificação de uma novidade. E a validade dessas mudanças para os regimes políticos, passou a ser percebida no século XXI a partir do seu vínculo ao presente democrático que ao lembrar do passado repressivo, distancia-se e difere dele através do tempo e da memorialização visível nesses espaços e projetos.

São nos espaços públicos da memória onde podemos observar certas narrativas priorizadas em detrimento de outras, muitas vezes homogeneizada nesses lugares através dos objetivos que se definiram e dos elementos escolhidos para integrar o campo visual e histórico. A formulação dessas narrativas e construções, todavia, raramente ocorre de forma consensual. Nesse ponto, o conceito de *memória disruptiva* proposto por Richard (2010) compreendeu que espaços destinados a memória permitem o reconhecimento desse passado de maneira contínua deslocando a paisagem de conformidade narrativa, através da subjetividade daqueles que visitam e operam permanentemente atualizações necessárias à essas narrativas. A autora reafirmou a importância dessa memória social ao passo que no contexto neoliberal, a exploração da memória através de funções técnico-administrativas como projetos e exposições públicas de dados e objetos, regulam a memória enquanto um bem de serviço e à serviço de um interesse dominante (2010, p.15).

De encontro à essa perspectiva, a memorialização pode atuar em lacunas que não foram inteiramente resolvidas pelos mecanismos de justiça, no entanto as autoras Richard (2010) e Naidu (2015) ressaltam a possibilidade do resultado negativo que ela pode gerar. Igualmente, Boaventura de Souza Santos organizador da obra "O Pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade" (2019) apontou para os riscos que soluções baseadas em parâmetros definidos por declarações internacionais para a resolução de conflitos nas sociedades que, além do passado repressivo, tem também o colonial para lidar. Soluções com base no que o autor nomeia como *monocultura ocidental*, reforçam denominadores mínimos calcados na ordem global individualista, neoliberal, colonial e nortocêntrica. (2019,

p.13). Dessa maneira, o progresso continuou a agir como ordem internacional e imperativa ainda no pós-guerra, e a defesa da Declaração Universal dos Direitos Humanos ratificada pela Organização das Nações Unidas em 1948, evocou definições universalistas que perpetuaram a associação da dignidade humana à continuidade dos paradigmas imperialistas e coloniais. Isso por prefigurar enquanto narrativa emancipatória, mas não defender causas rebeldes ou demasiado radicais. Para o estudioso de Souza Santos, os direitos humanos concentraram as possibilidades de atuação dos indivíduos ou entidades sociais que buscavam a reparação histórica através das políticas de Estado nesse período. Isto pois, conforme essa perspectiva, os mecanismos de luta encontram-se submetidos a tutela desse direito fundamental que triunfou, e por isso desarticulou, podendo até mesmo ter extinguido e inibido outras possibilidades, ao atuar diretamente na tensão entre a regulação estatal e a emancipação social à serviço do interesse da primeira parte.

Chamamos atenção, contudo, para a força que a narrativa dos direitos humanos assegurou aos Estados independentes africanos em meio a luta pela libertação enquanto soberania dos países na arena internacional. Ainda nos 1970, operou efeito retórico e estratégico em relação a Guerra Fria e ao Imperialismo, sendo articulado a política, como meio de defesa da autonomia política africana.

A autonomia política dos estados após a independência, foi condensada na esfera internacional com a criação da OUA em 1963, que identificou na formação de um bloco internacional capaz de promover os interesses da elite dirigente africana. Isto porque, através dessa organização, agenciavam a cooperação internacional para o continente definindo normas e regulamentações para resolução de conflitos e distribuição de recursos através de estruturas administrativas articuladas para concretizar as decisões acertadas nesses espaços. A obra de Rachel Murray (2004) preconiza enquanto análise robusta sobre o histórico institucional da OUA com foco nos direitos humanos entre os elementos em disputa no processo de mudança para a UA. Entre seus argumentos, salientou os interesses da classe política de governantes na diplomacia da África contemporânea. Contando com 55 países membros desde janeiro de 2017, após o reingresso de Marrocos, atualmente a União Africana concentra a participação de todos os países do continente. No entanto, em junho de 2019, a República do Sudão havia sido suspensa da organização após o golpe militar em abril desse mesmo ano, que suspendeu a derrubou o governo de transição civil democrática do país<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> As informações sobre os países membros estão disponíveis no site oficial da instituição na seção 'Estados Membros', disponível em: <[https://au.int/en/member\\_states/countryprofiles2](https://au.int/en/member_states/countryprofiles2)> Acessado em: 05/06/2023.

A obra *Post-Conflict Memorialization* organizada por Olivette Otele, Luisa Gandolgo e Yoav Galai (2021) reuniu diferentes estudos de caso acerca da memorialização em sociedades pós-conflito observando sua relação com o trauma enquanto experiência social. O debate proposto ao longo do livro compreendeu as políticas de memória em períodos pós-conflito como meios para memorialização, e o memorial enquanto a materialização do trauma, passado, história e experiência coletiva, assim “um memorial físico para os desaparecidos, inscrito com o trauma do passado, tornando a ausência visível”<sup>19</sup> (2021, p.10). A perspectiva teórica que aglutinou os diferentes estudos presentes em cada capítulo, foi articulada com base em alguns apontamentos fundamentais, como a relação entre o controle da memória coletiva nacional sendo importante para as Nações legitimarem suas reivindicações políticas. A centralidade do trauma e recuperação para os empreendimentos de memorialização em contextos pós-conflito, compreendendo que os eventos traumáticos acompanham trajetórias sociais que moldaram a memória cultural em contextos pós-conflito. Noção que aponta para a intersecção entre a memória nacional e a vida privada, uma vez que os elementos que caracterizam o trauma e o passado repressivo, são também, experiências humanas e trajetórias de vida.

Aprofundando o debate sobre a memorialização, as atitudes no presente atuam como ferramenta de reconciliação com o passado, restabelecendo seu vínculo com o presente. Diante dessa percepção apontamos para a memorialização enquanto processo de negociação sobre os traumas do passado e de períodos pós-conflitos. Essas negociações podem se sobrepor a narrativas dissidentes, principalmente quando a parte que negocia e coordena essas construções memoriais estão vinculadas a serviço do Estado ou de narrativas oficiais. Nesse sentido, existe um protagonismo entre as narrativas que ocupam os espaços públicos, e conforme a relação entre a justiça e a memorialização, promovem a reparação histórica enquanto reconhecimento e condenação daquele passado traumático. Observamos que, como projeto que esteve diretamente envolvido com o encerramento das atividades da prisão Alem Bekagn, o MDHUA contou com o envolvimento do Estado etíope, e compôs a memória nacional do governo de transição na capital que articulou a própria legitimidade do período de transição ao protagonizar a vitória democrática frente as violências e traumas passados. Nesse sentido, indagamos: em que medida o vínculo aos direitos humanos reformulou a relação

---

<sup>19</sup> No original: “A physical memorial to the missing, inscribed with the trauma of the past and making absence visible”.

entre o bloco africano e os crimes perpetrados por países membros e seus governantes após as independências?

Retomando as enunciações de Tola (2017) ao partir para uma visão macro sobre o papel político dos monumentos no continente africano, o autor entendeu o desmonte das representações do período colonial logo após o processo de independência de cada país, enquanto uma maneira de se legitimar o funcionamento do sistema político em vigência, a fim de galgar apoio da opinião pública em uma dimensão visual das paisagens urbanas. Propomos então, que ao ocupar os espaços físicos, assim como gerar e gerir os espaços destinados a memória, os interesses dominantes projetam suas narrativas, legitimando suas ações. Além de uma intenção do campo discursivo, há também produção de conhecimento, normas e práticas que reestruturam o que era tido como senso comum na sociedade através dessas ações. A memorialização dos crimes cometidos pelos estados africanos, ultrapassou a produção de símbolos meramente hegemônicos ou miméticos quanto a performance visual da memória. A prática política ao cristalizar uma narrativa para o passado, refletiu a centralização dominante do discurso oficial nas práticas dos governos democráticos sobre a memória coletiva.

Enquanto definição clássica e precursora para o conceito de memória coletiva, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) associou ao entendimento dela, sua relação com a história. Para o estudioso, “a memória coletiva não se confunde com a história” pois “a história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens.”. Porém, advertiu:

“Mas lidos em livros, ensinados, e aprendidos nas escolas, os acontecimentos do passado são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou decompõe a memória social.” (1990, p.80).

A diferença apontada pelo autor entre a memória coletiva e história, destacou a primeira enquanto “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.” (IDEM, p.80-81). Entendemos que o autor chamou atenção para a possibilidade de coexistirem grupos que representassem consciências distintas a respeito de um mesmo passado, compondo a sucessão das gerações sociais, anunciado que a memória coletiva refletia a própria coletividade da sociedade que não divide seu passado enquanto períodos históricos, mas enquanto experiências conservadas no corpo social. Sobre o meio material e a relação com a memória coletiva, Halbwachs identificou que “as imagens

espaciais desempenham um papel na memória coletiva” (IDEM, p.133) do mesmo modo que os lugares e objetos entre termos, imagens e símbolos que tornam-se inteligíveis por corresponderem as experiências de sentido enquanto significação do espaço.

O espaço e sua dimensão narrativa tiveram no trabalho pioneiro para definir o espaço associando sua dimensão física e social, a obra *The Production of Space* de Henri Lefebvre<sup>20</sup>. Baseado na preocupação de conceitualizar o espaço entendendo que sua produção emana de um projeto que antes de ser físico é narrativo. O filósofo francês argumentou que mesmo depois de construído em sua forma material, ele não perde seu significado social ou deixa de interagir com esses elementos, para Lefebvre

“as transformações e construções no espaço fazem parte de uma série de operações orientadas em direção a um objetivo, baseados em uma racionalidade específica onde os elementos espaciais são mobilizados, incluindo tantos materiais (pedra, madeira, osso, couro, etc.) e assim a simultaneidade e sincronicidade são estabelecidas, por meio da atividade intelectual, entre os elementos componentes da ação empreendida no plano físico<sup>21</sup> (1991, p.71).

Com base nessa elaboração que nossa investigação procede ao considerar o espaço como socialmente construído entre relações de representação, imaginário e memória.

O historiador francês Pierre Nora, reconhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, em sua obra *Les Lieux de Mémoire*, publicada em 1984, conceitualizou 'lugares de memória' contribuindo em definitivo para a associação entre a memória e suas dimensões material, geográfica e intelectual. No entanto, localizou a formulação de seu contexto a exclusividade das vivências francesas, isto é, a realidade da metrópole e não das antigas colônias. Desse modo, o passado passou a ser percebido coletivamente através das lentes criadas e dispostas nesses lugares destinados a preservar a memória na esfera política e coletiva partindo da experiência no continente europeu, em especial, na França. O escritor francês iniciou sua obra diferenciando a história da memória, distinção traçada pelo movimento da história, partindo do princípio da aceleração dela nos tempos modernos. Algo como o aprofundamento entre as distinções de passado e presente, no entanto, sem vínculo a uma distância temporalmente mensurável, mas enquanto uma herança sociocultural temporalmente deslocada. Essa aceleração, segundo o autor, colocou fim as sociedades-

---

<sup>20</sup> A primeira edição data de 1905, neste trabalho é referenciada a obra de 1991, tradução do original francês para o inglês.

<sup>21</sup> No original: “spatial elements are mobilized, including both materials (stone, wood, bone, leather, etc.) and materiel (tools, arms, language, instructions and agendas) [e assim] simultaneity and synchronicity set up, by means of intellectual activity, between the component elements of the action undertaken on the physical plane”.



memória, onde o movimento entre o passado e o presente era conduzido pela transmissão e conservação das heranças sociais e culturais, e nessa passagem, o passado era naturalmente acomodado ou regulado enquanto memória. Ainda sobre a dimensão dinâmica da memória, quando revisitada enquanto lugar físico o autor aponta para a possibilidade de ser recortada enquanto representação, e continuamente ressignificada por sentidos do presente, movimento que ele nomeia como "dialética da lembrança e do esquecimento" resultando em uma memória de ponto de vista absoluto, mesmo que coletivo, enquanto o ponto de vista da história "só conhece o relativo" (NORA, 1993, p.9). A distinção entre sociedades históricas e a moderna proposta por Nora, percebeu que a relação com o passado na primeira dava-se pelo movimento de lembrar de maneira particular, mas partilhada pelas experiências comuns do período. Enquanto que posteriormente, dado a aceleração da modernidade, o lembrar tornou-se coletivo pelo gerenciamento público referente a memória nos Estados-nação.

Ainda na introdução geral de sua obra, Pierre Nora ao apresentar as principais características do conceito de memória para o estudo da história, percebeu que para a política, a dimensão social da memória poderia promover uma ruptura com a continuidade do passado, tornando-o um tempo definitivamente acabado, que se encerrou com o irromper de um novo presente. Nesse sentido, o passado passa a existir somente enquanto história ou em locais onde ele existe enquanto memória cristalizada em vestígios, signos, documentos, imagens, símbolos, monumentos, etc. As convulsões do presente que resultam em rupturas com o passado, encontram na memória enquanto narrativa oficial, uma "transmissão escolar" dos elementos que perpetuam uma história, sobretudo nacional, sendo socialmente coletiva sem ser espontânea (NORA, 1993, p.10).

A seleção dos elementos perpetuados enquanto narrativa, temas e objetos presentes em locais destinados a memória, refletem o que foi elegido para ser lembrado, como uma necessidade de defender – e talvez devolver – a história e ao cotidiano, aquilo que foi arrancado e obliterado, no entanto, esse mesmo movimento também produz suas sombras. Pierre Nora definiu: "os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora." (1993, p.12-13). Percebemos que, de forma ambígua, a memória pode ser reconduzida nesses espaços tanto enquanto construção por ser deslocada e ter seu sentido rearticulado ao presente que a rememora, e de maneira contínua enquanto local físico onde as referências tangíveis são abrigadas e visitadas.

A materialização da memória voluntariamente organizada em função de um lugar destinado a relembrar o que foi esquecido, seria de certa maneira, o próprio processo da

memorialização, a memória historicizada enquanto espaço e arquivo. Nora (1993) apontou que a memória no século XIX expõe as distâncias temporais entre as rupturas e continuidades do período, pois mesmo com seu sentido engendrado à elementos históricos, o que deve ser lembrado propõe, por conseguinte, que essa lembrança já não é mais nossa e não pertence ao presente. Nesse esquema, nas sociedades modernas a história habitou o campo das construções epistemológicas, enquanto a memória, através da aceleração, não mais pertence ao campo do espiritual e individual da experiência humana, e passou a existir enquanto um sentimento coletivo de experiência nacional, circunscrito a um lugar criado para esse fim. Assim, os marcos da história seriam conservados através dos acontecimentos, enquanto que os da memória, nos espaços intencionalmente criados para fornecerem essa referência memorial, ou por representarem naturalmente uma paisagem, experiência de regresso no tempo. A articulação entre a história, experiência individual, memória coletiva e interesse público, da nação ou das mentalidades sociais, e nos permite dirigir atenção para as distintas camadas de tempo e sentido presente nos locais de memória.

Em um sentido complementar, os conceitos de lugar de memória e memória coletiva propostos por Nora (1992) e Halbwachs (1990) respectivamente, apontam para a nação enquanto o elemento égide da memória em seu local social. Foi no trabalho de Michel Pollack sobre memória e esquecimento que podemos perceber teoricamente os esquecimentos produzidos pelo estado mesmo quando esse empreende construções destinadas a preservação da memória coletiva. A seletividade e negociação expostas por Halbwachs (1990) são esmiuçadas por Pollack que apontou para a reescrita da história presente nesses esforços de se preservar a memória encabeçados pelos dirigentes políticos. Os argumentos teorizados por Pollack nos permitem investigar os discursos oficiais atentos aos silêncios sociais produzidos com a primazia do estado nos projetos sobre a memória: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente impõe ao excesso de discursos oficiais” pois, enquanto vivência social, a memória permanece e “ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades.” (POLLACK, 1989, p.5).

A lógica quanto a memória oficial nos induz a considerar que sua elaboração condiz ao projeto maior das intenções políticas daqueles que a projetam, e em linhas gerais, correspondem sim a um propósito definido, o que não impede de gerar trocas a nível social, estabelecendo sentido exatamente naquilo que oblitera. Muitas vezes o que está sendo exposto, demonstra menos que o que não está. Pollack resumiu que:

“Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil.” (IDEM).

Distanciando sua abordagem de uma relação direta entre memória oficial e nacionalismo, Pollack (1989) atribuiu a coletividade da experiência vivida nos espaços destinados a preservação – considerando monumentos, sítios arqueológicos, memoriais – funcionam de maneira dinâmica, estabelecendo relações entre o fato social e a experiência social enquanto denominador comum de todas essas memórias presentes no tecido social do passado. Aquelas enquadradas pelo trabalho especializado tem sua importância atrelada as estruturas institucionais por intervir diretamente nas tensões projetando o consenso social dentro de conjunturas específicas.

Pensando em nosso objeto de estudo, o MDHUA presente na nova sede e prédio central da União Africana, notamos que os elementos associados à narrativa de sua conceitualização fizeram menção: em maior escala aos crimes cometidos pelos Estados-nação africanos contra a população e a não interferência da OUA, e em menor escala, ao período do Terror Vermelho na Etiópia, a prisão e sua proximidade com a sede do bloco africano. Essas associações históricas apontam para uma convivência entre a instituição internacional e os crimes cometidos por regimes africanos no pós-independência. Construído no local da antiga prisão, o MDHUA buscou associar um novo significado a esse espaço, identificando nessa confluência entre espaço e história, o memorial como um local que interrompeu a linearidade do presente no dia a dia da sociedade onde foi criado. Nesse sentido, o conceito de memória disruptiva nos auxilia a compreender o movimento dessa memória vinculada ao memorial em questão, considerando seu caráter dinâmico associado aos aspectos narrativos, visuais, espaciais e históricos que confluem para dar corpo a essa lembrança do passado constantemente revisitada no tempo presente (RICHARD, 2010). Ao analisar o processo de transição política com fim do regime ditatorial no Chile no início dos anos 1990, e o processo de memorialização encabeçado pelo regime de transição democrática, a pesquisadora chilena salientou em sua obra, a intenção *acomodante* e reconciliatória com o passado promovida nessa ação política de criar espaços de memória de violações dos direitos humanos. Dado que, no presente em que se insere, essas construções permitem estabelecer em espaços de memória, a ruptura com o passado violento e repressivo, e, portanto, o fim desses crimes. Para a autora, a instauração do consenso como molde de reconciliação nacional esteve inscrita nos projetos de superar os antagonismos do passado violento, e no Chile, foi concluído com a

construção do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* (inaugurado em 2010) que para a autora, encenou e concretizou a narrativa da memória oficial do regime transicional chileno.

Nelly Richard (2010) explicou que o título de sua obra expõe sua crítica negativa ao dispositivo oficial criado pela transição chilena quanto a memória social sobre o passado repressivo, pois identificou na projeção de consenso e reparação, o apaziguamento da recordação “obliterando as lutas de sentido e as batalhas de interpretação que deveriam ter mantido vivo o passado em discórdia, para não diminuir sua força de luta no confronto das leituras da história”<sup>22</sup> (2010, p.17). A ambiguidade que a escritora buscou debater expôs que a presença dos espaços de memória permite o debate constante daquilo que não deve ser esquecido, porém, a construção deles pressupõe a escolha do que está sendo lembrado.

Identificamos nas produções intelectuais até aqui citadas, que o objetivo acerca da memorialização em relação as ciências jurídicas e as políticas de Estado mostram-se distintos das considerações epistemológicas da história e antropologia. As pretensões da justiça e governança quanto ao sentido narrativo sob os quais esses lugares destinados a memória foram articulados, vincularam-se ao consenso e a resolução de atuações do passado, de modo que esses esforços memoriais almejavam resultados quanto a sua posição na esfera pública. Em uma compreensão histórica quanto aos contextos ditatoriais do século XX, o reconhecimento dado as estruturas políticas que permitiram o passado violento existir não se encerram na sua memorialização, pois consideram-se as continuidades dessas forças que ainda atuam na política sob novas formas. A propósito, Nelly Richard (2010) denunciou a falta de historicidade das retóricas de consenso como:

As operações simbólico-narrativas que modulam a relação entre acontecimento, experiência, narração, voz e discursividade nas construções enunciativas que sustentam, na retórica e na política, impossibilitam diferentes visões do passado e, também, diferentes ângulos para o olhar, dependendo da perspectiva e enfoques para captar cenários que darão força, direção e intencionalidade à memória<sup>23</sup> (IDEM, 2010, p.21).

A narrativa de uma história acabada, erigida em conjunto com os lugares de memória inibe o processo reflexivo inerente as experiências sociais ao apagar seus contrastes. Enquanto representante dos estados africanos, podemos associar a abordagem a memorialização promovida pela UA a uma tendência estado-centrada, articulando a reparação e a promoção

---

<sup>22</sup> No original: “obliterando as lutas de sentido e as batalhas de interpretação que deveriam ter mantido vivo o passado em discórdia, para não diminuir sua força de luta no confronto das leituras da história”.

<sup>23</sup> No original: “as operaciones simbólico-narrativas que modula la relación entre acontecimiento, experiencia, narración, voz y discursividad nas construcciones emunciativas que sostienen, en lo retórico y lo político, impossibilitam diferentes visiones del pasado y, también, diferentes ángulos de la mirada según la perspectiva y los enfoques de captación de las escenas que le darán fuerza, dirección e intencionalidad al recuerdo”.

de reconhecimento das vítimas e dos crimes como uma maneira de demonstrar seu comprometimento a contar a verdade sobre o passado e evitar repetir as violações dos direitos humanos. Como consequência dessa prática, a memorialização adquiriu importante valor por seus resultados e a criação de uma memória coletiva como uma alternativa ao debate sobre o trauma enquanto experiência individual ou uma memória pertencente a uma família.

Ao longo desta introdução, perpassamos os principais conceitos que caracterizam a polissemia do MDHUA, como a justiça transicional e o período pós-conflito, as intersecções entre os direitos humanos e o genocídio, as mudanças espaciais e institucionais na capital etíope e suas relações com o trauma, a memória coletiva e a memorialização. Nossa intenção buscou estabelecer parâmetros para cada termos e apresentar as principais nuances em debate na historiografia.

## 1 CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA ETIÓPIA: A HISTORIOGRAFIA ENTRE O PASSADO E O NACIONALISMO.

Refletindo sobre a escrita da história africana, percebemos que o olhar eurocêntrico se manifestou ao buscar a África a partir de padrões e hierarquias tendo como referência as desenvolvidas a partir do estudo das sociedades europeias. Isso se coloca, pois, a perspectiva que se repousou sobre a história das regiões africanas, esteve vinculada ao fator da diferença entre o ser europeu e o ser africano, e, ao longo do desenvolvimento do pensamento científico etnocêntrico do século XIX, a essa distinção nas produções de conhecimento histórico, foi somada a questão da cor e inferioridade atribuída ao outro negro, pelo branco. Como Valentim Mudimbe (1988) colocou o “poder-conhecimento” de um saber científico que, ao dizer o que é africano e o que não é, definiu também a possibilidade de uma cultura dominante. Dominante no sentido de definir a si própria e ao outro, criando com isso, ferramentas de compreensão paradigmáticas, pautadas por um sistema dicotômico de análise das sociedades produzindo perspectivas como tradicional *versus* moderno, comunidades agrárias e consuetudinárias *versus* civilização urbana e industrializada enquanto valor de desenvolvimento e progresso. Desse modo, trabalham com aspectos sociais a partir de um ponto de vista de dominação cultural (MUDIMBE, 1988, p.18).

Propomos a partir daqui realizar uma digressão histórica quanto ao contexto da Etiópia, buscando nos distanciar dos apontamentos da historiografia tradicional que assumiram para o país, uma história nacional milenar. Analisando, a construção da Etiópia moderna, para alguns estudiosos (ADEJUMOBI, 2007; HALL, 2003; ZEWDE, 2002) o início data do ano de 1855, com a restituição do poder central imperial na Etiópia pelos esforços de Lij Kasa, o imperador Tewodoro II, e marcou o fim do período conhecido como Era dos Reis ou *Zemene Mesafint* na Etiópia. No entanto, o processo de expansão territorial que delimitou as fronteiras da atual Etiópia, decorreram das ações de Menelik II que assumiu o poder imperial somente em 1889, ademais, o período no qual Tewodoro II era imperador, a concorrência entre ele e outros líderes regionais – *chieftains* e *rases* - como o próprio Menelik II – Ras do Shoa – compunham o cenário político em constante disputa de influência onde o exercício do poder enquanto estado-nação centralizado vincula-se mais a uma projeção política e total para a Etiópia do que um poder exercício pelos imperadores.

A produção historiográfica sobre a Etiópia buscou distanciar-se de alguns paradigmas da história nacional imperial, pois mesmo que essas narrativas possam ser delimitadas com base em acontecimentos históricos, o encadeamento arranjado por elas serviu a interesses

específicos. Fazemos esse apontamento uma vez que para o pesquisador brasileiro Paulo Fagundes Visentini (2012), a Revolução de 1974 na Etiópia inaugurou uma transformação política que rompeu com a estrutura milenar do poder imperial e o modelo de produção feudal. Seguindo essa linha argumentativa, o autor assumiu um pertencimento contínuo desde o século III vinculados ao poder imperial e a cristandade ortodoxa presente na região assumindo os mesmos marcos legitimadores da história oficial do estado-nação etíope. Indo além, Adejumobi (2007) vinculou as origens desse poder imperial na Etiópia, ao antigo império de Axum<sup>24</sup>, e seus imperadores, à genealogia bíblica<sup>25</sup>. Nesta pesquisa, consideramos que a construção narrativa de uma continuidade milenar para a história do poder imperial etíope, foi associada a manutenção do imaginário elitista, que na promoção desse encadeamento histórico, estabeleceu em conjunto a legitimidade para seu domínio do poder atuante na região central do chifre africano. Portanto, entendemos que a tradição milenar não corresponde a uma categoria de análise favorável a perceber a alteridade, negligenciando por opção, os grupos que se relacionam à margem do poder central, e desse modo permite pouco – ou quase nenhum – espaço para as tensões na história.

A formação do estado moderno etíope projetou-se também através da identidade nacional. Pretendendo afastar-se do atraso e da diferença, havia um novo perfil para os pertencentes à nação, o início do século XX, compreendeu a construção física e narrativa de uma tradição única, de forte vínculo a religião monoteísta do cristianismo ortodoxo como um passado comum para o etíope, atuando enquanto história nacional para todos aqueles que viviam sob o território dominado pelo império da Etiópia. Assim, o passado oficial, propagado enquanto história de seu império milenar usou de elementos e símbolos da história local para formar e narrar, um passado compartilhado a fim de representar uma identidade nacional homogênea. Esses esforços quanto à construção da identidade nacional estabeleceram uma articulação entre o centro e suas margens sobretudo no que diz respeito a preocupação reguladora central em propor uma unidade, identificando naquilo que desviou do

---

<sup>24</sup> Entende-se que essa tradição milenar foi resgatada pelo império na construção de sua legitimidade, como um mito fundador, ao centralizar o poder do estado-nação etíope durante o século XX, através do estabelecimento do vínculo com o antigo Reino de Axum e sua herança cristã como sucessores das dinastias históricas, tendo em vista que Axum foi um reino da antiguidade que se desenvolveu na parte norte do atual território etíope - região da fronteira com a Eritreia - e esse antigo reino, cristão desde o século IV, buscou manter seu domínio na região e autonomia em relação aos outros grupos com diferentes crenças e etnias, na relação entre a manutenção do poder, a religião cristã ortodoxa e a origem mítica das dinastias (WAHBEH, 2017).

<sup>25</sup> Kebra Nagast livremente traduzido como “Glória dos Reis” é o nome dado ao livro escrito no século XIII em Ge’ez língua da liturgia ortodoxa, que retrata a história lendária da origem da dinastia Salomônica etíope e, com isso, eterniza a tradição de descendência divina dos imperadores da Etiópia escrevendo sobre o seu vínculo à Axum e a sua linhagem a relação bíblica entre Salomão e a Rainha de Sabá (DE SOUZA NETO e DE MELO, 2010).

padrão esperado, uma ameaça ou até mesmo um obstáculo a unidade e governabilidade no país. Frente a isso, o discurso oficial vinculou-se a necessidade de medidas políticas, onde o uso da violência era ferramenta para definir e manter a unidade nacional e as fronteiras do estado. Os conflitos baseados nesse ímpeto de unificação nacional transformaram as diferenças de ordem religiosa, étnica, cultural, linguística e etc. a um patamar de reconhecimento inato. Ao definir o nacional enquanto aquele que pertence a determinada religião, etnia e compreende a língua oficial, foi naturalmente inscrito na ordem institucional. Desse modo, a diferença foi cristalizada, tornando aquele que é o outro em indesejado pela nação. Nos anos finais do século XIX, Menelik II estabeleceu seu poder de influência ao conquistar o avanço fronteiriço na região sul, o que significou a anexação do território do povo oromo. Nesse contexto, a solidificação da identidade nacional estabeleceu um passado comum aos etíopes, e durante a regência imperial de Haile Selassie a partir dos anos 1930, a modernização do país, a continuidade da tradição dinástica desde Axum e o cristianismo ortodoxo, recuperavam no conhecimento tradicional, no passado longínquo da região e na religiosidade, a narrativa da história da Etiópia atribuindo legitimidade para o poder central.

Após 1974 a estrutura do poder central na Etiópia foi rearticulada por ter rompido com o domínio imperial, hereditário e de forte vínculo religioso no país e reconfigurou as estruturas políticas que interconectavam o poder central às demais regiões do país. O golpe militar deflagrado contra o último imperador, Haile Selassie, em 1974, seria o fim do poder central atrelado a legitimidade do império cristão. Golpe esse que já tinha precedentes, quando em 1960, durante uma viagem diplomática de Selassie ao Brasil, um grupo de militares da guarda imperial articulou, diretamente da capital etíope, o controle da cidade. Porém, o retorno apressado do imperador foi suficiente para aglutinar a maioria do exército a seu favor e sufocar essa tentativa.

A Revolução de 1974 foi caracterizada por levantes populares que se intensificaram ao longo do século XX e pelo interesse de parte da força militar do país. Nesse contexto, o poder foi conquistado por um grupo de militares que, após o sequestro da família real, inaugurou o Comitê de Coordenação das Forças Armadas, Polícia e Exército Territorial ou DERG<sup>26</sup>. Entre 1974 até 1987 o país foi governado por esse regime como um comitê temporário, que passou a ser chefiado pelo Coronel Mengistu Haile Mariam ainda em 1974. Em 1987 a República

---

<sup>26</sup> DERG, Derg ou Dergue palavra em amarico (língua oficial etíope) para comitê, foi o nome dado ao grupo de militares que chefiaram o estado etíope após a revolução de 1974. Enquanto as perseguições ocorriam, disputas, fricções e perseguições internas no DERG também aconteciam, visto que, inicialmente, a liderança do comitê ocorria de maneira coletiva, e, em meados de 1976, uma frente moderada formada por Alemayehu Hailu, Moges Wolde Mikael e Tafari Bante opunha-se a outra mais radical, liderada por Haile Mariam Mengistu.



Democrática Popular da Etiópia foi inaugurada definindo vínculo com o socialismo e uma nova constituição para o país, e Mengistu ainda continuou enquanto chefe de estado, mantendo-se no poder até 1991. Ao longo de todo o governo de Mengistu, grupos etíopes articularam-se em prol da tomada do poder central e demanda por um governo civil, além desses, grupos representando o interesse de outros povos habitantes do chifre africano também fizeram frente ao poder central da Etiópia.

A coalizão de frentes de luta e grupos políticos que atuaram continuamente pelo fim do regime militar, uniram-se e conquistaram a capital etíope em maio de 1991, marcando simultaneamente três principais eventos: o fim da guerra na fronteira com a Eritréia, do regime militar com a subsequente fuga do Coronel Mengistu para o Zimbábue, e o início de um novo governo para a Etiópia. O regime democrático de transição durou até 1995 e foi chefiado por Meles Zenawi, um dos líderes do movimento de resistência a Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT). O estabelecimento do período transicional no país, encabeçado por esse líder revolucionário foi concluído com a vigência de uma nova constituição nacional publicada em 1994 e as primeiras eleições da República Democrática Federal da Etiópia em 1995, que elegeram e mantiveram Zenawi no poder (LEGIDE 2021, TESSEMA 2018).

A condução da política nacional após a Revolução, previu o estabelecimento de um comitê militar provisório, até a entrega do poder central à população através de eleições populares. Esse grupo militar, conhecido também como Conselho Administrativo Militar Provisório<sup>27</sup> se propôs comprometido com a reforma agrária, a nacionalização, a modernização e desenvolvimento do país, defendendo ativamente o fim das estruturas arcaicas, dos privilégios e tradições imperiais na Etiópia. No entanto, frente a divergências internas, entre 1974-1976 Mengistu se sobrepõe ao grupo enquanto líder uno. É diante dessa articulação que grupos da esquerda nacional como o Partido Revolucionário do Povo Etíope (PRPE) e o Movimento Socialista Pan-Etíope (MEISON), compostos principalmente pela juventude, trabalhadores, estudantes e professores<sup>28</sup> se organizavam na capital e cidades próximas buscando resistir e opor-se ao regime, disputando pelo poder central. Em 1987, quando terminou o regime temporário do comitê com a Proclamação da República Popular da Etiópia e a liderança continuou centralizada pelo Coronel Mengistu, as expectativas daqueles

---

<sup>27</sup> Original: "Provisional Military Administrative Council ou (PMAC)"

<sup>28</sup> Aspecto interessante que influenciou diretamente nas produções acadêmicas sobre o país, visto que ao desde os anos 1940, investimentos públicos foram feitos em prol da educação, programas de intercâmbio e construções de universidades na Etiópia.

que apoiaram o fim do regime imperial em 1974, acreditando nos compromissos iniciais do comitê, notaram em definitivo que as eleições populares não faziam parte dos planos de governo. O PRPE ao narrar a história do partido em 2006<sup>29</sup>, argumentou que desde 1974 se opôs ao governo militar e demandou o estabelecimento de um governo provisório popular, sendo o primeiro grupo a irradiar da capital, resistência organizada contra o Derg. Por outro lado, o grupo MEISON concordou com a necessidade proposta pelo comitê militar de um regime inicialmente transitório, e justificou sua atuação em conjunto aos militares, com a responsabilidade de guiarem a revolução para então entregá-la ao povo. Aliando-se ao regime militar, o MEISON assumiu a função de atribuir um direcionamento socialista aos programas do novo governo. Porém, ainda em 1976, com a centralização do poder cada vez mais condensada por Mengistu, os membros do MEISON foram gradualmente banidos pelo coronel e perseguidos, igualmente aos membros do PRPE que desde 1974 foram nomeados como contrarrevolucionários.

Em meio a revolução, a capital Addis Abeba se tornou palco para assassinatos e prisões em massa. Segundo Babile Tola (1989, p. 69-70) entre setembro e outubro de 1976, diversas covas rasas foram encontradas em regiões próximas da capital em Sebata e Kera, e vários corpos nas ruas de Nazareth e Dire Dawa, somando mais de 60 vítimas em apenas uma noite, além daqueles que foram presos ou simplesmente desapareceram. Cabe evidenciar que a centralização do poder praticada por Mengistu, não ocorreu de forma orgânica, a liderança administrada inicialmente de maneira coletiva pelos militares envolvidos na Revolução, começou a se polarizar ainda em 1976, entre uma frente mais moderada em oposição a uma ala mais radical, liderada por ele. É nesse cenário em que Mengistu passa a purgar internamente os membros do comitê, e se estabeleceu o marco para o terror e perseguição política, na medida em que a violência tomou mais corpo ganhando espaço até entre os pares, definindo a tensão e a violência como parte da política nacional.

No início de 1977 até o fim de 1979, através das declarações oficiais do estado e dos discursos públicos de Mengistu, foram promulgados projetos e reformas políticas com o objetivo central de eliminar a oposição, isto é, qualquer indivíduo considerado envolvido com ação radical contrária ao regime. Logo, a revisão do código penal, que, a partir de 1976, passou a identificar o levante contrário ao governo como ameaça a unidade e governabilidade

---

<sup>29</sup> Ethiopian People's Revolutionary Party – EPRP. "The Truth About the EPRP", 2006. Disponível em: <[https://archive.org/stream/TheTruthAboutTheEthiopianPeoplesRevolutionaryParty/EPRP\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/TheTruthAboutTheEthiopianPeoplesRevolutionaryParty/EPRP_djvu.txt)> Acessado em: 01/02/2017.

na Etiópia, tornou passível a pena de morte para os chamados opositores. Além disso, as greves passaram a ser consideradas um crime contra a produtividade e o bem comum para os etíopes, sendo igualmente punidas. Em vista disso, não há um marco inicial para as campanhas de governo conhecidas como o Terror Vermelho, entretanto, “houve uma clara declaração oficial do estado sobre homicídios políticos em massa, como um projeto estatal sistemático e extensivo para eliminar a oposição política, entre setembro de 1977 e dezembro de 1979” (TOGGIA, 2012, p.270). Para Babile Tola o Terror Vermelho constituiu-se em fevereiro de 1977 e diferiu do terror até então praticado pelo aumento numérico da repressão, prisões, torturas e mortes (1989, p.67-70). Historicamente, podemos inferir que o uso do termo terror vermelho para definir as ações do estado, e o terror branco as ações dos contrarrevolucionários, foi uma forma que o estado etíope encontrou de alinhar-se à um regime de orientação socialista, e de tal forma, receber apoio e armamento do bloco soviético. Ainda sobre o simbólico do vermelho, pensando no memorial destinado aos mártires das campanhas do terror, Bridget Conley descreveu:

“Cada palavra conta uma história: vermelho, terror, mártires, memorial e museu. Vermelho é a cor da violência. (...) É a cor de uma ferida e a cor da revolução. Seu uso no contexto etíope (1976-1978) é emprestado da Rússia de 1917. O vermelho era uma promessa e uma ameaça de que a violência cumpriria a visão revolucionária”<sup>30</sup> (CONLEY, 2019, p.1).

Nota-se que o termo terror vermelho manifestou uma amalgama de sentido, mas surgiu como o nome dado a campanha de massacre em massa praticado pelo regime militar e seus apoiadores, contra a população etíope.

O *Keye Shibir* – amárico para Terror Vermelho – traduzido livremente significa *caos vermelho*, refletindo nesse contexto a ideia de que em tempos de revolução eram tempos de caos e conflito, portanto, havia a constante necessidade de intervenção e vigilância em nome da segurança nacional. A defesa da revolução precisava ser permanente, definindo a própria viabilidade da unidade nacional, e a construção dessa narrativa sedimentou a política como um ambiente vinculado ao terror na sociedade moderna etíope. O uso da revolução revestiu, então, a autoridade do estado de um caráter impassível de crítica, sendo a ideia da revolução, nas palavras do pesquisador Jon Abbink (1995, p.136) “a desculpa abstrata para todo tipo de

---

<sup>30</sup> No original: “Each word tells a story: red, terror, martyrs, memorial, and museum. Red is the color of violence. (...) It is the color of a wound and the color of revolution. Its usage in the Ethiopian context (1976–1978) borrows from 1917 Russia. Red was a promise and threat that violence would fulfill revolutionary vision.”

excesso”. A violência do estado foi encarada como um procedimento revolucionário, ou da execução da justiça revolucionária.

A violência praticada em nome da revolução, permitiu ao regime militar liderado por Mengistu buscar apoio internacional. Sob as justificativas de que as estruturas do país estavam protegidas das forças coloniais e eram geridas em favor do desenvolvimento e modernização nacional, o líder etíope atuava nos espaços da diplomacia africana. Tanto que, nesse momento, a legitimidade do governo não estava em jogo, e salvaguardar a revolução parecia nada menos que uma política nacional. A nível continental a OUA – como sabemos, sediada na Etiópia – realizou entre os anos de 1986 e 1987 uma série de reuniões para a implementação da Carta dos Direitos Humanos Africana (CDHA) como compromisso internacional assumido pelo bloco desde 1967 em relação a carta dos direitos humanos da ONU de 1948. Contudo, isso não representou sua ratificação pelos países membros até 1999. Sobre a história da carta africana e o processo de sua elaboração em relação ao governo da Etiópia a instituição africana escreveu:

“Como resultado da hostilidade de certos governos africanos à proteção regional dos direitos humanos na África, uma conferência de plenipotenciários marcada para que a Etiópia adotasse o esboço da carta não poderia ter lugar. Este período foi o mais dramático da história da Carta. O projeto da Carta estava claramente sob ameaça. No meio desta atmosfera tensa, a convite do Secretário-Geral da OUA o Presidente da Gâmbia convocou duas Conferências Ministeriais em Banjul, na Gâmbia, onde o projecto de Carta foi adoptado e subseqüentemente submetido à Assembleia da OUA.”<sup>31</sup>

O clima tenso que o extrato se refere, vai de encontro com as tensões presentes na arena política do país sede da instituição, de modo que, mesmo operando em legitimidade, as ações desse regime tinham impacto nas possibilidades e projetos que a instituição continental africana estivesse levando a cabo.

Retomando a história etíope, as principais transformações políticas propostas pelo novo regime ocorreram ainda em 1975 e focaram em questões relativas ao poder em nível local, reorganizando as 14 províncias – *Teklay Ghizats* – em 14 regiões – *Kifle Hagers* – (sendo a Eritreia uma delas desde formalmente anexada em 1962) e todos os governadores gerais foram substituídos em cada uma das regiões administrativas por militares ou apoiadores do regime. Nesse mesmo ano, o governo criou as *Kebeles*<sup>32</sup> – associações de

---

<sup>31</sup> Informações sobre a história da carta africana estão disponíveis no site da instituição, igualmente o acervo digital. Disponível em: < [https://www.achpr.org/pr\\_hotac](https://www.achpr.org/pr_hotac) > Acesso em: 27/04/2021.

<sup>32</sup> As *Kebeles* foram associações criadas pelo regime militar, que subdividiu as regiões em distritos e cada distrito, em *kebeles* ou associações de bairro menores, este instrumento tinha como atribuição auxiliar em

moradores urbanos nas cidades e associações campestres em áreas rurais – nas regiões ou distritos e sub-regiões do país, sendo elas as estruturas locais do governo e a partir delas que a política era gerida nas margens do estado. Essas construções transformaram a estrutura política no país, principalmente quanto a função de integrar as demais regiões na burocracia central, ramificando esse poder sob o território nacional. Em relação ao terror vermelho, esses espaços articularam ações de significativo impacto para sua propagação. No mês de março de 1977, as *Kebeles* haviam adquirido plena autoridade legal para inspecionar e deter cidadãos, de maneira semelhante a violência foi exercida pelas administrações locais em Addis Abeba.

Nesse contexto, a divulgação de uma linha direta para denúncias anônimas, intensificou o clima de tensão e desconfiança entre a sociedade arraigando a presença do estado. Ainda nesse período, o Derg anunciou que o número oficial de mortos do Terror Vermelho entre dezembro de 1977 e março de 1978 foi de 480.99. Contudo, Wiebel (2014) argumentou que considerando as valas comuns desenterradas no início dos anos 1990 e os dados contemporâneos, é evidente que esse número é um eufemismo significativo, pois as estimativas apontam entre 4.000 e 5.000 mortos somente em Addis Abeba entre novembro de 1977 e março de 1978, dados esses, alinhados com o lado conservador dos números<sup>33</sup> da Procuradoria Especial (WIEBEL, 2014, 197-198).

O antropólogo e historiador Jan Abbink (1995, p.141) salientou que, diferentemente do apelo a tradição dos elementos religiosos do império, o regime militar etíope defendeu seu estabelecimento no poder diretamente da capital, na manifestação do terror pela tortura, assassinato e intimidação. A exposição dos corpos assassinados nas ruas e a prática de quebrar garrafas cheias de líquido vermelho – em suas palavras, o sangue de seus oponentes - durante seus discursos inflamados ainda no final dos anos 1970, configuram essa performance do terror incorporada pelo Coronel Mengistu, um dos constructos pelo qual estruturou seu poder ao longo de sua liderança no regime. É nesse sentido que o estudioso Abbink (1995) identificou na prática do terror vermelho, a violência como um poder autônomo sob os corpos, principalmente com o armamento dos apoiadores do governo transformados em

---

questões como habitações, infraestrutura, distribuição de alimentos, acesso a saúde e recursos burocráticos. Em 1975 a maior parte dessas associações tinham sua própria milícia e centro de detenção a serviço da revolução, isto é, do regime militar, que muitas vezes eram compostas por apoiadores civis, não somente militares (WAHBEH, 2017, p.62-63; WIEBEL, 2017, p.11-12). Essa estrutura ainda correspondem as divisões e estruturas da política do país, contabilizando mais de 30 mil kebeles atualmente (SHINN, David H.; OFCANSKY, Thomas P.: Kebele. In: Shinn, David H.; Ofcansky Thomas P. (eds.): Historical Dictionary of Ethiopia. Lanham, Maryland (et al.) 2004, 237-238).

<sup>33</sup> Sobre os dados da PE, em estimativa apresentada por Enyew (2008, p.21) cerca de 3 mil testemunhas foram relacionadas pelo judiciário etíope que fez um imenso trabalho na coleta e catalogação de evidências recolhendo cerca de 309.215 páginas de documentos governamentais com assinaturas claras de funcionários de alto escalão, e 3.000 testemunhas foram preparadas para os julgamentos.

agentes nas *Kebeles*, e transformando também, os espaços institucionais do estado, em centros locais do terror. Parte integrante deste cenário foram as torturas, o encarceramento massivo, sem direito a justiça, necessidade de julgamento ou apresentação de provas, além das péssimas condições de higiene e prédios superlotados sem infraestrutura para o número de encarcerados

### 1.1 ENTRE A ETIÓPIA E A UNIÃO AFRICANA: AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DE UM PASSADO INCONCILIÁVEL

Acreditamos somente ser possível considerar a introdução dos direitos humanos enquanto política no continente africano após o decorrer e consolidação das lutas por independência dos anos 1960, diante do movimento de pôr fim ao colonialismo europeu, associadamente a crescente produção de conhecimento a respeito da emancipação, união Pan-africana e da dignidade humana, por pensadores africanos e afrodescendentes que ocupavam espaços da política internacional. A consolidação de uma união total entre os países africanos independentes nos anos 1960, refletiu no espectro das disputas políticas, parte desse conhecimento enquanto direcionamento ideológico e político para os governantes que tinham como desafio deliberar sobre a autonomia e integração entre os países frente a uma unidade continental. Qual força seria soberana na África, a do bloco continental ou de cada um dos estado-nação? Em 1963 a criação da Organização da Unidade Africana garantiu a manutenção da soberania dos estados nacionais em detrimento de uma integração centralizada em um único governo para todo o continente, o que refletiu diretamente sobre a configuração dos direitos humanos e a atuação das instituições africanas quanto a esses direitos no continente.

Agindo ativamente em espaços internacionais desde sua participação na Liga das Nações em 1936, quando denunciou os abusos cometidos pelas forças italianas que ocupavam a Etiópia, ao regressar ao país em 1941 o imperador Haile Selassie, articulou investimentos para a capital a erigindo como centro de poder capaz de conectar os países do continente e projetá-los à uma diplomacia global. Os elementos da história nacional etíope quanto ao passado cristão e milenar, e na contemporaneidade, de inconquistada pela colonização resplandecendo a aura de um poder central tradicional africano, buscaram reforçar o papel almejado pelo imperador da cosmopolita capital etíope como um local que garantiria o exercício da diplomacia de forma soberana para as nações africanas recém independentes.

Ao examinarmos o significado histórico da criação do Memorial para os Direitos Humanos na sede do bloco africano, identificamos a inserção desse projeto em um contexto de renovação institucional e transição política na Etiópia. Tendo como problemática central o

processo que, para a viabilização da construção, envolveu transformar o espaço de uma antiga prisão nacional em museu. Com o desenrolar do projeto, entretanto, a prisão foi inteiramente demolida e o museu que seria composto pela preservação de parte desse espaço, tornou-se um memorial no qual somente uma espécie de rocha – como um escombros – foi preservada. Além disso, a questão do nome também foi um ponto importante para nossa análise, uma vez que ao buscarmos o contexto histórico e a atuação do bloco internacional africano, percebemos que tais mudanças que ao longo do projeto que previam o Museu Memorial do Genocídio, lançado como Memorial dos Direitos Humanos, estão intrínsecas aos demais processos de transição política e em relação a períodos de conflito, onde o trauma e a memória circunscreveram ferramentas políticas para a narrativa da história nacional.

Assim, historicizar os documentos institucionais produzidos ao longo do período de 2004 a 2012 significou uma tentativa de entender a narrativa institucional que se propagou através do memorial, envolvendo a relação da instituição africana e o passado político do país entrelaçada a sua sede na capital. Identificando, desse modo, as rupturas pretendidas com o passado, e a importância dos direitos humanos na reestruturação do bloco africano e os novos compromissos políticos assumidos. A tentativa de identificar a intersecção entre a União Africana, o Terror Vermelho e o regime de transição da Etiópia têm a intenção de entender os sentidos que geraram as bases para a elaboração do memorial analisado. Bem como, as consequências das escolhas assumidas pela organização em sua dimensão internacional.

Para estudarmos a construção do memorial, estabelecemos ser necessário contextualizar tanto a preocupação que o motivou – o porquê de sua elaboração, o que ele almejou fazer ser lembrado, seguindo o que foi exposto nos documentos sobre esse projeto – e a conjuntura político social que as deliberações a seu respeito estiveram inseridas. Desse modo, realizar essa análise através dos documentos institucionais que foram produzidos nesse interim de 2004 a 2012, em assembleias e comissões deliberativas, incluiu mapear aspectos do interesse da União Africana, entendendo que eles podem refletir os interesses que se prevalecem entre os governantes membros. Considerando que, conforme a estrutura deliberativa do bloco, foram essas lideranças que agiram diretamente quanto as articulações necessárias para sua viabilização. As definições físicas do memorial, como em relação a doação do prédio prisional por parte do estado etíope para a UA e, posteriormente, sobre a sua demolição, refletem a interação entre a política governamental e a do bloco.

Percebemos, então, a construção do memorial como um meio de estudar o encontro entre a história da instituição, a política etíope em meio a construção da democracia para o país e as articulações entre os direitos humanos e a política internacional africana. Nossas

considerações compreenderam que a associação com os direitos humanos pode ser um importante caminho, uma vez que significou aderir – mesmo que em um sentido narrativo - a uma movimentação internacional em prol dos regimes democráticos, e simultaneamente, possibilitou a instituição, distanciar-se do que ficou no passado – como Alem Bekagn e os crimes cometidos no local. As mudanças no projeto, nesse sentido, são pontos de tensões entre as escolhas a serem levadas a diante, desse modo, buscamos traçar os paralelos entre a conjuntura nacional etíope, as dinâmicas internas da instituição continental africana, e as do debate público local e internacional. O intercâmbio entre essas esferas foi pensado para nos possibilitar indagar a respeito dos elementos vinculados ao MDHUA que não estão descritos nas linhas das fontes, mas compõe seu significado.

Considerando que a primeira menção do compromisso da UA em construir um museu surgiu em 2004 e a inauguração da “Pedra Fundacional” ocorreu em 2012, o recorte dessa dissertação está demarcado sob esses marcos, ao estudarmos o período, foi estabelecida a abordagem do contexto institucional na capital etíope, indissociável ao contexto político-social continental desde um período anterior ao recorte dado. Essa escolha se deu por compreendermos que os anos 1990 que antecederam o projeto correspondeu ao período de mudança da OUA para UA, coincidiu com uma intensa reorganização da política internacional com o fim da Guerra-Fria, e especificamente sobre o contexto nacional etíope, de 1991 a 1995 foi estabelecido o regime provisional com a vitória da Frente Popular de Libertação Tigré (FPLT) contra o governo militar de Mengistu Haile Mariam. Após as primeiras eleições em 1995, foi criada a República Democrática da Etiópia, e no contexto dessas transições em que o memorial teve o sentido de suas bases delineado.

Desde sua criação em 1963, a sede da Organização da Unidade Africana dividiu o mesmo quarteirão em uma região central da capital etíope, com uma prisão destinada especialmente a presos políticos (CONLEY, 2019; DE WAAL e IBRECK, 2013). O início dos anos 2000, no entanto, esse cenário foi transformado visualmente e institucionalmente, dado que, em 2002 a OUA é oficialmente sucedida pela UA, e nesse momento, recebeu do governo nacional a possibilidade de ampliar sua sede, ganhando a posse do antigo prédio prisional vizinho. Prédio prisional esse, que em 2004 é desativado para dar lugar a um museu, porém em 2007, acabou sendo totalmente demolido.

Popularmente conhecida por Alem Bekagn, que traduzido do amárico seria como “o mundo acabou/adeus ao mundo”, a prisão central da Etiópia também era chamada de prisão



*Akaki*, ou ainda *Kerchele*, foi um local historicamente reconhecido por prisões e massacres políticos como o “*Yekatit 12*”<sup>34</sup> e o “Massacre dos 60”<sup>35</sup>. Espaço que também foi lembrado em diversos testemunhos escritos por pessoas que vivenciaram as práticas do terror ao longo do regime militar, após a revolução de 1974 no país. Possivelmente a prisão existe desde 1923, e foi construída durante o reinado da Imperatriz Zewditu (1916-1930), contudo tornou-se notória pelo massacre seguido da ocupação italiana após a Segunda Guerra Ítalo-Etíope (1935-1937) dado a vitória e ocupação da capital, onde as forças fascistas e colonizadoras assassinaram milhares de etíopes e aprisionaram outros tantos nesse local (CONLEY, 2019, p.98; METAFARIA, p.21). A prisão permaneceu em uso com a retomada do poder pelo imperador etíope Haile Selassie, abrigando nacionalistas eritreus e os envolvidos na Rebelião de Woyane<sup>36</sup>.

Ao longo de todo o regime do DERG, a prisão foi local associado à tortura e execução de membros dos grupos políticos. Nesse interim, o nome Alem Bekagn ganhou sentido como um valor atribuído pela experiência social associada ao trauma e terror que esse espaço representou nas dinâmicas políticas da sociedade etíope. Obras como *Tower in the Sky* da autora Hiwot Teffera (2012) e *Notes from the Hyena's Belly* por Nega Mezlekia (2001) compuseram o rol de produções etíopes de sucesso, que segundo Bridget Conley (2019) foram bem recebidas pela literatura internacional e pela sociedade etíope, por mesclarem as autobiografias com os elementos históricos dos anos após a revolução de 1974. A autora ainda adverte sobre a permanente relevância dessa literatura, ao passo que inclusive membros do DERG passaram a escrever as suas. Além dos títulos citados, talvez a primeira dessa temática no país, *To Kill a Generation* de Babile Tola<sup>37</sup> (1989) baseada nas experiências, muitas vezes entrelaçada a de familiares ou membros da resistência, do autor ao longo do terror vermelho.

---

<sup>34</sup> Yekatit 12 é uma data do mês no calendário etíope, que é equivalente a 19 de fevereiro no gregoriano, é também o nome dado ao massacre liderado pelo general italiano Rodolfo Graziani, que ocorreu em 1937 na prisão Alem Bekagn (PANKHURST, 1999).

<sup>35</sup> Massacre dos sessenta: Nome dado ao assassinato de 60 oficiais do Império, que ocorreu no pátio da prisão Alem Bekagn em novembro de 1974, cometido por oficiais militares, em sequência ao golpe de estado contra Haile-Selassie, o último imperador da Etiópia (Ver WIBEL, 2014; WAHBEH, 2017).

<sup>36</sup> Revolta de Woyane ou Wayyane, que, em 1943 ocorreu na região Tigray, manifestou a oposição dos camponeses contrários as medidas modernizantes e unificadoras da administração central etíope, pois tais medidas passariam a limitar e reduzir a influência e autonomia das províncias. As forças imperiais amparadas por tropas e armamento britânico, bombardearam a região para acabar com a revolta (WAHBEH, 2017, p.49-50). Essa revolta pode ser entendida como a resposta a sistemática expropriação das terras praticada pela elite local, compelindo o deslocamento forçado, que obrigou diversos grupos a buscarem por terras em regiões próximas, criando com isso uma série de outros problemas, como a possibilidade de novos conflitos quando ocorre o encontro com outros grupos.

<sup>37</sup> Babile Tola é um pseudônimo usado pelo autor, reconhecido como membro da liderança do partido etíope conhecido pela sigla EPRP ou Partido Revolucionário do Povo Etíope (WIBEL, 2017, P.6).

O trabalho de Tola (1989) tem destaque especial, pois além de reunir suas memórias, contribuiu enquanto documento para estudos sobre o período, trazendo o relato de outros sobreviventes, dados sobre o regime militar e os movimentos políticos nacionais, bem como, um escrutínio crítico das campanhas do terror. E sobre a prisão Alem Bekagne o autor expõe sua indignação:

"A prisão central, um dos poços de horrores, chamava-se Alem Bekagne ("Já tive o suficiente do mundo!" literalmente: quem disse que a elite feudal não se entrega ao humor!) e estava a passos de distância do antigo prédio de vários andares da Comissão Econômica para a África. (Alem Bekagne ainda está de pé!)."<sup>38</sup> (TOLA, 1989, p.7).

Para o autor a proximidade física entre sedes de instituições internacionais como a Comissão Econômica Africana das Nações Unidas (CEA) em relação a prisão central, acima mencionada, torna-se debatível no momento em que o local foi declaradamente palco dos abusos e massacres no país em diferentes períodos e regimes. Vale destacar que a CEA surgiu ainda em 1958 em assembleia geral da ONU, e em 1961 foi estabelecida com sede na capital etíope no prédio conhecido como *African Hall*. Local com importante papel para a diplomacia internacional africana, sendo a sede que abrigou os representantes dos estados independentes africanos na primeira – e originária - reunião da Organização da Unidade Africana em 1963.



Figura 1 – Haile Selassie discursando na Liga das Nações, 1936.

Fonte: History - *The Inauguration of Africa Hall*. Disponível em <<https://www.uneca.org/africa-hall/the-origin>> Acessado em 25/06/2023.

<sup>38</sup> No original: "The central prison, one of the pits of horrors, was called Alem Bekagne ("I have enough of the world!" literally: who says feudalists don't indulge in humour!) and was a stone's throw from the multi-storeyed old siege of the Economic Commission for Africa. (Alem Bekagne still stands!)".

Em meio a realidade do sofrimento social, o período político transicional na Etiópia dentre seus objetivos, tinha como principal desafio lidar com “a cicatrização de feridas” e criar com isso, o que o professor etíope Marshet Tadesse chamou de “estratégias para enfrentar um passado repressivo” (TESSEMA, 2018, p.133). Indo de encontro com esse objetivo, a terceira motivação elencada na carta do governo (1991) estabeleceu: “Considerando que a paz e a estabilidade, como condições essenciais do desenvolvimento, exigem o fim de todas as hostilidades, a cura das feridas causadas pelos conflitos e o estabelecimento e manutenção da boa vizinhança e cooperação”<sup>39</sup>. Dentre essas feridas a serem curadas, o terror significou uma reestruturação geral da política, uma vez que a performance dessa violência ocorreu a partir dessas estruturas do estado, o papel da PE de levar à justiça os responsáveis pelas violações de direitos humanos foi de central importância para a FDRPE direcionar o legado criminal do DERG à justiça, propondo inclusive essa ação como medida preventiva a futuras violações. Além de atribuir a política, novo sentido em relação a sociedade, ao recolher depoimento das vítimas e coletar evidências trazidas por aqueles que foram perseguidos ou perderam familiares, as ações por parte da PE ainda no regime transicional, estabeleceram a abordagem judicial em relação aos crimes contra a humanidade na Etiópia, e esses crimes seriam agora imputáveis e incoerentes com a república democrática do país.

Em sua obra composta por uma vasta e bem detalhada análise quanto ao processo de justiça transicional na Etiópia, Tessema propõe os dois principais vieses do debate sobre os mecanismos de abordagem quanto a memória do que ele chama de “violações grosseiras e massivas dos direitos humanos” (IDEM, p.142) nas sociedades, a essência era escolher entre o processo criminal, que representava a justiça, e outros mecanismos não judiciais, que representavam a paz. No entanto, a partir dos anos 2000 o autor aponta para o esvaziamento dessa abordagem dicotômica, dando lugar à visão atual e predominante, segundo a qual paz e justiça são consideradas complementares e não contraditórias:

“CONSIDERANDO que a ditadura militar foi, em essência, uma continuação dos regimes anteriores e seu fim marca o fim de uma era de subjugação e opressão, iniciando assim um novo capítulo na história etíope em que a liberdade, a igualdade de direitos e a autodeterminação de todos os povos devem ser os princípios governantes da vida política, econômica e social e,

---

<sup>39</sup> No original: “Whereas peace and stability, as essential conditions of development, require the end of all hostilities, the healing of wounds caused by conflicts and the establishment and maintenance of good neighbourliness and co-operation.”.

assim, contribuir para o bem-estar dos povos etíopes e resgatá-los de séculos de subjugação e atraso”<sup>40</sup> (NEGARIT GAZETA, 1991, p.1)

Com essas considerações, o regime transicional e a república que o sucederam, ambos encabeçados por Meles Zenawi, associaram ao DERG e igualmente ao regime imperial, a violência e injustiça em relação ao povo etíope. Com isso, o local da resistência que na narrativa do terror vermelho correspondia aos opositores, rebeldes, separatistas e inimigos do país, nesse momento, assumem na narrativa oficial o local do subjugado e oprimido que após anos de luta, conquistou a libertação.

Em um contexto de desenvolvimento e reestruturação democrática, a questão dos espaços físicos fez parte do desenvolvimento urbano na capital etíope, o que representou importante fator de investimento por parte do governo, que nesse momento era gerido pelo primeiro-ministro Meles Zenawi, primeiro governante eleito no país. A preocupação com a reorganização da cidade foi encarada como projeto de estado nesse momento, associando o desenvolvimento à superação do passado ditatorial que havia transformado a capital em palco para massacres. Aprofundaremos adiante o estudo sobre a década de 1990 na Etiópia, perpassando pelo fim do regime militar em 1991, e início do regime transicional que perdurou até 1995, dando lugar para a atual República Federal Democrática da Etiópia, tendo como base o estudo do documento *Carta do Período de Transição da Etiópia*<sup>41</sup> no qual foram estabelecidos os compromissos do regime transicional e os direcionamentos iniciais dados à república em gestação. Buscando com isso, identificar as preocupações com a memória do terror, nesse momento de ruptura e transformações política, e como esse interesse se refletiu nas instituições etíopes e nos reordenamentos urbanos.

Entendemos que a historicidade que se atribuiu ao estado-nação etíope, foi baseada na tentativa política de um grupo em criar uma unidade nacional que excluiu toda e qualquer concorrência a essa coesão buscando com isso, assumir o domínio das estruturas do estado. Desse modo, o poder central tomou forma de supressão, perseguição e domínio imposto pela centralidade às suas margens. Grupos que através de sua cultura, tradições, religiosidade, e

---

<sup>40</sup> No original: “WHEREAS the military dictatorship was, in essence, a continuation of The previous regimes and its demise marks the end of an era of subjugation and oppression thus starting a new chapter in Ethiopian history in which freedom, equal rights and self-determination of all the people shall be the governing principles of political, economic and social life and thereby contributing to the welfare of the Ethiopian Peoples and rescuing them from centuries of subjugation and backwardness”.

<sup>41</sup> Originalmente “Transitional Period Charter of Ethiopia” foi publicada na gazeta oficial do governo etíope, *Negarit Gazetta*, em 22 de julho de 1991. Foi escrito na língua oficial do país e em inglês. Atualmente encontra-se como documento que faz parte de inúmeros acervos digitais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <<https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl-nat.nsf/0/DE56D2B9CDC770C1C1257B4300459812>> Acessado em 05/09/2021.

modos de vida em geral eram vistos por esse centro como um entrave às expectativas unificantes almejadas foram compelidos a adequação ou dominação - quando não a morte através da violência dos conflitos. Tradicionalmente, a historiografia etíope associou ao exercício do poder de maneira centralizada através do império como demarcações para o estado-nação na Etiópia desde meados do século XIX, apontando para o os imperadores desde Yohannes IV (1837-1889) e Menelik II (1844-1913) a Haile Selassie (1892-1975). Entendemos que a criação do estado incorreu ao vínculo a esses elementos tradicionais, como a língua e religião oficial do estado imperial sendo respectivamente o Amárico e Cristianismo Ortodoxo, enquanto sentido estratégico e legitimador para o domínio, articulando a tradição milenar do poder político à uma elite étnica e culturalmente definida como herdeira do gerenciamento desse estado. Identificando essas premissas, a alternativa implementada pela gestão militar entendeu foi distanciar o estado do vínculo com uma etnia e uma religião, para assim galgar apoio político entre os etíopes insatisfeitos com a estrutura imperial. No entanto, no que tange a atuação nas fronteiras, o Derg manteve as pretensões expansionistas do regime antecessor. Na fronteira norte do país, a Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT) vinculada a região Tigré que faz divisa com a Eritreia, e a Frente de Libertação da Eritreia (FLE) movimento que lutou pela independência da Eritreia em relação a Etiópia desde o regime imperial, mantiveram a resistência armada ao governo militar do país.

Autores da área das relações internacionais como o pesquisador norueguês Kjetil Tronvoll (2000) o único país não colonizado do continente manteve sua soberania estabelecendo negociações com o mundo ocidental e expandindo sua influência sob a região do chifre africano. Essa expansão, contudo, significou a invasão de regiões vizinhas. Debatendo essa questão, o editorial “*Abyot!*”<sup>42</sup> do PRPE escrito em 1977, argumentou que “apesar de [Derg] falar sobre autonomia regional, está bombardeando a Eritreia, operando massacres em larga escala em nacionalidades oprimidas”<sup>43</sup>. As dinâmicas de expansão que configuram o estado etíope para Tronvoll (2000) igualam as ações dos líderes etíopes no chifre africano, a dos europeus colonizadores e atribuíram a Etiópia legitimidade internacional como um estado imperial soberano e independente desde o século XX.

A tentativa de manter a unidade minimizando a diversidade no país também teve espaço no regime do Derg, mesmo que não sendo operada através da língua ou religião,

---

<sup>42</sup> EPRP. The War in the Ogaden. In: *Abyot!* Vol. II, No. 5, Julho-Agosto, 1977, p.1-3. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/erol/ethiopia/ogaden.pdf>> Acessado em: 19/10/2017.

<sup>43</sup> No original: “despite its [DERG] talk about “regional autonomy”, it is bombing Eritrea, carries and out a large scale of massacres on oppressed nationalities”.

argumentamos que pode ser percebida pelo discurso quanto a defesa da revolução, substituindo a tradição pelo apelo ideológico. Notamos essa intersecção entre interesse político associado a identidade nacional principalmente quanto a defesa do território em meio as guerras nas fronteiras contra a Eritréia, no Tigré e a Somália, na região do Ogaden. A guerra do Ogaden ocorreu entre 1977 e 1978, quando tropas somalis lideradas por Siad Barre invadiram a região etíope do Harerge buscando anexar o Ogaden e as cidades da capital da província, Harer e a cidade de Dire Dawa, base da força aérea etíope, como parte do projeto de criação de uma Grande Somália (TAREKE, 2009, p.183). Na perspectiva do PRPE “A guerra entre o regime de Siad Barre e Mengistu foi primariamente uma guerra entre os dois ditadores com suas próprias agendas políticas.” (WAHBEH, 2017, p.69 apud PRPE, 2006, p. 22). A disputa pela região do Ogaden entre os dois países remontou as tensões dos anos 1960, momento em que a Somália conquistou sua independência e passou pelo processo de estabelecimento de suas fronteiras. A partir dos anos 1970, contudo, tanto a Etiópia como a Somália buscaram apoio financeiro e envio de armamento negociando com as diplomacias do bloco soviético e com os Estados Unidos, preparando seus exércitos para estabelecer as fronteiras por meio do conflito armado. Em janeiro de 1977, Jimmy Carter tornou-se presidente dos Estados Unidos, e com ele uma ofensiva em direção aos direitos humanos que refletiu diretamente nas relações diplomáticas do chifre da África. Por razão disso, ainda em fevereiro, foi anunciado que a Etiópia, juntamente com o Uruguai e a Argentina, receberiam ajuda reduzida dos EUA por conta das violações aos direitos humanos praticadas pelos regimes militares dos respectivos países (TIRUNEH, 218-221). Nesse momento, Mengistu expulsou os diplomatas americanos do país e fechou a embaixada, alinhando-se definitivamente com a URSS, marcando o fim das relações diplomáticas entre Etiópia e Estados Unidos, proficuas ao longo do regime imperial de Menelik II e Selassie.

Desde 1962, a Eritréia iniciou a luta pela sua autonomia em relação ao regime de federação imposto pelo imperador Selassie, e para o movimento de libertação, à relação de dominação imposta pelo governo central seria, supostamente, resolvida com a queda do imperador, o que não aconteceu. Esses conflitos constantes com a Eritréia, causaram caos e destruição na região Tigré - território limítrofe entre um país e outro - e, por conta disso, muitas pessoas acabavam se aproximando da FLPT, uma vez que a guerra “aumentou a popularidade das frentes e a impopularidade do regime”<sup>44</sup> (TAREKE, 2009, p.95). Existindo desde 1975, a frente de libertação do povo Tigré, consolida-se e expande suas atividades entre

---

<sup>44</sup> No original: “increased the fronts popularity and the regime’s unpopularity”.

os anos de 1979 e 1987, formando nesse interim, um forte vínculo com a luta dos eritreus e um amplo e munido exército que mantém relações diplomáticas com os EUA. Para o historiador etíope Gebru Tareke (2009), diferentemente dos levantes separatistas ocorridos nas regiões norte ainda durante o regime imperial, as manifestações que emanam dessas áreas após a revolução, almejam o poder estatal. O que significou a caminhada dessas forças sob o território etíope, objetivando o domínio da capital.

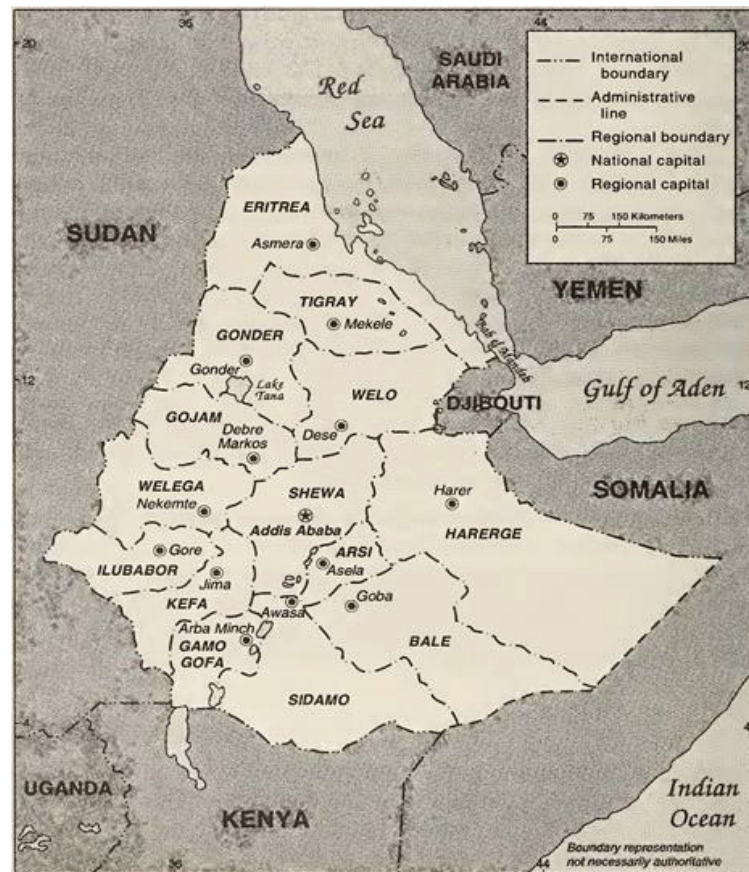


Figura 2 - Mapa 1 – Divisões administrativas da Etiópia, 1974.

Fonte: OFCANSKY, P. Thomas, BERRY, LaVerle. (Ed) Ethiopia: a country study. Federal Research Division, Library of Congress, 4.ed. 1993.

Considerando a formação da Coalisão FDRPE em 1991 a partir de movimentos que irradiaram suas ações desde as suas regiões até e cidades periféricas até chegar na capital e tomar o poder central, agora conquistado o domínio do estado, era necessário fazer o caminho de volta, rearticular aquelas estruturas públicas atreladas ao exercício do terror à um caráter burocrático de administração pública, assumindo com isso, compromissos públicos inclusive no âmbito internacional. Ao assumir o poder desde o período transicional, o novo governo estabeleceu que as regionalizações do país acompanhariam as suas bases étnicas, configurando a organização política de um federalismo étnico. O documento de transição assinado por Meles Zenawi em 1991, começou com o seguinte estabelecimento:

“Considerando que a derrubada da ditadura militar que governou a Etiópia há dezessete anos apresenta um momento histórico, proporcionando aos Povos da Etiópia a oportunidade de reconstruir o país e reestruturar democraticamente o Estado”<sup>45</sup> (NEGARIT GAZETA, 1991, p.1.).

Essa composição da república federal parlamentar acompanhou desse modo, a reorganização do país através das divisões administrativas com base nos grupos étnicos, associando o estabelecimento regional e a representatividade política de cada região no parlamento a esse pertencimento, sendo o primeiro país a estabelecer um federalismo étnico como estrutura de governo (LEGIDE, 2021). Além disso, significou a independência da região da Eritréia que após expulsas as tropas italianas, foi desocupada pelo exército britânico quando o governou eritreu, por decisão arbitrada na ONU, foi federado ao governo da Etiópia em 1952. Esse acordo internacional durou até o ano de 1962, quando o imperador etíope anexou formalmente a Eritréia suprimindo os órgãos políticos nacionais, lembrando que os partidos e grupos políticos já eram proibidos por Selassie inclusive na Etiópia. Ainda em 1960, o movimento eritreu se organizou através da Frente de Libertação da Eritréia (FLE) mantendo-se atuante ao longo de todo o período, após coalizão entre demais forças internas, surgiu a Frente de Libertação do Povo Eritreu (FLPE) que a partir dos anos 1970 assumiu a liderança dessa resistência ao governo etíope (ABBAY, 2010).

A celebração da Independência da Eritréia em relação a Etiópia em 1991, após mais de 30 anos de luta, denotou as relações amistosas entre os líderes de movimentos revolucionários, Meles Zenawi da FLPT e o Isaias Afwerki da FLPE. Porém, não impediu que em 1998, tensões por desacordos nos estabelecimentos dos limites territoriais motivassem o irromper de novos conflitos armados até os anos 2000 entre o governo dos dois países.

A FDRPE foi formada ainda nos anos 1990, pela coalizão dos grupos como a Organização Democrática dos Povos Oromo ou Partido Democrático Oromo (ODPO/PDO), Movimento Nacional Democrático Amhara (MDNA), Movimento Democrático dos Povos do Sul da Etiópia (MDPSE) e a Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT). Esse agrupamento, no entanto, não representou a igualdade quanto a liderança ou direcionamento dado ao governo de transição, uma vez que foi o líder da FLPT que assumiu o controle do estado. O domínio do governo etíope foi articulado desde a luta interna e a partir de acordos internacionais estabelecidos em consonância com a ocupação da capital pelas tropas da coalizão. Para entendermos a força política da FLPT frente ao governo militar de Mengistu e

---

<sup>45</sup> No original: “Whereas the overthrow of the military dictatorship that has rule Ethiopia for seventeen years presentes a historical moment, providing the Peoples of Ethiopia with the opportunity to rebuild the country and restructure the state democratically”.



internamente na FDRPE, é necessário visualizar sua crescente força política no âmbito da política internacional. Isto porque, após a vitória local da FLPT quando conseguiu libertar a região do Tigré do domínio militar e das lideranças da elite local próxima ao poder central, em 1985, o movimento passou a receber auxílio principalmente como investimentos, doação de alimento e até mesmo armamento. Nesse momento então, a força da frente foi redirecionada para a libertação nacional, redimensionando seu objetivo de luta local para o domínio do poder do estado. Considerando a coexistência de demais movimentos pela libertação no país, a frente tigré reconheceu a necessidade de antes de um movimento maior contra o centro, estabelecer aliança com as bases locais das regiões circundantes.

A formação de alianças proposta pela FLPT aos demais movimentos do país, criou-se através da busca por apoio e de certo modo, alinhamento, falta de simetria nas relações políticas que gerou desarco com alguns movimentos mais antigos. Para o estudioso Daniel Gemtessa (2014) ao atuar com respaldo internacional, “essa generosidade [da ajuda internacional] permitiu que criasse organizações substitutas [proxy organizations] para vários grupos étnicos conhecidos como Organizações Democráticas dos Povos”<sup>46</sup> (2014, p.61). Considerando esses apontamentos, notamos que o grupo político da etnia oromo que participou da coalização foi a organização democrática, criada em 1990, e não a frente de libertação local existente desde 1973 (LATA, 1999).

Em 1991, após a ocupação pelas forças da coalização FDRPE, a legitimidade da frente para assumir o poder do estado etíope aconteceu com o reconhecimento internacional na Conferência de London. Encontro que ocorreu em simultâneo a ocupação da capital da Etiópia, e ficou conhecido como *Peace Talks* reuniu rebeldes eritreus, membros da frente tigré – a liderança da FDRPE - e políticos norte-americanos sob supervisão de Herman J. Cohen<sup>47</sup>. Nessa ocasião no exterior, foram definidos prazos para o estabelecimento do período transicional para a Etiópia e Eritreia – que agora, seriam independentes – e a liderança desses governos provisórios (METAFARIA, 2008, p. 78). Frente a isso, na capital, o general militar

---

<sup>46</sup> No original: “In addition, this largesse enabled the TPLF to create proxy organizations for various ethnic groups known as Peoples Democratic Organizations (PDOs)”.

<sup>47</sup> Secretário de Estado Americano para Assuntos Africanos, teve papel ativo nas negociações que colocaram fim ao regime militar do DERG e o definiram os primeiros acordos internacionais sinalizando o reconhecimento dos regimes transicionais etíope e eritreu em 1991. Para Metafaria (2008, p.78-79) “Por causa do papel ativo de Cohen na conferência de Londres, seus laços com o novo governo [o de transição] e suas declarações depreciativas sobre aqueles que se opõem ao governo de base étnica e à secessão da Eritreia, alguns etíopes chamaram a conferência de Londres de ‘golpe de Cohen’.” E de fato, os acordos definidos nessa conferência sob a mediação de Cohen conduziram tanto aspectos da formação do novo regime quanto do encerramento do anterior, dado que foi ele que negociou com Tesfaye Gebre-Kidan, presidente interino na ocasião da ocupação da capital.

nomeado por Mengistu como responsável pelo comando, convocava o auxílio internacional, alegando não ter mais controle sob o exército nacional em meio ao cerco que a cidade se encontrava com a presença do exército da FDRPE:

“Na manhã de 28 de maio, poucas horas antes da reunião em Londres, o presidente interino da Etiópia, general Tesfaye Gebre Kidan, informou à embaixada americana que havia perdido o controle sobre o que restava do exército. Nas circunstâncias que então se desenrolavam, o governo dos EUA “pediu à FDRPE que entrasse na cidade para garantir a lei e a ordem” (GEMTESA, 2014, p.60).

Para autores como Metafaria (2009) e Gemtessa (2014) o apoio externo, desempenhou papel fundamental e integrante da vitória da FLPT e igualmente da FLPE, a participação internacional mudou o equilíbrio de forças internas no chifre da África. Sobre isso, Metafaria (2009, p.79) problematizou o anseio do governo norte americano em retirar o regime militar do poder estatal etíope - regime esse que recebeu apoio soviético - incentivou o apoio indiscriminado à frente de libertação tigré, de modo que, muitos etíopes o acusaram de “entregar a cidade de Addis ao governo ditatorial do FLPT”<sup>48</sup>. De acordo com essa perspectiva, para Gemtessa (2014, p.60-61) “O FLPE estabeleceu o Governo Provisório da Eritreia em Asmara, enquanto o FLPT formou o Governo Provisório da Etiópia em Addis Abeba imediatamente após a captura das duas capitais”. Ainda em 1991, a Eritreia estabeleceu sua independência do governo etíope, e em 1993 o reconhecimento absoluto internacionalmente. Percebemos, assim, o poder da diplomacia internacional no cenário político africano, bem como o fator representativo que o domínio da capital encenou nessa conjuntura, sendo tanto para a Etiópia e a Eritreia, o marco para a rearticulação dos governos nacionais.

As reordenações na capital, ecoaram no espaço físico da atual UA, como mencionado anteriormente o prédio da antiga prisão da capital foi doado pelo governo de Zenawi ao bloco africano, e isso significou construções físicas determinadas por construções narrativas. Esses projetos envolvendo o governo nacional, a UA e sua sede, definiram elaborações conceituais acerca dos novos compromissos e antigas condutas quanto a atuação da OUA e também do estado. Ao demarcar a iniciativa do novo governo de se distanciar dos espaços conhecidos pela violência praticada pelo regime anterior, o estado galgou aprovação pública. Em compasso com as ações do governo democrático, a criação da *Procuradoria Especial* em 1992 é compreendida como a medida central desse período transitório para lidar com o

---

<sup>48</sup> No original: “many Ethiopians who accused him of “handing over the city of Addis to the TPLF’s dictatorial rule.”

passado traumático, as principais atribuições da PE eram, “(1) levar à justiça os responsáveis criminalmente por violações de direitos humanos e/ou corrupção, e (2) estabelecer para conhecimento público e para a posteridade um registro histórico dos abusos do regime Derg”<sup>49</sup> (ENYEW, 2008, p.20). Chamamos atenção para o processo de criação desse novo aparato judicial, uma vez que o governo etíope suspendeu as atribuições e cargos do antigo sistema judiciário nacional, por considerar que fizeram parte do aparato de terror e crimes do governo militar e aparelhados por Mengistu.

## 1.2 - ETIÓPIA COSMOPOLITA: POR QUE ESSA CAPITAL?

As ordenações do espaço urbano da capital etíope integram o estudo desta dissertação, por considerarmos que os símbolos atrelados as construções físicas produzem também, construções de sentido narrativo. Esse processo incorre ao estabelecimento de relações entre as instituições públicas e a sociedade quanto aos interesses em desacordo. A localização dos espaços destinados a memória integra e interage como integrante de seu significado, seja pela cidade onde foi construído, o bairro que ocupa e o seu acesso ao público. Queremos dizer com isso que, baseados nos conceitos da geografia política, as relações sociais se repercutem na maneira que os espaços urbanos são ocupados. A nível da burocracia do estado, a hierarquia entre os municípios definiu as capitais como sedes das principais estruturas dos governos, o que segundo a lei, explica o porquê concentram os maiores investimentos públicos. Dessa forma, na Etiópia a capital federal corresponde a sede do governo nacional e o centro do poder do estado. Adis Abeba em sua centralidade para a política do país correspondeu a um projeto de modernização urbana arquitetado em conjunto ao das estruturas do estado-nação e da diplomacia.

Próxima da Comissão Econômica para África, a sede da União Africana atualmente englobou o terreno da antiga prisão em sua nova sede, inserida em uma localização central nas ruas da capital da Etiópia. Em 1960, na medida em esses prédios estavam sendo construídos com maior intensidade, a projeção da arquitetura urbana convergiu com as necessidades burocráticas do país, que em um primeiro momento tiveram relação com a construção de monumentos e projetos imperiais e mesmo antes da ocupação, contaram com o apoio e investimento italianos.

---

<sup>49</sup> No original: “(1) to bring those criminally responsible for human rights violations and/or corruption to justice, and (2) to establish for public knowledge and for posterity a historical record of the abuses of the Derg regime”.

O mapa 2 nos permite visualizar os arredores da UA, localizada próxima as principais avenidas que abrigam os principais prédios públicos do país, como a Prefeitura ou *City Hall* – antigo palácio imperial - o Ministério de Assuntos Internacionais e os principais hotéis da cidade “juntos, esses edifícios constituíam um novo nexo de poder ao sul do *Velho Ghebi* (antigo palácio), cortando simbolicamente o parlamento no Norte.”<sup>50</sup> O local que foi declaradamente palco de massacres cometidos em diferentes períodos históricos, integrou a paisagem urbana da capital do país, considerando que o prédio prisional ficava de frente aos edifícios da diplomacia africana.

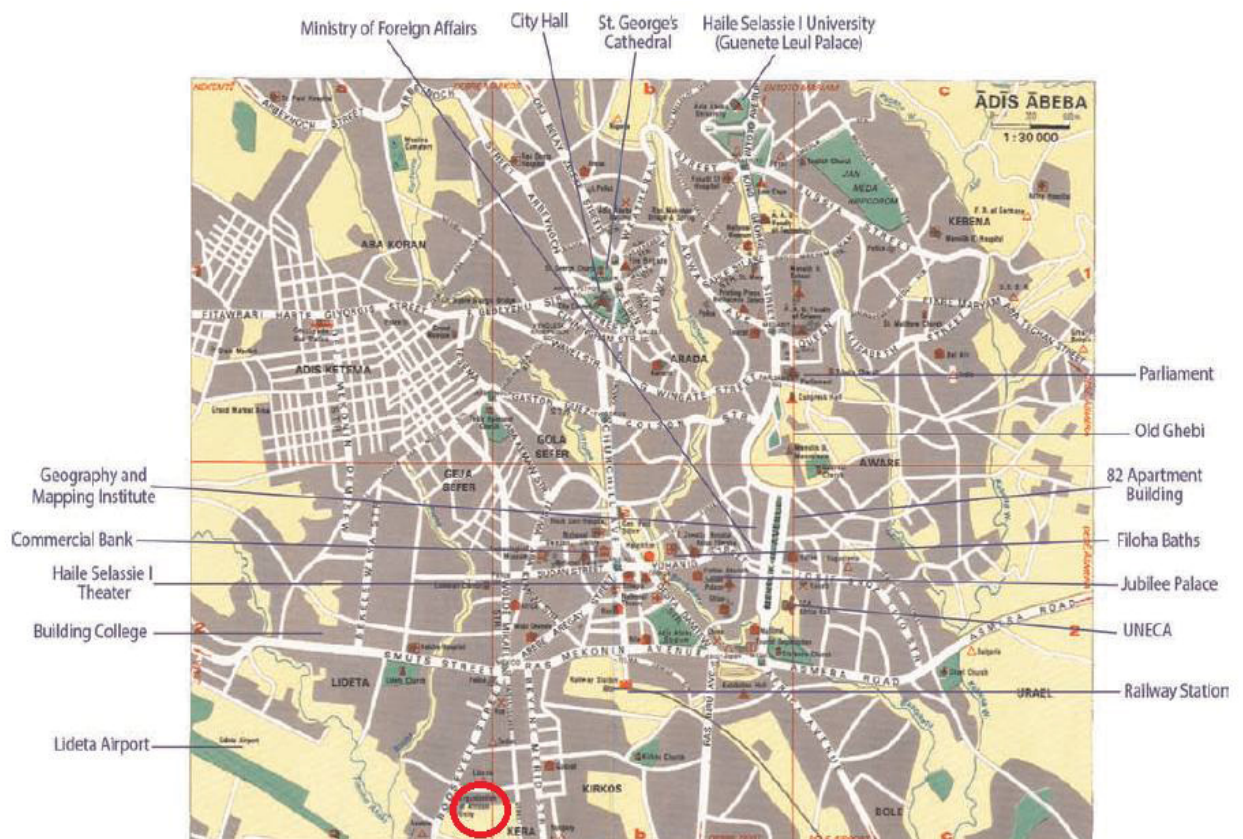


Figura 3 - Mapa 2 – As ruas de Addis Abeba, início dos anos 1970 (*Ethiopian Mapping Authority*).

Fonte: LEVIN, Ayala. Haile Selassie’s Imperial Modernity: Expatriate Architects and the Shaping of Addis Ababa. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 75(4), p. 448, 2016.

A localização da União Africana, que foi destacada pelo círculo vermelho, compartilhou a região com importantes prédios institucionais, integrando o espaço. O início dos anos 2000, no entanto, esse cenário foi transformado visualmente e institucionalmente,

<sup>50</sup> No original: “Together, these buildings constituted a new power nexus south of the Old Ghebi (old palace), thus symbolically cutting off the parliament in the north”.

pois a prisão foi desativada em 2004 para abrigar a nova sede da UA, e em 2007, o edifício foi demolido sem que qualquer parte fosse preservada como previa o projeto memorialista.

Para a professora Ayala Levin (2016) especialista em arquitetura e planejamento urbano em países africanos, em seu trabalho sobre o desenvolvimento de Adis Abeba baseado em estudo de campo e documentos primários, a modernização da capital tem seu apogeu nos anos 1960, recebendo especial atenção nesse período, e desde então, apresentou progressivo desenvolvimento. Sobre esse processo, a autora apontou a modernização tendo como principais motivações abrigar os anseios cosmopolitas do governo nacional que, naquele momento, eram os do imperador Haile Selassie. Reconhecido como importante articulador das questões internas a nível internacional, aliou ao desenvolvimento da capital, as expectativas internacionais no continente africano, bem como, os símbolos históricos atribuídos ao país por movimentos do nacionalismo negro. Sobre isso ela escreveu: “A estatura continental e internacional de Adis Abeba foi consolidada quando a cidade foi escolhida como sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) em 1958 e da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, um desenvolvimento que provocou um *boom* de construção”<sup>51</sup> (LEVIN, 2016, p.447).

Porque as sedes das instituições internacionais como a União Africana e a Comissão Econômica da ONU estão na capital etíope, Adis Abeba e não outra capital africana? Consideramos como elementos que impactaram diretamente na escolha da capital etíope para abrigar a sede da UNECA e do bloco africano, sendo a diplomacia exercida pelo imperador Selassie com o estabelecimento de relações com as potências coloniais enquanto estado africano soberano. Ademais, nota-se que nenhum prédio esteve tão próximo de Alem Bekagn quanto a OUA, no entanto, nenhum dos prédios centrais estiveram, igualmente tão longe. Como o mapa 2 nos permite observar, a localização da União Africana, que está destacada pelo círculo vermelho, compartilhou a região com importantes prédios institucionais. Fundada em 1887, quando Menelik II mudou-se para a região com sua família, a primeira construção implementada foi a do Palácio Imperial ou *Great Ghebbi*, atual sede do governo em Adis Abeba, demarcando o centro do império e a morada do imperador. Partindo disso, nessa segunda parte do primeiro capítulo, tentando responder àquela questão de *o porquê a Etiópia*, partiremos de duas possibilidades explicativas, 1) os símbolos enaltecidos pelos movimentos

---

<sup>51</sup> No original: “Addis Ababa’s continental and international stature was consolidated when the city was chosen as the seat of the United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) headquarters in 1958 and of the Organization of African Unity (OAU) in 1963 a development that stirred a construction boom.”

pan-africanistas, nacionalistas e religiosos e 2) a questão do poder imperial e a diplomacia internacional estabelecidas diretamente da capital:

“E quando a Etiópia (como Abissínia) entrou na Liga das Nações em 1923, além de fortalecer a soberania da nação, facilitou o desenvolvimento gradual, mas crucial, de Adis Abeba para se tornar uma cidade de importância internacional”<sup>52</sup> (EJIGU, 2014, p.267).

A construção física de uma Etiópia moderna, elaborada em conjunto com a diplomacia do país, reafirmou a identidade 'não-oficial' da Etiópia como a capital diplomática da África, segundo Ejigu (2014, p.267). No entanto, o autor articulou a essa afirmação a dificuldade de assumir uma forma singular para essa modernidade no país, ou a correspondência com os processos de industrialização ocidental. Sustentou sua argumentação sobre a modernização de Adis Abeba considerando o desenvolvimento do espaço físico em conjunto com o crescimento do significado político da cidade, e com isso, o aparecimento das estruturas para abrigar as instituições internacionais entre os novos prédios construídos, bem como de edificações para o fornecimento de serviços aos moradores e trabalhadores dessas repartições públicas.



Figura 4 - Imperador Haile Selassie realizando o discurso de abertura da primeira sessão da Comissão Econômica para a África no prédio do parlamento em Adis Abeba, 1958.

<sup>52</sup> No original: “And when Ethiopia (as Abyssinia) entered the League of Nations in 1923, besides strengthening the sovereignty of the nation, it facilitated the gradual, and yet crucial, development of Addis Ababa into becoming a city of international importance”.

Fonte: Acervo digital da *United Nations Economic commission for Africa*, Disponível em: <<https://knowledge.uneca.org/coffetable/gallerychapter1>> Acessado em: 26/06/2023.

A diplomacia e legitimidade internacional convergiram com a escolha de Addis Abeba como sede da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) em 1958 determinando a construção do prédio *Africa Hall* na capital em 1961, e da sede da OUA em 1963. Sobre essas articulações os significados atribuídos para a capital etíope Ejigu (2014) argumentou:

“O papel diplomático crucial da Cidade Diplomática da Etiópia na independência das nações africanas e o papel anterior como um membro fundador-chave da Organização da União Africana, a riqueza acumulada da história da nação e sua relevância simbólica para as muitas nações africanas sob ocupação, desempenhou um papel central em Addis tornando-se a sede da Comissão Econômica para África em 1958, a Sede da União Africana em 1962, e muitas outras organizações e embaixadas da ONU e internacionais nos anos que se seguiram.”<sup>53</sup> (2014, 278-279)



Figura 5 - Fotografia da vista aérea do prédio Africa Hall, finalizado em 1961.

<sup>53</sup> Original: “Diplomatic City Ethiopia’s crucial diplomatic role in the independence of African nations and earlier role as a key founding member of the Organization of the African Union, the accumulated wealth of history of the nation, and its symbolic relevance to the many African nations under occupation, played a central role in Addis becoming the seat of the Economic Commission for Africa in 1958, the Headquarters of the African Union in 1962, and many other UN and international organizations and embassies in the years that followed.”.

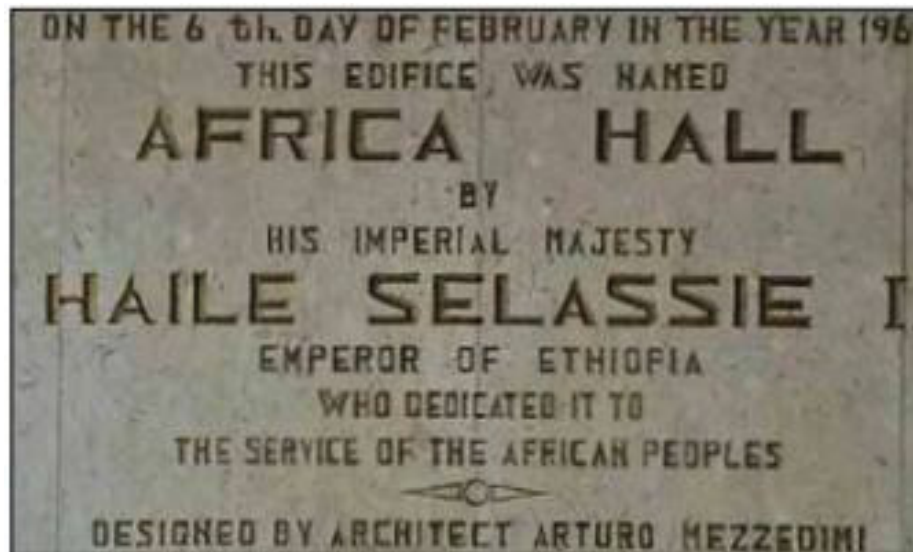


Figura 6 - Placa de Mármore - Africa Hall, 1961.

Fonte: As figuras 3 e 4 fazem parte da coleção *Africa Hall Historical Photos*. Parte do acervo oficial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. Disponível em: <<https://www.uneca.org/africa-hall/the-history>> Acesso em: 09/06/2023.

Percebemos que a presença de arquitetos italianos, como na menção ao Arturo Mezzedini na placa de mármore de inauguração do Africa Hall, a influência da Itália na internacionalização da monarquia etíope, ainda no século XX, após a ocupação. Inferimos aqui, quanto a relação dos investimentos italianos e participação ativa na política da capital etíope, perceptível inclusive em comparação as edificações e desenvolvimento das demais cidades. A colonização italiana encerrada enquanto continuidade de dominação política em 1941, perpetuou-se através dos espaços construídos, dos arranjos políticos, cargos ocupados e influências administrativas da intervenção colonial. Essa presença se perpetuou também enquanto constituição das elites locais na Etiópia. Apontamos para a relação profícua entre o governo da Etiópia e o da Itália como contexto formador da capital. O reestabelecimento da independência etíope também fez parte dessa aproximação, considerando a mediação britânica, que atuou diretamente nessas relações e estabelecimento do estado etíope pós-ocupação italiana.

A cidade de Asmara, capital da Eritreia nos anos 1940 era uma cidade de ocupação italiana com uma comunidade local estabelecida nessas bases mesmo sob a ocupação britânica. É interessante notar a trajetória do arquiteto italiano, Mezzedini, que imigrou ainda nos anos 1940 com sua família para a cidade e desenvolveu sua trajetória de arquiteto e designer atingindo as honrarias de ser o grande projetador da capital etíope nos anos 1960.



Em 4 de fevereiro de 1965, o imperador Haile Selassie lhe concedeu uma medalha do Império Etíope na presença da Rainha Elizabeth II por ocasião da inauguração da Prefeitura de Adis Abeba.



Figura 7 - Planta modelo do Africa Hall observada pelo imperador Haile Selassie e o arquiteto Arturo Mezzedimi, 1961.

Fonte: Acervo oficial da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. Imperador está no centro da imagem e o arquiteto no canto direito. Disponível em: <<https://www.uneca.org/node/4908/>> Acesso em: 29/10/2022

A modernização do país foi parte central das motivações que influenciaram na construção da capital Adis Abeba em meados do século XIX, identificando que o seu desenvolvimento foi percebido como o compromisso do projeto imperial para enfrentar as pressões coloniais – especialmente britânicas e italianas - presentes no chifre africano.

A construção de espaços para a burocracia nas ruas da cidade nos anos 1960 foi resultado final de um longo processo iniciado ainda em 1936 com planos dos italianos Arturo Bianchi, Ignazio Guidi e Cesare Valle e alterado em 1954 com o projeto do comissário inglês Patrick Abercrombie (GALLI, 2016). O plano de Abercrombie incluiu um levantamento do zoneamento urbano da capital até o momento identificando três grandes divisões na cidade, sendo a comercial a oeste, a governamental ao leste e a zona central comercial e de negócios.

A presença desses arquitetos e demais equipes no planejamento e desenvolvimento urbano de Adis Abeba implicou diretamente na influência estrangeira nas construções de sedes institucionais. Esse momento de estruturação nacional refletiu como a logística interna estava atrelada as negociações internacionais. Os serviços e a infraestrutura urbana, bem como a construção de cidades e a habitação continuaram a ser responsabilidades do estado que assumiu o papel principal de agente da modernização ao longo do século XX (EJIGU, 2014, p. 273). Essa identificação da modernização como projeto de estado partindo do centro de poder, compreende a cidade capital como o centro público e de serviços do país, se sobrepondo quanto potência em relação as demais cidades. A centralização dos investimentos em Adis Abeba representou o movimento em direção ao desenvolvimento, com um fluxo irradiando desse centro para as margens, como uma superação do atraso, introduzindo essas regiões à modernidade.

Isso não quer dizer que a modernidade aconteceu em um sentido unitário ou centrípeto da capital para as periferias. De forma simultânea, as dinâmicas dos movimentos de libertação associados as fronteiras e em regiões anexadas pelo império ao longo de sua expansão, implicaram na ação das forças centrífugas como influenciadoras diretas das ações por parte do centro. Queremos dizer que muitas vezes, aquilo que o centro projetou como proibição por exemplo, tem como base o que foi feito pela periferia, como uma forma de limitar e até mesmo reagir as margens, moldando a burocracia a serviço do interesse central. Perceber a modernização como um sentido único do centro para as margens, por exemplo, alimentaria uma percepção que estranha e questiona a modernização na Etiópia pela coexistência de prédios altos com estilos de vida e leis tradicionais. Percebemos, então, a construção da capital como parte dessa articulação entre a modernização, o império cristão, e as tensões coloniais.

Nessa perspectiva, a modernização da Etiópia foi conceitualizada por autores como o geógrafo e pesquisador etíope Alazar Ejigu (2014) como representante de uma ação dicotômica ao passo que se desenvolveu de maneira desigual entre as cidades. Com isso, o autor percebeu a urbanização como fenômeno concentrado na capital. Seguindo essa perspectiva, o autor corrobora com as representações entre campo *versus* cidade ou rural *versus* urbano, identificando paradigmas quanto o tradicionalismo em oposição a modernização sobre o urbanizar. No entanto, apontamos para o risco de mensurar a modernização e o desenvolvimento do país a partir do grau de suas inovações, uma vez que ao definirmos essa linha de análise para a urbanização iniciada por Menelik e aprofundadas por Selassie, seria como verificar o emprego e uso de estruturas da modernidade ocidental. De tal

modo, para Ejigu (2014) existiam elementos comprobatórios e de verificação dessa modernização:

“1896–1906, foram marcados pela modernização em larga escala da nação e da capital percebida pela introdução do automóvel, fundação de ministérios governamentais que substituiu governantes territoriais hereditários por funcionários públicos treinados, implementou o exército permanente, simplificou o sistema tributário, criou uma moeda nacional, importou a primeira impressora do país e promoveu o uso de telefones”<sup>54</sup> (IDEM, p.276-277)

Entendemos que a construção física da capital foi articulada em consonância com um projeto político imperial, e Adis Abeba fez parte dessa intenção de criar um centro urbano que concentrasse a modernização e o caráter cosmopolita da Etiópia, e para tanto, foi necessário que se refletisse em transformações físicas. Entendemos que as inovações implementadas revestiam de concretude e edificavam a burocracia do estado, concentradas não somente na capital, mas buscando estabelecer desde o centro o domínio e unidade para país. Associar a modernização a um ideal desenvolvimentista reproduz aquela oposição em relação ao atraso e a tradição, transformando a modernização etíope em um processo sem historicidade, como uma imposição importada de objetos e estruturas ocidentais. Alternativamente, compreendemos como sendo indissociável o impacto dessas mudanças nas estruturas materiais com as estruturas de sentido narrativo entendendo que as sistematizações propostas a nível nacional introduziram na realidade cotidiana das demais regiões, as aspirações políticas do centro do poder. Nesse sentido, as movimentações políticas do centro com as potências coloniais, redirecionaram as relações sociais locais simultaneamente.

Considerando que o financiamento interno da Etiópia na metade do século XX dependia de um sistema nacionalmente articulado, o poder do estado estava intimamente vinculado ao seu domínio territorial. Historicamente, a soberania do estado etíope foi articulada como preocupação primeira da política nacional ao longo de todo período da ocupação colonial no chifre da África. Tendo em vista que o imperador definiu sua autonomia frente ao domínio colonial, compreendemos que esse feito incluiu armamentos importados através de negociações e de acordos internacionais:

“Tafari [Selassie] teve tempo no início da década de 1920 para se preocupar com as relações exteriores. [preocupações] Estas, é claro, estavam ligadas de várias maneiras a considerações domésticas. Armamentos eram necessários para garantir a estabilidade interna. A Grã-Bretanha e a França foram

---

<sup>54</sup> No original: “1896–1906, were marked by large-scale modernization of the nation and of the capital city” percebida pela introdução “the automobile, founded government ministries like those of European nations, and replaced hereditary territorial rulers with trained civil servants, standing army, streamlined the tax system, created a national currency, imported the nation’s first printing press, and promoted the use of telephones”.

gradualmente persuadidas, apesar das objeções italianas, a suspender as restrições à importação. O desejo da Grã-Bretanha de obter permissão etíope para construir uma barragem no Lago Tana para controlar o fluxo do Nilo Azul no Sudão moderou sua posição. Tafari explorou a questão da entrada na Liga das Nações para articular elementos progressistas e conservadores no país, e para apoiar a modernização e reformas.”<sup>55</sup> (HENZE, 2000, p.200)

O império, governado como um todo territorial através de estruturas definidas pelo estado na capital, correspondeu a significativas rupturas ao longo do processo de urbanização, principalmente nas transformações em relação ao acesso e posse da terra. Encarada como projeto central da modernização no governo do DERG, a política de nacionalização das terras em 1974, modificou o uso e as divisões dos loteamentos nacionais, gerando inclusive campanhas migração interna afim de criar novas vilas em regiões pouco habitadas, processo esse que desencadeou diversos conflitos. O governo democrático proclamou um novo sistema de terras em 2002, reformulando novamente o acesso e posse dos loteamentos.

“O edifício mais importante para marcar a estatura política da Etiópia no continente, o *African Hall* foi o palco para o desempenho de alianças políticas e econômicas pan-africanas.”<sup>56</sup> (LEVIN, 2016, p.451). Analisando essa afirmativa, o estado etíope adquire relevância cosmopolita ao longo dos anos 1960, representando o símbolo da África independente e moderna. Para os movimentos internacionais de luta por libertação, pela valorização da cultura negra como a Negritude, encontram na história da Etiópia marcos para se estabelecerem. As relações diplomáticas estabelecidas entre o imperador Selassie com as nações europeias com o intuito de articular negociações visando manter a unidade nacional podem ser percebidas como reflexo positivo da soberania africana ainda nos anos iniciais aos processos das independências africanas. No entanto, chamamos atenção para o papel que a diplomacia operou aqui, enquanto um caminho que poderia conferir estabilidade no chifre africano considerando o poder central etíope, e ao mesmo tempo, a instabilidade dependendo do ponto de vista se tratando de suas fronteiras. Para a perspectiva do governo britânico ainda nos anos 1960, que apoiou Salessie e seu plano de desenvolvimento e modernização, era interessante que o imperador mantivesse a primazia na região, e desse modo governasse a Eritreia, limitando poderes concorrentes próximo de suas colônias como o Sudão e o Egito.

---

<sup>55</sup> No original: “Tafari had time by the early 1920s to concern himself with foreign relations. These, of course, were linked in various ways to domestic considerations. Arms were needed to ensure internal stability. Britain and France were gradually persuaded, over Italian objections, to lift restrictions on their importation. Britain's desire to gain Ethiopian permission to build a barrage on Lake Tana to control the flow of the Blue Nile into Sudan moderated her stance. Tafari exploited the issue of entry into the League of Nations to commit both progressive and conservative elements in the country to support modernization and reform”.

<sup>56</sup> No original: “The single most important building to mark Ethiopia's political stature on the continent, Africa Hall was the stage for the performance of pan-African political and economic alliances.”.

Ressaltamos que mesmo tendo sua soberania ovacionada pela luta anticolonial, a expansão<sup>57</sup> da Etiópia não deixou de estar associada a um obstáculo para autodeterminação dos povos da região, como das etnias oromo, por exemplo.

Partindo para a possibilidade quanto aos símbolos enaltecidos pelos movimentos pan-africanistas, nacionalistas e religiosos por identificarmos que eles encontraram na história da Etiópia, referências que alimentaram a soberania e a diplomacia africana através da experiência de modernização etíope. Movimentos como o Etiopianismo, o Pan-Africanismo<sup>58</sup> e o Rastafari<sup>59</sup> tem em comum um vínculo entre a projeção de seus ideais e a história da Etiópia independente. Mesmo que a origem dos movimentos nada tenham a ver com o envolvimento dos etíopes ou de seus imperadores, ao identificarmos essas intersecções entre os vínculos da história do país e os projetos desses grupos, buscamos compreender os sentidos atribuídos à Etiópia em relação a sua importância continental, analisando mais uma possibilidade para seu status cosmopolita.

Textos de autores gregos como Homero e Heródoto utilizaram o termo da língua grega *aethiops* ou *aithiopia*, para fazer menção aos negros de todo o continente africano, não precisamente a Etiópia moderna (MARQUES, 2011, p.288) tendo em vista que esse termo denotava “cara queimada” ou a ideia de pessoas com a pele do rosto escura, conforme a etimologia do termo grego, e em geral, a historiografia tendeu a associar a origem do nome do país a essa origem grega. Como definição apresentada em trabalho anterior da autora, “o nome Abissínia é o antigo nome dado a região ocupada pela Etiópia moderna, e faz referência aos povos habitantes do chifre da África e provem do termo árabe *Habbashat* ou *Habasha*, sua conotação engloba aspectos quanto os negros cristãos do chifre africano” (WAHBEH,

---

<sup>57</sup> O processo de expansão territorial e consolidação das atuais fronteiras do país, repercutiu diretamente nos povos vizinhos, com a conquista de novas terras ao sul do império, ocorreu também à expansão religiosa do cristianismo ortodoxo etíope, tendo em vista que clérigos eram enviados para essas regiões recém-anexadas, promovendo significativas interferências nos modos de vidas locais (WAHBEH, 2017, p.11 e 31).

<sup>58</sup> Para Ki-Zerbo (1972, p.387) a ideia de unidade africana tem sua historicidade atrelada a do movimento pan-africano "A ideia de unidade africana deu a volta ao Atlântico. Brotada como um mito racial, das entranhas daqueles que era os mais alienados em África, sobretudo entre os descendentes dos escravos negros nas Caraíbas e nos Estados Unidos, fará escala na Europa e voltará à terra-mãe para se lançar em direção aos Estados Unidos, em particular a ONU, repetindo o mesmo caminho triangular do comércio negreiro. De mito racial, esta visão transformar-se-á cada vez mais numa ideia motora que se realizará em estruturas concretas nos planos cultural, socioeconômico e político."

<sup>59</sup> A religião Rastafari tem sua origem ainda no século XX, envolve o imperador etíope Haile Selassie e a Etiópia quanto referências míticas: "Movimento Rastafari, um movimento social que combina vários elementos da profecia religiosa, especificamente a ideia de um Deus negro e Messias.(...) Identificando-se fervorosamente com o novo monarca etíope, bem como com o status da Etiópia como um Estado africano independente, eles rejeitaram o cristianismo tradicional europeu e celebrou ao invés uma religião com a espiritualidade e redenção do povo africano como seu foco central" (HALL, 2003, p.73-74).

2017, p.17)<sup>60</sup>. De certa forma, os termos - Abissínia e Etiópia - corresponderam a uma projeção narrativa nacional, mas também fez parte de vínculos com diferentes paradigmas históricos. Razão pela qual o termo etiópico no século XIX pro XX, manifesto inclusive em escritos de periódicos brasileiros<sup>61</sup> de autores negros, foi visto como uma alternativa ao termo negro que para muitos vinha carregado de uma visão pejorativa e preconceituosa, enquanto o uso do etíope trazia consigo “um caráter ancestral, positivo e que os ligava às tradições bíblicas e a cultura da Antiguidade.” (MARQUES, 2011, p.287).

A relação entre a etiópia das referências antigas e bíblicas, e o nome do país africano que na passagem do século XIX para o XX era o único do continente governado por um africano, compõe os elementos centrais mobilizados pelo movimento religioso chamado de *Etiopianism*. De origem sul africana, o etiopianismo se desenvolveu na África do Sul como uma forma política de visão de mundo religiosa e pan-africanista por pregar pela união dos africanos. Em um contexto de colonização no qual a capacidade do negro de se autogovernar estava em xeque, a imagem de uma região independente encontrava na permanência da Etiópia, juntamente com a Libéria, como os únicos países africano não colonizados pelas potências imperiais europeias, alimento para a celebração da resistência ao colonialismo (AKPAN, 1991, p.833-873). E através desse referencial que se “mobilizou uma ideologia de orgulho racial com fortes conotações religiosas.” (MARQUES, 2011, p.286). Esse movimento religioso alimentou o imaginário que enalteceu o país e sua autonomia, inclusive a nível de uma visão internacional sobre a Etiópia. Em uma das fontes pioneiras sobre os movimentos religiosos africanos, a obra *The seething African pot; a study of black nationalism, (1882-1935)* de Daniel Thwaite<sup>62</sup> (1936) publicou uma das passagens mais comumente<sup>63</sup> associadas a Etiópia quanto ao seu prestígio na perspectiva do movimento religioso, o etiopianismo:

“O prestígio da Etiópia na África é resultante de seu sucesso triunfante em repelir a invasão, e de ter permanecido inconquistada ao longo dos séculos, é praticamente insondável. Para os africanos em geral, e não apenas para aqueles que a invocaram como libertadora, ela se mantém como um

---

<sup>60</sup> Citação utilizada para definir a origem do termo que deu nome ao país, e foi baseada nas definições contidas na obra: LOPES, Nei. e MACEDO, José R. Dicionário de História da África: Séculos VII a XV. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.8-9.

<sup>61</sup> Sobre as referências a Etiópia e o uso dos termos *etíope* e *etiópico* em periódicos brasileiros ler: MARQUES, Alexandre K. Etiópia: um símbolo de africanidade. *Historien – Revista de História*, Petrolina, n.º.4, out./abr. 2011.

<sup>62</sup> Mesmo sendo uma obra com acesso através do <archive.org> e sendo referenciada por diversos trabalhos acadêmicos como fonte de estudo dos movimentos religiosos africanos, informações sobre o autor não foram encontradas, além da análise e referência sobre a obra e autor feita pelo autor Larry Amini (2014) da Université de Kara – Togo, “one of the best descriptions of Ethiopianism comes to us from the racist author Daniel Thwaite in his paranoid book, *The Seething African Pot* (1936).”

<sup>63</sup> Como exemplo, sobre o etiopianismo exatamente essa citação foi encontrada nas seguintes obras: (PANKHURST, 1965), (MAGUBANE, 1987) e (METAFARIA e MILKIAS, 2005).

monumento de granito, um expoente vivo e testemunho da pujança inata da raça negra, o santuário que encerra a última centelha sagrada da liberdade política africana, a rocha inexpugnável da resistência negra contra a invasão branca, um símbolo vivo, uma encarnação da independência africana.”<sup>64</sup> (THWAITE, 1936, p.207).

Sobre essa relação entre a enaltação da etiópia e os ideais de libertação Teshale Tibebe (1996, p.425) escreveu que “a resistência etíope contra a ocupação fascista italiana ajudou a galvanizar movimentos anticoloniais em África. O sangue dos combatentes etíopes foi a tinta que inspirou em partes, a poesia da Negritude.”<sup>65</sup> O *Etiopianismo*, em menor escala representou uma movimentação continental religiosa baseada em um ideal identitário negro, identidade que foi posteriormente difundida e intensamente retrabalhada de maneira transcontinental pelo movimento Pan-Africano, não de forma sequencial, e sim conjunta. Sendo um dos aspectos centrais do movimento pan-africano a crença de que todos os negros compartilhavam um passado comum, uma identidade global que transcende limites territoriais sua formulação buscava ressignificar a identidade do negro no século XX, e se deu fora do continente africano, encabeçada por pensadores afrodescendentes norte americanos e caribenhos, como W. E. B. Du Bois e Henry Sylvester Willians (MILKIAS, 2005, p.193). Igualmente ao etiopianismo, o movimento pan-africano estabeleceu relação com a Etiópia a partir dessa referência de um país africano inconquistado e autônomo reforçando os aspectos de “expoente e santuário da liberdade política africana” (THWAITE, 1936. p.207). Em um tom mais generalista, e talvez até engrandecedor do movimento, os autores Paulos Milkias e Getachew Metafaria enfatizaram que o “Etiopianismo inspirou o nascimento do Movimento Pan-Africano”<sup>66</sup> (2005, p.193). Evidentemente que não podemos definir o etiopianismo, ou reduzi-lo as associações bíblicas buscadas através do termo, mas concordamos que edificou a projeção da história nacional da Etiópia, consistindo em mais do que a mera referência ou como uma alusão literária (AMIN, 2014, p.120). Mesmo sem relação direta com a política da Etiópia, esses movimentos buscaram na Etiópia enquanto território, estado e nação elementos para ressignificar a história negra, dentro e fora do continente. Sendo o país, símbolo da soberana e cosmopolita autoridade insubmissa africana, alimentou as ideias de uma unidade

---

<sup>64</sup> No original: “Ethiopia’s prestige in Africa consequent upon her triumphant success in repelling invasion, and in having remained unconquered throughout the centuries, is practically unfathomable. To the Africans in general, not only to those who invoked her as a liberator, she stands as a granite monument, a living exponent and testimony of the innate puissance of the black race, the shrine enclosing the last sacred spark of African political freedom, the impregnable rock of black resistance against white invasion, a living symbol, an incarnation of African independence.”.

<sup>65</sup> No original: “The Ethiopian resistance against the Italian fascist occupation helped galvanize anticolonial movements in Africa. The blood of Ethiopian fighters was the ink that inspired in part the poetry of Negritude.”

<sup>66</sup> No original: “The Ethiopianism inspired the birth of the Pan-African Movement.”

africana, e com isso, conectou as aspirações desses movimentos com a construção da modernização etíope, através desse sentido histórico.

Assumir, contudo, que a história etíope correspondeu aos ideais estabelecidos por essas referências, ignoraria processos simultâneos, porém, incongruentes a essa imagem. Se por um lado as vitórias do exército etíope em relação as tropas coloniais em suas fronteiras, representavam fonte de inspiração para a resistência e a luta anticolonial africana o expansionismo etíope convergiu com as principais tensões do século nos conflitos entre as populações do chifre africano. A historiografia nos permite refletir sobre as razões para que o nacionalismo etíope, que para o pan-africanismo foi tido como razão de celebração da grande e indômita força da África, também foi compreendido como fonte para a instabilidade na região. Principalmente se considerarmos o papel da Etiópia e a série de conflitos decorrentes do expansionismo imperial sob as fronteiras com a Somália e a Eritréia ao longo de todo o século XX, por exemplo.

Apontamos para outros resultados da modernização etíope e a formação territorial que configurou a eliminação das tensões a nível externo em suas fronteiras, e permanentemente a nível interno, considerando os levantes populares. As dinâmicas de poder na Etiópia do século XIX mantinham ligação com o acesso às terras produtivas, e o sistema imperial naquela ocasião, dependia dessa estrutura composta por homens influentes das principais províncias – os donos ou beneficiados das terras – e esses líderes muitas vezes representavam a elite local e o exercício do poder em seu domínio cotidiano. O título de imperador para a tradição etíope era o de *Nigus Negast*, que em tradução livre significa “Rei dos Reis” o que indicou uma estrutura partilhada de autoridade entre a elite etíope que articulou seu domínio do poder.

Os anos finais do século XIX foram marcados pela presença de dois importantes líderes etíopes, o imperador Yohannes IV, pertencente a região tigré no norte da Etiópia, e Menelik II, rei de shoa que em meio as tensões entre ambos negociou armas com os italianos com o intuito de garantir o poder central pra si. No entanto, com a morte de Yohannes na Batalha de Metema<sup>67</sup> em 1889, na fronteira com o Sudão, Menelik estabeleceu seu domínio sem necessidade de guerrear internamente e havia estabelecido relações com os italianos que colonizavam a Eritréia. Quando em 1895 tropas italianas invadem a região tigré a vitória das

---

<sup>67</sup> A motivação dessa batalha estava vinculada a retaliação por parte de Yohannes às forças Mahdistas, que após conquistarem terreno no Sudão, invadiram a Etiópia devastando a antiga capital, Gonder em 1886.



tropas lideradas pelo imperador Menelik II frente as lideradas pelo general italiano e governador da Eritréia italiana, Oreste Baratieri, representou o impossível até então: a vitória de um exército africano contra um europeu (MILKIAS, METAFARIA, 2005) Como uma forma de ideal mítico, essa vitória garantida na Batalha de Adua em 1896, garantiu também os limites da soberania nacional. Com essa vitória, foi estabelecido o marco de primeira vitória de um exército africano sob um europeu, comemorada como símbolo de resistência e liberdade africana. Vale ressaltar que a composição das tropas italianas vencidas pelas etíopes, envolveram uma maioria de eritreus.

A vitória de Adua significou também, o reconhecimento internacional do território etíope, uma vez que a derrota italiana implicou na celebração do Tratado Tripartite com as potências coloniais europeias na região do chifre africano, que naquele período eram a Itália, França e Inglaterra. Foi reconhecida a autonomia da Etiópia a nível da diplomacia internacional, de igual forma a sua participação na Liga das Nações desde 1923. A diplomacia etíope ao longo do império “em vez de buscar legitimidade interna, Haile Selassie fez pactos com muitos países para obter o *know-how* militar e os arsenais de guerra. Feito com o simples objetivo de manter o império intacto”<sup>68</sup> (GENTESSEMA, 2014, p.72). Percebemos semelhante interesse nas relações internacionais entre o líder militar Mengistu e o alinhamento com a União Soviética nos anos 1980, dado que a proposta de um regime militar socialista, como foi a República de 1986, veio em compasso com a necessidade de sufocar levantes separatistas aglutinados através de identidades étnicas ou religiosas ao longo do território nacional. Nesse cenário, o alinhamento com a URSS funcionou como fonte de armamento para manter, ao mesmo tempo, o regime no poder e a unidade do estado.

No congresso de fundação da OUA em 1963, o Presidente Osman da Somália condenou a Etiópia como expansionista, exigindo a autodeterminação para todos os somalis. Na ocasião, o primeiro-ministro etíope Aklilou Habte-Wolde, como uma invertida respondeu: era a Somália que era obcecada pelo engrandecimento territorial, e advertiu que todos os estados africanos deveriam respeitar as fronteiras territoriais existentes, qualquer que fossem seu mérito (TIRUNEH, 1995, p.22).

A questão das fronteiras foi tópico de extrema importância para o direcionamento da unidade africana. A preservação ou não dos limites estabelecidos com a colonização refletia

---

<sup>68</sup> Original: “Instead of seeking internal legitimacy, Haile Selassie entered into pacts with many countries in order to gain the military know-how and war arsenals. This was done with the simple aim of keeping the empire intact”.

diretamente na configuração dos territórios dos estado-nação em África. Dito isso, entendemos que o surgimento dos estados africanos estava diretamente vinculado a essa definição, havendo a possibilidade para a autodeterminação, para o remapeamento e reestabelecimento de nacionalidades. Para o imperador etíope, a possibilidade de se repensar essas fronteiras abriria margem para que territórios anexados ainda na passagem do século XIX para o XX pudessem ser redesenhados gerando perda de território nacional ao estado etíope. A nível das tensões locais, o interesse da manutenção das fronteiras coloniais reverberava nas pretensões do imperador etíope. No entanto, em discurso na primeira reunião da cúpula da OUA em maio de 1963, os limites dos territórios no continente africano têm outro sentido para Haile Selassie:

“Os eventos dos últimos cento e cinquenta anos não exigem de nós uma recitação prolongada. O período do colonialismo em que estávamos mergulhados culminou com o nosso continente agrilhado e amarrado; com nossos povos outrora orgulhosos e livres reduzidos à humilhação e à escravidão; com o terreno da África cruzado e quadriculado por fronteiras artificiais e arbitrarias”<sup>69</sup> (AFRICAN UNION, p.1, 2013).

A questão da unidade relevou as tensões locais e internacionais em que a Etiópia esteve engendrada no chifre da África. O lançamento, em 2019, de uma estátua em homenagem a Haile Selassie na sede da União Africana, apresentou aspectos sobre esse paradoxo presente na política diplomática etíope. Conforme argumentou a coordenadora de pesquisa dos projetos Histórias Contestadas, Jadé Botha<sup>70</sup> presente na inauguração:

“Logo surgiram contestações sobre se Haile Selassie deveria ser comemorado por suas conquistas como pan-africanista e papel fundador na criação do órgão predecessor da UA, a Organização para a Unidade Africana (OUA), apesar de seu controverso governo nacional, que incluiu a repressão de movimentos políticos e protestos, focado em autonomia cultural e política para os diversos povos do país em relação ao imperialismo europeu, bem como a falta de políticas para conter a fome nos anos finais de seu império.”<sup>71</sup> (BOTHÁ, 2022, p.2)

Frente a isso, a afirmação de Levin (2016, p.448) “embora seu governo tenha atuado como símbolo da independência africana, também atuou como uma força imperial que

---

<sup>69</sup> Original: “The events of the past hundred and fifty years require no extended recitation from us. The period of colonialism into which we were plunged culminated with our continent fettered and bound; with our once proud and free peoples reduced to humiliation and slavery; with Africa’s terrain cross-hatched and checker-boarded by artificial and arbitrary boundaries.”.

<sup>70</sup> O *Institute for Historical Justice and Reconciliation* (IHJR) é o centro de pesquisa da *EuroClio - European Association for History Educators* em Haia, Holanda, essas informações estão contidas no editorial.

<sup>71</sup> No original: “Contestations soon arose over whether Haile Selassie should be commemorated for his achievements as a Pan-Africanist and founding role in creating the predecessor body of the AU, the Organization for African Unity (OAU), despite his controversial home rule, including repression of protest movements, focused on greater cultural and political autonomy for the country’s diverse peoples, as well as his official indifference to the 1972-1975 famine”.

buscava a modernização sem reforma social”<sup>72</sup> expõe a lógica do regime imperial. Essas ações da política de Selassie, supostamente paradoxais, nos permitem perceber a complexidade da política e diplomacia africana atuando em esferas diferentes. Em dimensões locais e internacionais a unidade e sua manutenção apontam para consequências distintas.

No campo narrativo de sua atuação, Haile Selassie em seu discurso *Appeal to the League of Nations*<sup>73</sup> lido em assembleia da Liga das Nações no ano de 1936, associado pelo escritor Philippe-Joseph Salazar<sup>74</sup> (2011) como “um momento revolucionário para a oratória da libertação africana”<sup>75</sup> manifestou de maneira objetiva o apelo do imperador etíope, em exílio. Com a capital ocupada por tropas italianas, apontou aos chefes de estado do ocidente a necessidade de apoio e intervenção quanto a invasão, denunciando o uso de gás mostarda e o número de mortos entre civis e soldados no país. Entre os argumentados elucidados pelo imperador, podemos perceber uma narrativa que determinou o valor atribuído por ele à sua própria trajetória política às relações estabelecidas com o ocidente:

“É necessário recordar à Assembleia as várias etapas do drama etíope? Nos últimos 20 anos, seja como Herdeiro Aparente, Regente do Império, seja como Imperador, nunca deixei de usar todos os meus esforços para trazer ao meu país os benefícios da civilização e, em particular, para estabelecer relações de boa vizinhança com as potências adjacentes. Em particular, consegui concluir com a Itália o Tratado de Amizade de 1928, que proibia absolutamente o recurso, sob qualquer pretexto, à força das armas, substituindo a força e a pressão pela conciliação e arbitragem em que as nações civilizadas basearam a ordem internacional.”<sup>76</sup> (SELASSIE, 1936)

Compreendemos com a passagem em que relaciona suas boas relações de vizinhança à da diplomacia com as potências coloniais que ocupavam esses territórios, uma vez que com os movimentos de libertação ou demais grupos internos e de fronteira, a resposta do imperador tendia a dominação e perseguição. A intenção dessas análises, contudo, não é de comparar discursos, ou comparar as invasões e suas respectivas consequências, muito menos advogar

---

<sup>72</sup> No original: “while his government acted as a symbol of African independence, it also acted as an imperial force that sought modernization without social reform.”

<sup>73</sup> SELASSIE, Haile. “Appeal to the League of Nations” Genebra: Suíça, June/1936. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrelselassie.htm>> Acesso em: 08/02/2022.

<sup>74</sup> Organizador da publicação *African Yearbook of Rhetoric* projeto vinculado ao Fundo Nacional de Pesquisa da África do Sul, segundo informações obtidas no editorial, é uma revista acadêmica multilíngue, revisada por pares, dedicada ao desenvolvimento de estudos de retórica sobre e na África.

<sup>75</sup> No original: “a revolutionary moment for the oratory of African liberation”.

<sup>76</sup> No original: “Is it necessary to remind the Assembly of the various stages of the Ethiopian drama? For 20 years past, either as Heir Apparent, Regent of the Empire, or as Emperor, I have never ceased to use all my efforts to bring my country the benefits of civilization, and in particular to establish relations of good neighbourliness with adjacent powers. In particular I succeeded in concluding with Italy the Treaty of Friendship of 1928, which absolutely prohibited the resort, under any pretext whatsoever, to force of arms, substituting for force and pressure the conciliation and arbitration on which civilized nations have based international order.”

sobre as disputas por território e demarcações, o objetivo é apresentar como as relações diplomáticas e as disputas territoriais manifestaram sentidos diferentes dependendo de qual esfera política estiveram dialogando. Percebemos, com isso, que os mesmos elementos que atribuíram valor de monumento da liberdade africana para a Etiópia, podem ser percebidos como impedimento para a autodeterminação de outros povos africanos. Desse modo, as referências históricas a unidade etíope se compreendidas de forma estanque, obliteram as simultaneidades inerente aos processos históricos. Por essa razão, entendemos que a diplomacia etíope não foi somente processo ou consequência de sua modernização e pode ser melhor compreendida quando associada as demais movimentações internacionais africanas, e é com esse gancho que iniciamos o próximo capítulo.

## 2 CAPÍTULO II – ÁFRICA E AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Para tratarmos da história da formação do bloco continental africano vamos antes, acompanhar algumas das movimentações continentais que preconizaram a fundação da Organização da Unidade Africana em 1963. Essa escolha se justifica na necessidade de contextualizarmos as dinâmicas que, historicamente, definiram o perfil da instituição e consagraram a formação de uma unidade política para o continente com a criação do bloco africano, a OUA. Quanto ao perfil, nos referimos à direção das escolhas, princípios e as propostas que prevaleceram em relação aos interesses políticos em jogo disputados pelos líderes e representantes de cada país membro. Nossas leituras nos levaram a compreender o que essas negociações significaram em termos práticos, quanto as ações em conjunto, o grau de autonomia e integração da instituição. Como exemplo dessas medidas em disputa, temos a questão sobre a manutenção das fronteiras coloniais e os movimentos nacionalistas africanos no contexto das independências a partir de 1960. Além dessa, em um âmbito mais objetivo e central das operações a serem desempenhadas pela OUA, temos a opção entre o manutenção da soberania nacional dos estados em detrimento de uma integração centralizada de governo para o continente. Essas foram as divergências centrais encontradas na formação da instituição.

A data de criação da OUA convergiu com um período de central importância histórica para as articulações políticas africanas: as independências, e como bibliografia base para debatermos esse processo histórico citamos o trabalho do historiador Joseph Ki-Zerbo. Ele identificou os movimentos nacionalistas atrelados a esse período, como o despertar da África Negra, sendo uma forma de “afirmar-se opondo-se ao poder estabelecido” (1972, p.157). O que significou ainda no século XX, a transformação das revoltas em revoluções no continente africano. Sua obra *A História da África Negra* escrita em 1972, dividida em dois volumes, baseada em documentos primários, contou também com elementos de sua própria atuação política em Burquina Fasso, seu país de origem, considerando seu compromisso<sup>77</sup> com os ideais do movimento Pan-Africano. O autor, estabeleceu, portanto, um panorama sobre os percursos da política africana reconhecendo a sua própria agência histórica, em oposição a historiografia eurocêntrica que para ele, dominavam as perspectivas históricas sobre o

---

<sup>77</sup> Um dos produtos mais notáveis dessa sua escrita foi como membro do Comitê Científico para a elaboração da História Geral da África pela UNESCO em oito volumes, e diretor do primeiro volume lançado em 1981.

continente e atribuíram as grandes navegações europeias do século XV-XVI, o descobrimento do continente africano e assim, o início da história dessas regiões.

As movimentações políticas africanas que articularam a conquista das independências no continente ao longo do século XX, continuaram a atuar de maneira decisiva nos rumos da política ao longo do período da descolonização. Reconhecemos tal continuidade na trajetória de líderes e intelectuais como Kwame Nkrumah (1909–1972), Gamal Abdel Nasser (1918–1970) e Ahmed Sékou Touré (1922–1984) que como estadistas e pensadores africanos, construíram alternativas para as disputas locais e as heranças coloniais, antes e durante as independências em Gana, Egito e Guiné respectivamente. Simultaneamente, a criação de organismos e associações de caráter regional e continental como os grupos Monróvia e o Casablanca (1961), precedidos por inúmeros outros como a Federação do Mali (1959/60), a Liga árabe (1945), Conseil d’Entente (1959), a União Africana e Malgaxe (1960), também compõem esse cenário de efervescência e articulação da autonomia política para os países do continente. Essas coalizões, em alguns momentos em conjunto com países asiáticos, reconheciam que os rumos da política africana estavam em jogo.

Para identificarmos o que estava sendo moldado com a formação dessas unidades, analisaremos quais elementos as lideranças africanas negociavam, quais os interesses que aproximavam as nações e também, os que as afastavam. Tomamos como referência os aspectos que dialogavam com as estratégias a serem estabelecidas para assegurar os interesses africanos no mundo bipolar. Entender esses vínculos políticos, pode ser um recurso para reconhecermos em qual sentido a autonomia política africana estava sendo construída nas negociações internas, e igualmente nas externas, com as antigas metrópoles coloniais.

Portanto, ao acessarmos as narrativas que galgavam espaço no imaginário político desse contexto, intencionamos analisar os pontos de divergência e convergência entre os países nos grupos formados, concentrando nossos estudos na criação dos grupos Casablanca e Monróvia, precursores da unidade africana.



Figura 8 – Mapa 3: As Independências Africanas.

Fonte: ROTHERMUND, Dietmar. *The Routledge companion to decolonization*. Routledge, 2006, p.36.

## 2.1 CONEXÕES ENTRE INDEPENDÊNCIA, SOBERANIA E DIPLOMACIA.

Analisando o mapa 3, é possível refletir sobre os parâmetros cronológicos para a libertação do jugo colonial, em curso ao longo do século XX por todo o continente. Todavia, estabelecimentos como o ano de 1910 para a Independência da África do Sul ou 1922 para o Egito, são pontos de tensão histórica que revelam significativas motivações continentais. Considerando que o fim da política de segregação racial – o *Apartheid* – ocorreu somente em

1994, quando o primeiro negro e sul africano assumiu a presidência no país, Nelson Mandela, demarcando o início da soberania negra sul africana. Ademais, no Egito mesmo com a Revolução de 1919, a administração do país continuou ocorrendo sob liderança estrangeira via o condomínio anglo-egípcio, no qual o domínio colonial britânico exerceu a colonização do Egito e Sudão simultaneamente. No entanto, esse domínio foi exercido enquanto áreas de influência, governadas localmente por nomeações de acordo com os interesses do império inglês. Somente em 1952, com um golpe militar articulado sob a liderança de Mohamed Naguib<sup>78</sup> e Gamal Abdel Nasser<sup>79</sup> que o Egito teve o poder do estado chefiado por com autonomia, garantindo a independência da lei inglesa.

Independente, o estado egípcio estabeleceu associações buscando auxiliar a conquista das libertações ao longo do continente africano e Oriente Médio, tendo em vista que. Nesse momento a Liga Árabe estabelecida na cidade de Cairo em 1945 e a Associação Africana do Egito dos anos 1950, garantiram parte da logística bélica interna, para a luta anticolonial em meio ao processo da descolonização no norte da África. Em conjunto com essa solidariedade, o nacionalismo do Pan-arabismo foi se constituindo dentro desses espaços da unidade política árabe nos territórios independentes africanos, desse modo os egípcios construíram uma infraestrutura de trocas entre as sociedades árabe, africana e afro-asiática simultaneamente. A formação de acordos comerciais, uniões políticas e de identidade nacional pode ser percebida enquanto posicionamento político anticolonial, em relação a manutenção da autonomia e legitimidade desses países recém independentes. Algo formalmente identificado nesse período como a necessidade do não alinhamento. No entanto, a simultaneidade dos processos que levaram a formação das nações e das identidades nacionais em relação as camadas locais, nacionais e internacionais, esse processo de trocas não ocorreu de maneira simétrica, perceptível na primazia dos interesses do líder egípcio.

Ao nacionalizar o Companhia do Canal de Suez para o Egito, Gamal Abdel Nasser contrariou os interesses coloniais franceses e ingleses na região, que responderam em apoio a invasão ao canal por parte de Israel. A Crise do Canal de Suez em 1956, correspondeu ao fortalecimento da influência de Abdel Nasser na África, recebendo apoio diplomático e bélico da União Soviética, dos Estados Unidos e da ONU nessa ocasião. O que mudou radicalmente

---

<sup>78</sup> (1901-1984) Importante liderança militar de origem sudanesa, foi o primeiro presidente do Egito de 1952 até 1954.

<sup>79</sup> (1918-1970) Combatente militar pela independência do Egito, foi o sucessor na presidência em 1954 e importante referência para o Pan-arabismo e as organizações políticas africanas.



a faceta do isolamento em relação à diplomacia ocidental após a independência e o papel do Egito nas relações internacionais.

Com a tentativa de tomar pra si o controle, as tropas israelenses intencionavam remover Nasser do poder e sua influência na região do oriente médio, para assim dominar o Suez. A atitude britânica e francesa de enviar tropas e apoiar diretamente os israelenses, foi reprovada pela diplomacia norte-americana e soviética, confirmando a derrocada do prestígio internacional para ambos os países europeus em meio a decrescente em seu poder e influência desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Sobre isso, Ki-Zerbo (1972) apontou que, inicialmente, o caráter anticolonialista presente em ambos os polos – capitalista e socialista – correspondia a internacionalização política compartilhada por ambos Estados Unidos e a União Soviética. Razão que foi apontada pelo autor como uma articulação inicial da descentralização europeia no século XX. A canalização do apoio recebido em meio à crise de Suez, especialmente pelo armamento Soviético, alavancou o poder político de Nasser no contexto das independências africanas, diretamente percebido no caso da Independência da Argélia estando ao lado certo da moral internacional – nesse momento, crítica a França - na “luta popular heroica e exemplar que durante oito anos devia polarizar a opinião progressista do mundo inteiro para o drama colonial” (KI-ZERBO, 1972, p.164). A Guerra de Independência Argelina aglutinou força para a ação política e anticolonial de Nasser.

A Conferência de Bandung em 1955 nos permitiu aprofundar sobre as relações internacionais entre a África e Ásia, partindo do eixo anti-imperialista que reuniu o interesse dos 29 países representados por delegados ou chefes de estados, na Indonésia a convite de Ahmed Sukarno. Em discurso<sup>80</sup> de abertura cita a Liga Contra Imperialismo e Colonialismo<sup>81</sup> por ser vanguarda em relação a organização transnacional de representantes e ativistas políticos socialistas, e salientou a importância desses espaços de encontro político naquele contexto:

“Há apenas algumas décadas era necessário viajar com frequência para outros países e até para outros continentes antes que os porta-vozes de nossos povos pudessem se reunir. Recordo a este respeito da Conferência da "Liga Contra o Imperialismo e o Colonialismo", realizada em Bruxelas há quase trinta anos. Naquela Conferência, muitos Delegados ilustres que hoje estão

---

<sup>80</sup> Opening address given by Sukarno (Bandung, 18 April 1955) Fonte: Asia-Africa speak from Bandung. Djakarta: *THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS*, Republic of Indonesia, 1955. pp. 19-29.

Disponível em: <[https://www.cvce.eu/obj/opening\\_address\\_given\\_by\\_sukarno\\_bandung\\_18\\_april\\_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html](https://www.cvce.eu/obj/opening_address_given_by_sukarno_bandung_18_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html)> Acessado em:06/04/2022.

<sup>81</sup> Ou somente Liga anti-imperialista, aconteceu em Bruxelas na Bélgica no ano de 1927.

presentes aqui se encontraram e encontraram novas forças em sua luta pela independência”<sup>82</sup> (1955, p.19).

A Independência mesmo que celebrada, não foi compreendida como o estágio final da luta contra o colonialismo, e a intenção em acelerar as cooperações entre os continentes veiculava essa demanda urgente de estabelecer parcerias e estratégias econômicas para o desenvolvimento de projetos políticos e, invariavelmente, a própria manutenção do poder estatal. Diante dessas preocupações que Sukarno apela mais contundentemente para a unidade enquanto luta:

“E peço-lhe que não pense no colonialismo apenas na forma clássica que nós da Indonésia e nossos irmãos em diferentes partes da Ásia e da África conhecemos. O colonialismo também tem sua roupagem moderna, na forma de controle econômico, controle intelectual, e de controle físico real através de uma pequena comunidade alienada dentro de uma nação. É um inimigo habilidoso e determinado, e aparece em muitas formas. Ele não desiste de seu saque facilmente. Onde quer que, quando e como quer que apareça, o colonialismo é uma coisa má e que deve ser erradicada da terra.”<sup>83</sup> (1955, p.22).

Retomando a análise do mapa 3 que organizou as independências cronologicamente, os países do norte africano como Líbia, Tunísia, Marrocos e Sudão tem como data para a conquista de suas independências entre os anos 1951 a 1956. Progressivamente, a libertação do norte africano fortaleceu a união dos países árabes, que em geral mantiveram-se articulados as expectativas e projeções do líder egípcio Gamal Abdel Nasser. Conhecido pela defesa da luta anticolonial, Nasser associou a identidade árabe - ponto de convergência identitário - a intenção de unirem suas forças nacionais contra o imperialismo, principalmente nos países da região africana, também conhecida como Magreb, mas não restrito a eles.

Diante desse cenário é que se desenvolveu o movimento Pan-arabista como uma atuação diplomática, envolvendo países africanos e do oriente médio através da identidade árabe compartilhada pela região, da língua, e nesse caso, em conjunto com a religião islâmica. Estarem aproximados pelas semelhanças culturais, contudo, não os eximiu de fricções no

---

<sup>82</sup> No original: “Only a few decades ago it was frequently necessary to travel to other countries and even other continents before the spokesmen of our peoples could confer. I recall in this connection the Conference of the “League Against Imperialism and Colonialism” which was held in Brussels almost thirty years ago. At that Conference many distinguished Delegates who are present here today met each other and found new strength in their fight for independence.”.

<sup>83</sup> No original: “and, I beg of you do not think of colonialism only in the classic form which we of Indonesia, and our brothers in different parts of Asia and Africa, knew. Colonialism has also its modern dress, in the form of economic control, intellectual control, actual physical control by a small but alien community within a nation. It is a skilful and determined enemy, and it appears in many guises. It does not give up its loot easily. Wherever, whenever and however it appears, colonialism is an evil thing, and one which must be eradicated from the earth”.

campo político enquanto uma atuação conjunta, fazemos referência as divergências presentes no pensamento árabe liberal do século XX.

Paralelamente, em 1957 foi a Independência de Gana proclamada por Kwame Nkrumah<sup>84</sup> que estabeleceu a primeira independência negra no continente. A autoridade política de Nkrumah tem especial vínculo com o movimento Pan-Africano por ser considerado um de seus precursores, principalmente no que tange as suas projeções políticas para o continente africano. Apostando em uma unidade internacional dos países em meio a luta por independência, defendeu a unidade africana acima das soberanias nacionais. De orientação socialista, o intelectual ganês acreditava na cooperação entre as nações do continente objetivando o desenvolvimento econômico e social, para ele a unidade e o reconhecimento das tradições, da história e cultura africana estruturariam a revolução no continente garantindo seu desenvolvimento. A aproximação com o socialismo foi compreendida pelo estadista, entre outros líderes dos movimentos pela libertação africana desse período, como Touré, por ter sido uma alternativa de aparente sucesso para países asiáticos que compartilhavam o passado colonial e os anseios anti-imperialistas. Tendo como base o processo de Independência da Índia em 1947, que contou com a desobediência Civil de Ghandi e a liderança socialista de Jawaharlal Nehru, e a Revolução Chinesa de 1949, com ascensão do partido comunista no país sob a liderança de Mao Tsé-Tung, as movimentações de Nkrumah e seus aliados para organizar o partido *The United Gold Coast Convention* (UGCC), que se iniciaram ainda em 1948, refletem a articulação com o conhecimento dos processos asiáticos.

Outro fator de distinta influencia na trajetória política de Nkrumah foi a participação - ao lado de W.E.B. Du Bois e outros dois futuros presidentes africanos, Hastings Banda do Malawi e Jomo Kenyatta do Quênia - na organização do Congresso Pan-Africano em Manchester no ano de 1945, com o objetivo de criar uma organização formal com estrutura definida para implementar o trabalho dos intelectuais pan-africanistas na realidade africana.

A viabilidade da independência do domínio colonial ao longo do século XX, tema central das preocupações de intelectuais pan-africanos, foi percebida como atrelada a organização política africana como um todo territorial livre e de ação comum, abrigo para os afro-descentes de todo o globo. Essa configuração dependia da ação conjunta entre a política

---

<sup>84</sup> (1909-1972) Kwame Nkrumah, figura de prestígio entre a intelectualidade africana, tem em sua formação influências como Kodjo Botsio e Georges Padmore, além de sua formação acadêmica entre os Estados Unidos e a Inglaterra, inicialmente tem apreciação pelos ideais pan-africanistas através de Marcus Garvey (KI-ZERBO, 1972, p.182-186).

dos estados africanos para além do carácter simbólico da literatura da negritude do Atlântico, mas enquanto sentido associativo entre os governos e a sociedade.

Como marco histórico, foi diante de processos como a Independência de Gana, que a unidade africana passou a estabelecer efeito político “De mito racial, esta visão transformar-se-á cada vez mais numa ideia motora que se realizará em estruturas concretas” (KIZERBO, 1972, p.387). Ressaltamos que ao edificar o estado em Gana, conforme a projeção de Nkrumah, estava sendo erigido o modelo precursor para a unidade africana autogovernada. Além disso, Nkrumah esteve ativamente envolvido em questões continentais através das uniões sindicais, sendo responsável pela criação e liderança na *All-African Federation of Trade Unions* entre 1959 até 1973, ano quando foi englobada pela OUA.

As independências africanas foram, portanto, ponto chave para compreendermos essas aproximações com os países anticoloniais e imperialistas de outros continentes, construindo a diplomacia africana, sendo movimentações centrais para a formação de ligas, federações e conferências entre os países africanos, árabes e asiáticos. No entanto, o direcionamento para a autonomia política por si só, não impediu que ao menos inicialmente algumas dessas entidades tivessem sido estabelecidas ainda sob domínio colonial e com funções atreladas a administração dessas regiões.

A luta anticolonial foi fator central para definir espaços políticos em favor da emancipação e em prol do apoio e articulação entre as nações, de modo que, as relações estabelecidas entre Egito, Tunísia Argélia e França ao longo da Revolução Argelina (1954-1962) nos permitem identificar os movimentos independentes que estabeleceram relações políticas internacional agora articulada de maneira independente pelas elites africanas.

O estabelecimento da *Afro-Asian People's Solidarity Organisation* (AAPSO) em 1957, com sede na cidade de Cairo, reuniu os países do norte africano em uma estrutura que facilitou as trocas e apoio entre eles com os países socialistas da Ásia, o que alimentou – com financiamento direto para líderes ou através de envio de tropas e armamento - os movimentos de libertação em meio as lutas por independência. Para os países asiáticos, o estabelecimento das independências no continente africano, impulsionaria ainda mais a luta anticolonial e agiria como um freio aos avanços do neocolonialismo. A disputa por alinhamento foi percebida pelo estabelecimento desses vínculos internacionais e nas criações de estruturas burocráticas, reagiu a bipolarização em meio a Guerra Fria, que para os países recém independentes ameaçava diretamente sua soberania ao compelir a um alinhamento.

As origens AAPSO retomam as aproximações estabelecidas entre líderes como Abdel Nasser do Egito, Sukarno da Indonésia e Jawaharlal Nehru da Índia, estabelecidas ainda em

1955 na Conferência de Bandung. O acordo entre Nehru, Nasser e Josip Broz Tito da Iugoslávia, formalizou os princípios estabelecidos em Bandung quanto ao movimento do não-alinhamento político, registrados na Declaração de Brijuni de 1956, assinada na Croácia. Mesmo salientando a centralidade que as independências na Ásia ainda nos anos 1940, representaram para os movimentos no continente africano, as relações sino-indianas não estiveram isentas de tensões internas. A Guerra de 1962 pela região do Himalia e Tibete envolvendo a República Popular da China liderada por Mao, e a República da Índia por Pandit Nehru nos permitem investigar essas fricções. A vitória da China nesse conflito, enfraqueceu o regime indiano e edificou mais uma barreira entre Mao Tse-tung e a liderança da URSS sob Nikita Khrushchov, que não destinou apoio nesse conflito aos envolvidos, não escolhendo quem apoiar por serem ambos países de regimes socialistas.

Outra maneira de pensar os impactos no continente africano das tensões do contexto mundial após 1945, faz menção ao retorno dos milhares de soldados africanos das colônias francesas que participaram da Segunda Guerra Mundial. Tal movimento acarretou em capital político e informação para a luta anticolonial. Foi nesse cenário em que os interesses africanos por independência se alinharam aos dos Estados Unidos e da União Soviética, no que tange a posição anticolonial e, conseqüentemente a desarticulação do que havia restado dos impérios europeus, cada qual, motivados por seus próprios interesses (KI-ZERBO, 1972, p.158).

Após a ocupação Nazista da França durante a Segunda Guerra Mundial, foi formada a *Conferência Africana Francesa de Brazaville* em 1944, sob o comando do General de Gaule, que durante o regime provisório francês, teve o objetivo de organizar um referendo<sup>85</sup> sobre a proclamação da IV República Francesa. Quando aceito pela população, o referendo garantiria a gradual independência as colônias a partir de 1946. Foi nessa ocasião em que foi conferida a igualdade entre os cidadãos nascidos nas colônias em relação aos da metrópole por meio da nova constituição dessa nova república, funcionando como uma amostra da possibilidade de maior igualdade e participação das colônias na política metropolitana. Algo que, no entanto, não se materializou, mas também não impediu a organização das resistências de prosseguirem sua articulação. Em 1952, quando a participação de lideranças africana foi negada nas Federações francesas, que em Dacar deram origem a África Ocidental Francesa, e em Brazzaville, a África Equatorial Francesa, demarcou o impedimento a ascensão africana nos

---

<sup>85</sup> A *French Union*, criada em 1946 perdurou até 1958 e surgiu para substituir o Sistema Impérial Colonial Francês, foi uma entidade francesa que buscava reunir a administração das colônias na África e Ásia, como mudança principal, extinguiu o status de colônias dando lugar aos Departamentos em Ultramar. Algo percebido como a maneira da França buscar aliar seus interesses com as demandas por libertação, sem precisar deixar de manter seu domínio mesmo que indiretamente.

postos de poder, por conseguinte refletiu que a igualdade proposta pelo regime francês, era somente narrativa (IDEM, p.197-199).

Marcando uma mudança ímpar para as colônias francesas, no ano de 1954 começou a Guerra de Independência da Argélia que teve como marco o ano de 1958, com o golpe militar articulado por membros da Frente de Libertação Nacional (FLN). Nesse momento, a ação violenta francesa foi internacionalmente criticada tanto pela sua brutalidade, quanto pela incoerência com o discurso assumido quanto a igualdade e fraternidade constitucional, e das articulações ainda em Brazzaville. Nesse interim, De Gaulle foi convocado de sua aposentaria para organizar um novo plebiscito e uma nova constituição para a V República da França. Novamente foi proposta a gradual liberdade as colônias, mas com uma nova ressalva: a não ser que através da votação popular - nesse referendo realizado em cada região - fosse garantida pela maioria dos votos não manter os vínculos com a confederação francesa. Nesse momento, somente a Guiné garantiu sua independência de imediato através desse plebiscito. Para o historiador Joseph Ki-Zerbo esse acontecimento pode ser explicado com razão central a organização política da militância de Sékou Touré que assumiu a liderança do país tão logo tornou-se independente. A força política de Touré estava vinculada a *União Geral dos Trabalhadores Negros Africanos*, criada em 1956 sob sua liderança, e a importância dessa união residiu em ter sido o primeiro organismo que rompeu o laço com as confederações e correntes sindicalistas europeias no continente. Sobre isso, apontamos como a diferença central entre os sindicatos franceses na Guiné – mesmo os de orientação socialista – em relação ao sindicato organizado por Touré, tendo em vista que o segundo “rejeitava a luta de classes como inspiradora mestra da ação sindical africana e punha em primeiro lugar a luta pela emancipação política.” (KI-ZERBO, 1972, p.169).

Foi diante desse panorama de intensa organização política no continente africano, em prol de sua libertação, que a questão da autonomia política desses estados pós-coloniais identificou a necessidade de garantir e assegurar mecânicos capazes de conferirem autoridade e poder de negociação no mercado internacional, o que muitas vezes significou estabelecer acordos com os antigos colonizadores europeus. A unidade dos países africanos precisou, então, ser assegurada através de uma estrutura institucional considerada legítima – ou de acordo – com os modelos ocidentais, isso significou governar o poder central através do estado-nação. Aqui notamos que a atuação do governo e da sociedade enquanto luta anticolonial e anti-imperialista não pode ser confundida com a criação de um estado-nação anticolonial e anti-imperialista. O período após a Segunda Guerra Mundial, os acordos ratificados pela ONU estabeleceram os protocolos para o estado-nação ser reconhecido

enquanto tal. Frente a isso, o alinhamento político em meio a disputa por influência da Guerra Fria, refletiu meio aos interesses, necessidades e direcionamento dos estados independentes no continente africano. Desse modo, o apelo do socialismo da União Soviética e o das políticas liberais dos Estados Unidos, estiverem engendrados aos acordos protocolares internacionais ao quais as elites governantes africanas vinculavam-se e negociavam afim de conferir a soberania aos estados no continente africano.

Nesse sentido, torna-se imprescindível considerar a simultaneidade das parcerias sendo desenhadas internamente e externamente, ao passo que o alinhamento à uma das potências - seja ela capitalista ou comunista - não representava a aderência total à um projeto de estado por parte dos governos africanos. A participação política africana nos espaços internacionais, de maneira soberana, fazia parte da própria internacionalidade continental que estava sendo estabelecida. Foi no centro dessas dinâmicas que foram firmados os primeiros compromissos de uma unidade africana, entre conferências, federações e uniões, em meio aos conflitos internos por independência e as disputas externas por áreas de influência dos grandes blocos econômicos do Pós-segunda Guerra Mundial. O apoio dos países africanos entre si auxiliou as lideranças locais a garantirem suas definições territoriais com as independências, percebemos aí há criação de vínculos entre a elite governamental africana.

Porém, em alguns casos, essas relações entre os países vizinhos foram atravessadas por interesses expansionistas, ou de reivindicações históricas anteriores a presença colonial, o que em todo caso criou fricções na unidade intercontinental projetada pelo anseio pan-africano de alguns líderes, e defendidas em ambientes internacionais principalmente por Nkrumah. Nesse momento ele sofria com a resistência nacional acusado por atuar de maneira centralizadora no estado em Gana após a independência.

Ainda em 1958, a União dos Estados Africanos (UEA) foi estabelecida pela iniciativa de orientação pan-africana e socialista dos estadistas Sekou Touré e Kwame Nkrumah que mantiveram suporte financeiro entre os países que governaram Guiné e Gana respectivamente, estendendo a parceria ao Mali com a independência conquistada em 1960, passando a integrar a UEA sob a liderança de Modibo Keita líder afeito ao socialismo africano e as propostas de Nkrumah e Touré. Essa união tem especial significado por não corresponder a uma unidade caracterizada necessariamente pela proximidade territorial, e sim, baseada no alinhamento das ideias dos líderes africanos e no suporte mutuo entre eles para seus projetos políticos ditos pan-africanistas e anticoloniais.



Figura 9 -- Kwame Nkrumah e Rainha Elizabeth II, Gana 1961.

Fonte: Jornal Britânico *The Times*. Disponível em: <<https://www.thetimes.co.uk/article/queen-dancing-in-ghana-the-story-behind-her-iconic-visit-to-save-the-commonwealth-8cg98tbhb>> Acessado em: 20/06/2023.

As celebrações da independência de Gana em 1957, foram contexto favorável para o encontro dos líderes das nações africanas independentes até então, e foi nessa ocasião que a unidade dos estados africanos passou a ser debatida entre os chefes de estado. A primeira Conferência de Acra ou Conferência Geral dos Povos Africanos, realizada na capital de Gana ainda em 1958, foi resultado da semente plantada em 1957, e contou a presença dos representantes dos oito estados independentes africanos (Etiópia, Gana, Guiné, Libéria, Líbia, Marrocos Tunísia e a República Árabe Unida) e também contou com mais de 300 delegados de partidos políticos ou sindicatos dos 28 países, e demais agências africanas presentes. Nesse momento, a questão das independências e o uso da violência para conquista-las, era a preocupação principal do debate político unificado, considerando a guerra por independência na Argélia e em Camarões nos anos finais de 1950 (KI-ZERBO, 1972, p.388-391). Outra conquista advinda desse encontro foi a atuação dos países independentes em garantirem, junto a ONU a criação da Comissão Econômica para África (UNECA) ainda nesse ano. Sendo pleiteada enquanto meio para canalizar ajuda financeira para auxiliar os conflitos na Argélia e no Camarões. E como mencionamos anteriormente, sua primeira conferência ocorreu ainda em 1958 na capital etíope, e a construção de sua primeira sede, também em Adis Abeba, em 1961.



Os organismos associativos de caráter regional e continental estavam sendo articulados entre os países africanos que ainda não eram independentes, mas processo de conquista. Em meados de 1958, na cidade Mwanza na Tanzânia, o anfitrião Julius Nyerere e Tom Mboya do Quênia – ambos intelectuais e políticos Pan-africanos – reunidos com dirigentes da Uganda, Tanganhica da Niassalândia e Zanzibar formaram o *Pan-Africa Freedom Movement for East and Central Africa* (PAFMECA) objetivando coordenar suas ações para a independência, projetando uma federação que se alongasse da Somália à Rodésia. Mesmo sem o poder do estado-nação, as lideranças políticas africanas articulavam-se ao redor de uma agenda política circunscrita na soberania.

Em federações estabelecidas com a participação de delegados coloniais percebemos o intuito da participação desses representantes em mediar os interesses imperialistas com o da descolonização uma vez que sua inevitabilidade se atesta a cada nova nação africana independente. Em 1959, Modibo Keita tentou reunir a Savana Africana sob a Federação do Mali, com essa criação, estabeleceria a tripartite do poder republicano centralizada em um estado com representante de todos os demais estados membros. Com a participação inicial de Alto Volta (atual Burkina Faso), Daomé (atual Benin) e o Sudão-Senegal, essa união, porém, acabou não sendo concretizada, devido a intervenção das autoridades coloniais francesas que obrigaram a saída das colônias. Em contrapartida, foi criado o *Conseil d'Entente* reunindo a Costa do Marfim, Daomé e Níger, esse agrupamento tutelado pelos interesses coloniais, representou a persistência do colonialismo da França revestido de diplomacia, e os resquícios da África Ocidental Francesa.

Ainda quanto a interferência da França, no caso da União Africana e Malgaxe em dezembro de 1960, envolveu o processo de independência camaronês, quando em forma de financiamento e armamento, os envios franceses garantiram apoio a liderança do governo de Camarões para Ahmadou Ahidjo. Algo que representou, em meio as disputas com representantes do partido União das Populações dos Camarões, que desde 1955 tinham rivalidade declarada em oposição a França, o acirramento da violência política entre os conflitos internos imbricados nesse processo de independência. Apesar das intervenções francesas, das independências foram conquistadas pelas antigas colônias ainda em 1961.

Algumas das motivações que uniam as organizações no continente africano ainda estavam atreladas as relações imperialistas, o que não esvaziou o papel dessas alianças enquanto mecanismos ou espaços de negociações para os líderes africanos articularem seus interesses naquele período.

A partir dos anos 1960, com volume dos países independentes aumentando exponencialmente no mapa africano, a questão sobre os rumos da unidade continental foi colocada em pauta pelos dirigentes dos estados, como questão central dos agrupamentos em formação. Dado que, agora soberanos, precisavam identificar em qual sentido prosseguir: “Iria a África unir-se num todo e mobilizar-se para um desenvolvimento independente? Ou ir-se-iam individualizar diferentes Estados e encontrar-se no âmbito de uma regra de jogo antes de mais nada protetora das soberanias adquiridas e moldadas no quadro geográfico colonial?” (KI-ZERBO, 1972, p.393).

Defronte desse cenário, acordos estabelecidos na Comunidade dos Estados Africanos Independentes envolvendo Gana, Guiné e delegados norte-americanos da Libéria, bem como a primeira Conferência dos Povos em Tunes, envolvendo os delegados britânicos do *Action Group* da Nigéria, representaram espaços onde os ideais Pan-africanistas mostravam-se em uma faceta mais moderada ainda em 1960. A crítica dos membros da União dos Povos Camaronês dirigida a segunda Conferência dos Povos realizada em Adis Abeba também em 1960, alertava para o custo que o direcionamento dos países independentes africanos estava disposto a pagar pela unidade territorial nacional, em nome das lutas internas, ressaltando o significado que a presença de Ahidjo tinha nessa conferência, uma vez que representou a vitória de um grupo africano sobre outro com uso do apoio colonial francês. No entanto, a convergência da luta anti-imperialista tem efeito quando se tratou do banimento das relações diplomáticas com a África do Sul, tendo em vista que a participação nesses espaços se daria somente a partir dos representantes da minoria branca em meio ao *Apartheid*, o que foi compreendido como inaceitável. Ao longo de nossa análise, percebemos nos espaços da política em África, as lideranças estruturavam o poder localmente enquanto poder sobre o estado, mesmo que nos espaços sobre a unidade e fortalecimento estratégico buscassem legitimidade nas elaborações ideológicas, tratava-se de fazer política através do gerenciamento do estado-nação e suas estruturas, sejam elas frutos das heranças e reportórios coloniais ou não.

As contradições inerentes aos apoios e críticas entre os líderes no continente, nos permitem perceber os pontos de tensão enquanto a complexidade da história. Adentrando nas complexidades da política entre os líderes africanos no pós-independência, reconhecemos a importância de analisarmos as principais tendências e direcionamentos assumidos entre eles. Assim como a guerra da Argélia, a crise do Congo entre 1960 e 1965, foi apontada na historiografia como ponto de tensão que opôs a África revolucionária – do grupo Casablanca, e a África moderada – do grupo Monróvia. Esses polos podem ser percebidos entre os que

apoiavam Patrice Lumumba, fundador junto com Cyrille Adoula e Joseph Iléo, do Movimento Nacional Congolês (MNC) anti-imperialista e Pan-africanista, e aqueles que apoiavam a Joseph Kasa-Vubu, presidente do partido *Alliance of Bakongo* ou ABAKO, contrários ao domínio Belga e vinculados a religião Kimbanguista. Moise Tshombe anticomunista e apoiado pelos Belgas, também participou do conflito como presidente proclamando a região independente de Katanga, e foi apontado como um dos principais envolvidos no assassinato de Lumumba.

Em 1960, foi formada a coalizão entre Joseph Kasa-Vubu que assumiu a presidência, e nomeou Lumumba de primeiro ministro e Gizenga assumiu o cargo de vice. Nesse momento o país foi governado pela coalizão entre MCN e ABAKO, essa formação, no entanto, não durou. Kasa-Vubu olhava com desconfiança para a aproximação Lumumba com os movimentos separatistas das regiões próximas, e como apoio belga e português, atuou afim de centralizar o poder sob seu domínio. A crise do congo refletiu a instabilidade política intimamente ligada as definições da unidade territorial no continente em meio as primeiras independências, uma vez que as autoridades dos países sob o domínio colonial agiam continuamente através da diplomacia e de alianças, buscando manter suas colônias. Nesse sentido, o apoio ao Kasa-Vubu proposto pela União Africana e Malgaxe UAM e posteriormente endossado pela ONU, foi oposto ao do grupo Casablanca que apoiou Lumumba.

A obra *Em Defesa da Revolução Africana*, de Frantz Fanon (1980) dividida em 5 partes, em sua última parte *Unidade Africana* incluiu como capítulo final, um texto de 1961, dedicado ao acontecimento da morte de Patrice Lumumba, no qual o autor criticou a atuação dos países africanos na crise do Congo. Segundo Fanon, entre os personagens presentes no processo de Independência do Congo, Lumumba representava o líder que projetaria um país unificado, anticolonialista e militante, capaz de fornecer apoio aos demais movimentos de independência da África central, como a Rodésia, Angola e África do Sul. Dessa forma, era visto como perigo cabal aos interesses da África sulista, para Fanon, especialmente portuguesa e belga. Tanto quanto Ahidjo no poder central camaronês quanto qualquer outro além de Lumumba no governo do Congo, representavam para Fanon a vitória dos interesses coloniais nos processos de independência africano:

“Veja-se os Camarões. De que paz gozam os súbditos de Ahidjo, mantidos em respeito por um corpo expedicionário francês que, na sua maioria, iniciou a sua carreira de armas na Argélia? A ONU, todavia, tem controlado a autodeterminação dos Camarões e o Governo Francês instalou aí um “executivo provisório”. (FANON, 1980, p.232).

Levada a Conferência de Belgrado de 1961 a crise do Congo dividiu os países africanos, e os de posição mais rebelde como Gana, Guiné e Mali, em apoiavam a Cyrille Adoula, como representante próximo dos ideais de Lumumba. Atualmente a historiografia compreendeu esse conflito no Congo – denunciado a ONU por Lumumba ainda em 1960 como em outros conflitos do período fez parte das chamadas *Guerras Proxy*, nos quais os interesses coloniais se perpetuavam indiretamente, como denunciou Fanon:

“Veja-se o Vietname. Veja-se o Laos. Não é verdade dizer que a ONU falha porque as causas são difíceis. Na realidade, a ONU é a carta jurídica que os interesses imperialistas utilizam quando a carta da força bruta não deu resultado. As divisões, as comissões mistas controladas, as colocações sob tutela, são meios legais internacionais de torturar, quebrar a vontade de independência dos povos, de cultivar a anarquia, o banditismo e a miséria.” (IDEM, p.233)

Essa constante terceirização dos conflitos, rendeu o acirramento das oposições locais, considerando o impacto que o fluxo constante do recebimento de arsenal impactou tanto na Ásia e África resultando em massacres, regimes militares e perseguições - algo percebido inclusive na história da América Latina. A postura anticolonial que no âmbito internacional nos anos 1940-1950 ainda manifestava a autodeterminação dos povos africanos frente aos europeus colonizadores, agora sob a atuação dos países independentes, buscou a posição de não-alinhamento com base nos princípios acordados em Bandung (1955) opondo-se aos caminhos propostos que a OTAN e o Pacto de Varsóvia implicavam na política mundial nesse contexto.

A convite do presidente da Costa do Marfim, foi reunida a África francófona ao redor do *Conseil d'Entente*, composta pela antiga África Equatorial Francesa: Senegal, Mauritânia, Camarões, e em um segundo encontro em Brazzaville, Madagascar passa a compor o grupo, dando origem a União Africana de Malgaxe (UAM) em 1961. Essa união buscou um posicionamento comum na ONU quanto aos conflitos no Congo e Argélia. A presença francesa rendeu ao grupo perfil moderado e conservador, denunciados por Touré da Guiné e Keita do Mali por representarem os resquícios do colonialismo francês.

Além das consequências irreparáveis de uma guerra, o posicionamento dos líderes africanos, frente a esses conflitos na Argélia e no Congo, nos permitiu identificar as fissuras na política dos países do continente através dos desacordos entre os chefes de estados africanos. Como foi o caso da primeira tentativa de formar uma união continental africana, organizada por iniciativa dos membros da UAM, na cidade de Lagos no ano de 1962, essa tentativa foi frustrada pela abstenção dos membros do grupo Casablanca, que recusaram participar uma vez que o governo provisório da Argélia não havia sido convidado.

Ativista do Movimento Pan-Africano, Joseph Ki-Zerbo (1972) diferenciou o idealismo do regresso a África baseada em uma unidade mítica, de um passado a-histórico, do ativismo político no processo das independências africanas. Para ele a relevância do movimento se tornou perceptível no continente com a formação de mecanismos e estruturas capazes de transformar as perspectivas culturais da unidade africana em realidade para os estados independentes. A independência, enquanto reestruturação dos estados africanos, incluiu a soberania desses países nas relações internacionais, no entanto as desvantagens históricas e econômicas incentivaram as parcerias entre esses países em busca de ampliar sua força de ação e negociação nos cenários mundiais.

Enquanto bloco continental, o projeto sobre a formação de uma unidade africana acompanhou a trajetória das dinâmicas políticas estabelecidas nos projetos dos líderes africanos. Eles disputavam pelo direcionamento da política que prevaleceria no continente e desse modo, buscavam estabelecer o desenvolvimento em conjunto através das relações com os demais continentes também.

Em janeiro de 1961, a Conferência realizada a convite do Rei do Marrocos, Mohammed V, reuniu os membros da União dos Estados Africanos (Gana, República do Mali, Guiné) com a República Árabe Unida (sendo a Líbia e o Egito) além do governo provisório da Argélia, convidado por Nasser. Amalgamados pelos ideais Pan-africanistas, anti-imperialistas e anticolonial, vinculados ao movimento pelo não-alinhamento, formaram o grupo Casablanca. Considerado de direcionamento mais radical, identificava e defendia a necessidade de uma unidade supranacional africana para garantir os objetivos de barrar o neocolonialismo. Enquanto isso, com a intenção de expandir o grupo moderado associado a identidade francófona, em maio de 1961 na capital da Libéria, a União Africana e Malgaxe em parceria com os países: Etiópia, Nigéria, Serra Leoa, Tunísia e Somália criam o Grupo Monróvia, que identificavam na questão da ingerência pela diplomacia internacional – o grande desafio para a unidade africana, em relação a soberania dos estados independentes. Ademais, defendiam a igualdade entre os estados considerando o contexto da união continental, promovendo a identidade nacional atrelada a tolerância e solidariedade, percebendo com desconfiança a integração dos países proposta pelo grupo Casablanca. Pois foi compreendida como uma tentativa dos líderes daquele grupo, em especial de Nasser, de influenciar em assuntos internos de cada país.

Nesse sentido, a grande preocupação do grupo Monróvia pode ser percebida entorno da soberania do estado e do território nacional. O pertencimento aos grupos, não impediu o vínculo e participação desses países em demais espaços da diplomacia internacional, como a

Conferência de Belgrado em 1961, onde também participaram países membros de ambos Monróvia e Casablanca.

Chamamos atenção para a assimetria entre os recursos políticos e as disputas discursivas presentes em alinhamentos com movimentos políticos e ideais intelectuais da época. O vínculo aos movimentos como o pan-africano e o anti-imperialista, por exemplo, não conferiu automaticamente à política e estrutura desses estados, serem pan-africanos ou anti-imperialistas enquanto fatores que diferenciaram e caracterizaram esses estados.

Levando em conta a constante circulação dos governantes em espaços diplomáticos internacionais, em 1962, foi feita a tentativa de união dos dois maiores grupos do continente africano o Casablanca e Monróvia, na capital da Nigéria, Lagos. Porém, a falta de convite ao governo provisório da Argélia novamente fez com que membros do Casablanca e os países da África do norte não comparecessem. Nesse contexto, percebendo a cristalização dos grupos, Haile Selassie motivou que a união deveria prevalecer defendendo ativamente, um grupo africano antes de qualquer outro.

Joseph Ki-Zerbo ressaltou que, ao mesmo tempo que as articulações entre os chefes de estado e diligentes ocorriam em instâncias internacionais através desses grupos, o debate sobre a unidade africana fazia parte do espectro político geral da sociedade. A opinião pública debatia essa questão, havendo propostas além das em jogo naquele circuito diplomático, como o editorial argelino de 1963 assinado por Djibo Bakary veiculava: “De maneira nenhuma deve a Unidade Africana tornar-se um sindicato de homens no poder a procurarem apoiar-se mutuamente para resistirem as correntes populares” (KI-ZERBO, 1972, p.399).

As complexas tramas envolvidas na unidade continental para África, contudo não se resumem na oposição Monróvia *versus* Casablanca, o desacordo entre Nkrumah e Touré nos permite identificar essas cisões internas na unidade africana antes mesmo dessa unidade ser estabelecida enquanto bloco continental. O assassinato de Sylvanus Olympio<sup>86</sup>, presidente eleito após a independência do Togo com o Golpe militar em 1963, repercutiu entre os chefes de estado do Senegal, Daomé e Gana que prontamente reconheceram o novo regime. Contudo, Costa do Marfim, Nigéria, Tanganica e sobretudo a Guiné, solicitaram inquérito sobre essa questão. As decisões assumidas pelos chefes dos estados africanos, agora independentes, expuseram os posicionamentos que afastavam ora aproximavam as nações dentro do continente e fora dele, a conexão simultânea dessas conjunturas por vezes

---

<sup>86</sup> Pertencente à família Olympio, o nacionalista togolês despertava controvérsia, mesmo sendo o primeiro presidente eleito do país independente, sua origem afro-brasileira o vinculava ao tráfico de escravos.

extrapolava os compromissos assumidos conjuntamente. Ainda em 1962, quando as autoridades de Gana recuam quanto as queixas prestadas a ONU sobre o caso de Lumumba, nota-se que em certa medida os rumos do Pan-africanismo mais idealista passaram a assumir uma faceta mais moderada até mesmo entre os governantes mais radicais e progressistas. Foi diante desse cenário que a formação de movimentos de princípios mais amplos e alinhados as preocupações nacionalistas dos governantes africanos passaram a ter mais espaço, e desse modo, um número maior de adeptos.

Sobre a complexidade desses grupos, Kwame Nkrumah e Abdel Nasser advogaram, através de obras produzidas nesse período com o intuito de divulgar suas ideias, por correntes distintas internamente no grupo Casablanca. Nasser e Nkrumah assumiram a liderança dos primeiros processos de independência africana ainda nos anos 1950, de modo que, ao lançarem suas ideias quanto ao futuro dos países que governavam, passam a projetá-las em relação a libertação de todo o continente.

Reconhecido como importante quadro do Movimento Pan-africanista, Nkrumah assumiu as conquistas de Gana como uma fonte de inspiração e modelo para a libertação do continente e de todos os negros sob o jugo colonial, de modo que, percebemos essa aspiração enquanto competidora com as do chefe de estado egípcio na medida em que ambos buscavam projetar a trajetória de libertação da qual participaram em seus respectivos países, como meta e modelo para a política integrada do continente livre. Ambos os chefes de estado denunciavam as práticas imperialistas e neocolonialistas, no entanto, Nkrumah ia além ao reconhecer o papel das elites locais, que por interesses particulares, em geral vinculados a ganhos financeiros, eram coniventes com os projetos econômicos estrangeiros. Unidos no grupo Casablanca pelo desejo de uma transformação radical para a África, suas propostas se afastavam no que compete as bases históricas que recuperavam como justificava de suas agendas. Nesse sentido, quando escreveu sobre as intersecções que permeiam o Egito, sendo o mundo árabe, o islã e a África, Nasser identificou através de círculos concêntricos uma analogia sobre essas relações, e no que tange ao continente escreveu:

“Se dirigirmos nossa atenção depois para o segundo círculo, o círculo do continente africano, eu diria, sem exagero, que não podemos, mesmo que queiramos, de alguma forma nos afastar da sangrenta e terrível luta agora furiosa no coração da África entre cinco milhões de brancos e duzentos milhões de africanos. Não podemos fazê-lo por uma razão principal e clara, a saber, que estamos na África. O povo da África continuará a olhar para nós, que guardamos o portão norte do continente e que somos seu elo de ligação com o mundo lá fora. Não podemos, sob nenhuma condição, renunciar à nossa responsabilidade de ajudar, de todas as formas possíveis, a difundir a

luz da civilização até os confins daquela selva virgem.”<sup>87</sup> (NASSER, 1955, p.69)

Em sua narrativa, Nasser assumiu para o Egito, o dever de vanguarda em relação ao continente, transformando sua proposta de união supranacional em elevar o governo nacional egípcio como a liderança governante da África como um todo. Dessarte, mesmo que através de ideais pan-africanistas, socialistas e engajados com o movimento terceiro-mundista e dos não-alinhados, os países que compuseram o grupo Casablanca percebiam essas ideais a sua maneira. Para o líder de Gana, a valorização da cultura africana deveria ditar a integração política e econômica, enquanto que para o egípcio, as bases dessa união deveriam ser estabelecidas por aqueles que historicamente tem essa “responsabilidade” continental e estrutura financeira para tanto.

O estabelecimento de alianças regionais, foi compreendido pelas lideranças estatais independentes, como políticas que fortaleceriam a legitimidade e inserção dos interesses de seus governos em espaços diplomáticos internacionais, identificando a importância dessa articulação para o exercício da política nacional africana. Tendo em vista que uma atuação consensualmente estabelecida entre os países do continente, criaria um fluxo mais efetivo da transmissão de seus interesses nessas esferas, e atuação de demasiadas frentes. No entanto, a agitação do campo político com a formação de grupos variados entre fim de 1950 e início de 1960 foi percebida como um enfraquecimento desse fluxo. Identificamos, então, a formação de instâncias políticas distintas em busca de coesão, entre a coexistência de interesses em disputa. E queremos dizer com isso, que mesmo em desacordo sobre questões continentais, parcerias poderiam ser criadas visando uma atuação intercontinental conjunta, como pleitos em assembleias ou comissões da ONU, por exemplo. Essa possibilidade em acomodar a diferença para questões internas, mas que ainda atuaria com a legitimidade de representar a unidade continental africana, constituiu a base para a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) celebrada em 25 de maio de 1963 no *Africa Hall* localizado na capital da Etiópia, sob os olhos atentos da comunidade diplomática global.

---

<sup>87</sup> No original: “If we direct our attention after that to the second circle, the circle of the continent of Africa, I would say, without exaggeration, that we cannot, even if we wish to, in any way stand aside, from the sanguinary and dreadful struggle now raging in the heart of Africa between five million whites and two hundred million Africans. We cannot do so for one principal and clear reason, namely that we are in Africa. The people of Africa will continue to look up to us, who guard the northern gate of the continent and who are its connecting link with the world outside. We cannot, under any condition, relinquish our responsibility in helping, in every way possible, to diffuse the light of civilization into the farthest parts of that virgin jungle.”



<b>Organização</b>	<b>Período</b>	<b>Países membros</b>
Liga Árabe	1945- atual	Egito (1945), Líbia (1953), Sudão (1956) e Marrocos (1958)
República Árabe Unida	1958- 1961	Egito e Síria
União dos Estados Africanos	1958- 1963	Gana, Guiné e Mali
Federação do Mali	1960	Senegal e Mali
Conseil d'Entente	1959	Benim e Burquina Faso (República do Daomé, República do Alto Volta)
União Africana e Malgaxe (UAM)	1960	Chade, Camarões, República do Congo, Benim, Gabão, Burquina Faso, Níger, Mauritània, Madagascar, República Centro-Africana, Senegal e Costa do Marfim
Conferência de Casablanca	Janeiro de 1961	União dos Estados Africanos, Marrocos, República Árabe Unida, Líbia e Governo provisório da Argélia
Grupo Monróvia	Maio de 1961	União Africana e Malgaxe, Etiópia, Libéria, Nigéria Serra Leoa, Tunísia e Somália
Organização da Unidade Africana	Maio de 1963	Grupo Monróvia e Casablanca

Figura 10 - Tabela 1 – Grupos e organizações africanas (1945 - 1963).

Fonte: WAHBEH, Jacqueline. "BEM-VINDO A ADIS ABEBA: A vibrante capital diplomática da África": Tensões e representações políticas a partir dos ordenamentos urbanos na Etiópia contemporânea. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 32, n. 1, p. e205159-e205159, 2023.

As simultâneas performances de diferentes agrupamentos regionais permearam a política dos países africanos independentes e foram esses grupos que “mais ou menos efêmeros, mais ou menos estruturados” (KI-ZERBO, 1972, p.389) compuseram as negociações quanto a unidade continental para a África. Frente a isso, para o autor Francisco Valente (1986, p.115) a criação da OUA pode ser compreendida como “movimento de unificação, a conferência de 1963, eliminou as divergências havidas até então entre as nações e provocou o desaparecimento dos principais grupamentos políticos africanos existentes anteriormente”, na medida em que a ideia de uma união supranacional foi renunciada no formato final da OUA.

O sem fim de conferências e grupos formados entre fim dos anos 1957 e o início de 1963, rapidamente apresentados aqui, de uma forma que não teve a intenção de apreensão total ou que faz jus a complexidade dessas tramas, não foi percebido como processo encerrado

com a criação da OUA. Propomos redirecionar o olhar sobre a unidade africana nos distanciando da OUA enquanto resultado final de uma fusão absoluta da unidade continental entre os países da África. Apresentamos, mesmo que apressadamente e por isso, dando chance a leviandades, as diversas camadas da política interestatal a nível interno do continente africano e em relação aos demais continentes que se sobrepuseram para que a unidade tivesse espaço em 1963. Situando, com isso, a unidade africana institucionalizada com a fundação da OUA, em um campo de disputa e negociações, que mesmo não sendo baseada no ideal pan-africano da integração continental, organizou a união entre os países do continente, e os elementos simbólicos desse movimento continuaram a permear os discursos e agendas políticas dos estados - e estadistas – africanos que no decorrer da criação da OUA continuaram a disputar os rumos de sua orientação e atuação no continente.

A Conferência de Adis Abeba em 1963, estabeleceu os propósitos e princípios da instituição, condensado requisitos básicos para a associação, seus direitos e deveres e das comissões internas, além da hierarquia administrativa. No documento inaugural da instituição a *Carta da OUA* ou *Carta de Adis Abeba*<sup>88</sup>, elencou os sete princípios aderidos pelos membros:

1. A igualdade soberana de todos os Estados-Membros.
2. Não ingerência nos assuntos internos dos Estados.
3. Respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado e pelo seu direito inalienável à existência independente.
4. Solução pacífica de controvérsias por negociação, mediação, conciliação ou arbitragem.
5. Condenação sem reservas, em todas as suas formas, de assassinatos políticos, bem como de atividades subversivas por parte de Estados vizinhos ou quaisquer outros Estados.
6. Dedicção absoluta à emancipação total dos territórios africanos ainda dependentes.
7. Afirmação de uma política de não alinhamento em relação a todos os blocos.<sup>89</sup>

A partir da leitura desses princípios, podemos propor um aporte para identificarmos o direcionamento e a construção do perfil da unidade africana, identificando frente a quais bases suas ações iriam se suceder. Nesse momento, esses princípios funcionaram como balizadores básicos, por isso é interessante compreender que muitas definições ainda estavam em jogo no

---

<sup>88</sup> Joseph Ki-Zerbo explicou que o esboço dessa carta foi produzido na Etiópia por ministros dos negócios estrangeiros a pedido do Imperador Haile Selassie.

<sup>89</sup> No original: 1. The sovereign equality of all Member States. 2. Non-interference in the internal affairs of States. 3. Respect for the sovereignty and territorial integrity of each State and for its inalienable right to independent existence. 4. Peaceful settlement of disputes by negotiation, mediation, conciliation or arbitration. 5. Unreserved condemnation, in all its forms, of political assassination as well as of subversive activities on the part of neighbouring States or any other States. 6. Absolute dedication to the total emancipation of the African territories which are still dependent. 7. Affirmation of a policy of non-alignment with regard to all blocs.

que viria a ser a unidade africana em sua prática, considerando em quais situações ela iria se envolver e quais projetos iria desenvolver, de modo a nos permitir pensar a OUA enquanto início e não o fim dessa unidade.

A instituição OUA condensou a atuação da maioria dos chefes de estado africano em questões internacionais, o que não eliminou os desacordos por fronteiras e limites territoriais, questão que continuava como crescente fonte de disputa interna no continente. Nesse interim, o nacionalismo foi embutido entre os princípios da OUA para combater a dominação imperialista estrangeira nos países africanos, o que significou uma defesa patriota da nação. Por outro lado, internamente, essa união funcionou visando a prevenção contra os nacionalismos subalternos ou os movimentos de libertações nacionais.

Pouco antes da inauguração da OUA, ainda em 1963, Kwame Nkrumah acabava de publicar sua obra *A África Deve Unir-se* tendo analisado a economia do continente, presumiu que um comando supremo africano, com um sistema monetário comum e uma planificação continental seriam o único meio estrutural para os estados africanos vencerem suas contradições históricas e garantirem sua independência contínua frente ao neocolonialismo e imperialismo: assim foi lançada a formação dos estados unidos africanos. Nessa obra, Nkrumah identificou maior valor político em abrir mão do poder em esferas nacionais, para agir com maior expressão nas esferas supranacionais. O debate proposto não perpassou a ideia de estados fortes, mensurando o poder de ação deles pela lógica de que unindo vários estados fracos formariam um estado forte. Longe disso, a compreensão de Nkrumah propunha ultrapassar as contradições territoriais entre os estados, por estarem historicamente atreladas as disputas do colonialismo e imperialismo, propondo que a renúncia de parte da soberania nacional funcionaria em nome da manutenção dela sendo operada em uma instância executiva central africana, assim como a economia através de um banco para o desenvolvimento comum. Como ponto mais radical, Nkrumah visualizou para OUA a criação de um quartel general permanente para as ações da instituição, algo que não foi aprovado, muito menos a indicação de que a organização poderia intervir diretamente em questões de estado (KIZERBO, 1972, p.404).

Compreender a razão pela qual a tese moderada foi adotada entre os princípios da OUA, e não a versão mais radical – versão essa associada com a propostas para unidade africana contidas na obra de Nkrumah ou de Nasser – significou dimensionar o interesse dos dirigentes em garantir a unidade e depois, articular a sua forma. Ainda mais se considerarmos que entre os princípios assumidos, os chefes de estado estavam unanimemente satisfeitos em

garantir a soberania e legitimidade nacional de seu poder, como bem notou Selassie, apontado como principal articulador da carta de 1963.



Figura 11 - Cúpula de Adis Abeba, 1963.

Fonte: UNECA – The origin. Addis Ababa Summit, 1963. Disponível em: <<https://www.uneca.org/africa-hall/the-origin>> Acessado em: 20/06/2023. No centro da vemos Joseph Kasa-Vubu, Ahmadou Ahidjo, Haile Selassie e Gamal Abdel Nasser.

A assinatura da carta ratificada pelos governantes dos 32<sup>90</sup> países membros, assegurou a institucionalização da unidade, e estabeleceu a seguinte estrutura para a organização: sendo dividida em quatro I Assembleia dos Chefes de Estado e Governo; II Conselho de Ministros, III Secretário Geral e uma IV Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem. O cargo de secretário geral, foi assumido provisoriamente pelo governo da Etiópia, e a comissão de

---

<sup>90</sup> Nesse momento todos os países africanos sob governos africanos participavam dessa organização, sendo eles (com seus nomes naquela ocasião): República de Burundi, República de Camarões, República Centro-Africana, República do Chad, República do Congo, República Democrática do Congo, República Federal Democrática da Etiópia, República do Quênia, República de Madagascar, República de Ruanda, República Federal da Somália, República do Sudão, República Unida da Tanzânia, República Democrática e Popular da Argélia, República de Uganda, República Árabe do Egito, Líbia, República Islâmica da Mauritânia, República da Tunísia, República do Benin, Burkina Fasso, República da Costa do Marfim, República de Gana, República da Guiné, República da Libéria, República do Mali, República do Níger, República Federal da Nigéria, República do Senegal, República da Serra Leoa e a República Togolesa. Disponível em: <[https://au.int/en/member\\_states/countryprofiles2](https://au.int/en/member_states/countryprofiles2)> Acessado em: 05/10/2022.

ministros seria composta por membros dos seguintes países: Congo (Brazzaville), Gana, Nigéria, Níger, Uganda e República Árabe Unida (Egito) (ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY, 1963, p.13).

Os discursos de chefes de estado proclamados na conferência inaugural de 1963, quando contextualizados, podem apresentar uma maneira de identificar os desacordos em meio a essa coalisão, para isso elencamos aqui trechos com autoria de Haile Selassie e de Ahmed Ben Bella, líder da Argélia recém independente. O imperador etíope, em seu extenso e eloquente discurso de abertura da Conferência de Adis Abeba, salientou a importância desse momento inaugural e celebrou essa conquista africana frente ao mundo:

“Estamos hoje no palco dos assuntos mundiais, diante do público da opinião mundial. Reunimo-nos para afirmar nosso papel na direção dos assuntos mundiais e para cumprir nosso dever para com o grande continente, cujos duzentos e cinquenta milhões de pessoas lideramos. A África está hoje no meio do caminho, em transição da África de ontem para a África de amanhã. Mesmo enquanto estamos aqui, passamos do passado para o futuro. A tarefa em que embarcamos, a construção da África, não vai esperar. Devemos agir para formatar e moldar o futuro deixando a nossa marca nos eventos à medida que eles passam para a história.”<sup>91</sup> (AFRICAN UNION, 2013, p.1)

Ahmed Ben Bella, primeiro ministro da Argélia independente desde 1962, que discursou logo em seguida ao anfitrião, expõe que iria poupar tempo e abriria mão do discurso que havia preparado focando na questão dos países em luta pela independência:

"Vou simplesmente dizer-lhes o que nós, na Argélia, pensamos sobre a essência desses problemas. Sublinho que a Argélia subscreve antecipadamente todas as condições, todas as razões, todas as justificações que esta comissão venha a adoptar. Mas é meu dever dizer, em nome do povo argelino e em nome de um milhão e quinhentos mil mártires caídos no campo de honra, que esta Carta permanecerá letra morta se não tomarmos decisões concretas, se não dermos apoio incondicional aos povos de Angola, da África do Sul, de Moçambique e outros, o apoio incondicional que estes povos ainda sob o jugo colonialista têm direito a esperar de nós”<sup>92</sup> (IDEM, p.7).

De encontro ao tema da luta por independência, mas apresentando um argumento diretamente oposto ao do líder argelino, a ideia de Salessie reconhecia a necessidade de se

---

<sup>91</sup> No original: “We stand today on the stage of world affairs, before the audience of world opinion. We have come together to assert our role in the direction of world affairs and to discharge our duty to the great continent whose two hundred and fifty million people we lead. Africa is today at mid-course, in transition from the Africa of yesterday to the Africa of Tomorrow. Even as we stand here, we move from the past into the future. The task on which we have embarked, the making of Africa, will not wait. We must act, to shape and mold the future and leave our imprint on events as they slip past into history.”

<sup>92</sup> No original: “I am simply going to tell you what we in Algeria think of the essence of these problems. I stress that Algeria subscribes in advance to all the conditions, to all the reasons, to all the justifications that committee will adopt. But it is my duty to say, on behalf of the Algerian People and on behalf of one million five hundred thousand martyrs fallen on the field of honor, that this Charter will remain a dead letter unless we take concrete decisions, unless we lend unconditional support to the peoples of Angola, of South Africa, of Mozambique and others, unconditional support which these peoples still under the colonialist yoke are entitled to expect from us”.

lutar pela liberdade dos países ainda sob o domínio colonial ou de governos de minoria branca, mas não invocava ações de intervenção. Alternativamente defendia a diplomacia, pois entendia que “nós devemos viver em paz com nossos antigos colonizadores, evitando recriminações e amarguras e renunciando ao luxo da vingança e retaliação”<sup>93</sup> (IDEM, p.2). Segundo a experiência do imperador etíope a diplomacia e a força haviam conquistado a recuperação da capital da ocupação italiana, e da tentativa de golpe em 1960, ambas contando com o apoio e mediação britânico, e munições para seu exército vindos da França e EUA principalmente, de modo que a repetição do termo ‘mundial’ em seu discurso de abertura, funciona como o indicativo de que sua atenção estava voltada para a governança em um contexto de globalização política. Afirmando nesse mesmo discurso que: “Nossa liberdade não tem sentido a menos que todos os africanos sejam livres. Nossos irmãos na Rodésia, em Moçambique, em Angola, na África do Sul clamam angustiados por nosso apoio e assistência. Devemos nos alinhar e nos identificar com todos os aspectos de sua luta”<sup>94</sup> (IBIDEM).

A unidade africana para Haile Selassie era aquela que acomodaria as diferenças em relação as soberanias independentes, sem intervenção em assuntos considerados de ordem interna, e estaria alinhada em suas metas continentais: “A história nos ensina que a unidade é força e nos adverte a submergir e superar nossas diferenças na busca de objetivos comuns, a lutar, com todas as nossas forças combinadas, pelo caminho da verdadeira fraternidade e unidade africana.”<sup>95</sup>. Sobre o percurso que levou até aquele momento “o caminho da unidade africana já está ladeado de marcos. Os últimos anos estão repletos de reuniões, de conferências, de declarações e pronunciamentos. Organizações regionais foram estabelecidas. Agrupamentos locais baseados em interesses, origens e tradições comuns foram criadas.”<sup>96</sup> (IDEM, p.2-3). Ao associar o surgimento dessa instituição com esse histórico, o imperador etíope identificou a OUA como parte do processo histórico africano de libertação e autonomia, apontando que ele foi antes, o da soberania dos estados africanos, encadeando que

---

<sup>93</sup> No original: “we must live in peace with our former colonizers, shunning recrimination and bitterness and forswearing the luxury of vengeance and retaliation”.

<sup>94</sup> No original: “Our liberty is meaningless unless all Africans are free. Our brothers in the Rhodesia, in Mozambique, in Angola, in South Africa cry out in anguish for our support and assistance. We must align and identify ourselves with all aspects of their struggle”.

<sup>95</sup> No original: “History teaches us that unity is strength and cautions us to submerge and overcome our differences in the quest for common goals, to strive, with all our combined strength, for path to true African brotherhood and unity”.

<sup>96</sup> No original: “the road of African unity is already lined with landmarks. The last years are crowded with meetings, with conferences, with declarations and pronouncements. Regional organizations have been established. Local groupings based on common interests, backgrounds and traditions have been created”.

será através dele que o caminho para a liberdade da população no continente será pavimentado.

Nos anos iniciais de sua ação, a OUA direcionou esforços para a criação da Comissão Africana de Libertação, órgão previsto na carta de 1963, e através dela propagou a denúncia contra Portugal e a República da África do Sul nos espaços internacionais que compôs. Além das lutas por independência ainda correntes, novas tensões interafricanas surgiam, incluindo aí a questão argelino-marroquina, as requisições somalis frente as fronteiras com o Quênia e a Etiópia, bem como a continua crise do Congo. Com isso em vista, surgiram também, esforços diplomáticos por parte de chefes de estados como Selassie e Keita para mediação designados enquanto representantes do bloco. No entanto, a primeira sessão ordinária da Assembleia de chefes de estado da OUA, realizada na cidade do Cairo, em 1964, restringiu objetivamente a ação da instituição sobre as disputas de fronteiras para a unidade africana: os estados membros respeitariam os limites territoriais do momento de suas independências, e assim a manutenção das fronteiras coloniais.

## 2.2 DA OUA PARA UA: O QUE MUDOU ALÉM DO ACRÔNIMO?

Direcionando nosso estudo para os anos da transição da OUA para UA, nos lançamos 30 anos após o contexto das independências africanas: os anos 1990. Grosso modo, podemos estabelecer que, em 1975, com as Independências da Angola e de Moçambique estiveram demarcados os processos finais de independência colonial no continente africano. Tendo como derradeiro o da libertação da África do Sul, com a eleição de Nelson Mandela e o fim da segregação racial, que repercutiu diretamente no fim da dominação branca dos cargos do estado. A década final do século XX, convergiu também, com as primeiras mudanças nas lideranças do poder central do estado, como nos casos do Egito, Etiópia e Nigéria.

Convocada pelo Coronel Muammar al-Gaddafi da Líbia, a sessão da trigésima-quinta assembleia extraordinária chefes de estado do bloco africano definiu quanto a mudança do bloco e teve como objetivo: “discutir formas e meios de tornar a OUA eficaz de modo a acompanhar os desenvolvimentos políticos e económicos que ocorrem no mundo e a preparação exigida da África no contexto da globalização, de modo a preservar as suas potencialidades socioeconómicas e políticas.”<sup>97</sup> (OUA, 1999, p.1). A preocupação com a

---

<sup>97</sup> No original: "to discuss ways and means of making the OAU effective so as to keep pace with political and economic developments taking place in the world and the preparation required of Africa within the context of globalization, so as to preserve its socio-economic and political potentials."

relevância da instituição na virada do século XX, se mostra como a força motriz oficial para o processo de transição entre a Organização da Unidade Africana para a União Africana. Entre os documentos da instituição que registraram essas deliberações, citam-se a *Declaração de Sirte* de 1999, o *Acto Constitutivo*<sup>98</sup> de 2000, a e *Declaração de Durban*<sup>99</sup> de 2002, elencados como os protocolos burocráticos dessa mudança, e o conteúdo nos permite identificar a nova estrutura organizacional, os princípios e compromisso assumidos, além dos principais chefes de estado que respondem a autoria dessas propostas.

A declaração de 1990 sobre a *Situação Política e Socioeconômica em África e as Mudanças Fundamentais* manifestou os primeiros argumentos buscados pela instituição para explicar as razões pelas quais a Organização da Unidade África concederia seu lugar à União Africana: “analisou a situação do continente à luz das conquistas do continente na área da descolonização e da luta contra o Apartheid, bem como as mudanças que então estavam ocorrendo no mundo”<sup>100</sup> (OAU, 1999, p.4). Essa compreensão entendeu que a missão assumida em 1963 de garantir a soberania dos estados africanos foi cumprida e, portanto, novos compromissos poderiam ser assumidos. Almejando em uma dimensão exterior ao continente, manter a relevância dessa instituição frente a um fenômeno mencionado já nas primeiras linhas do documento, a globalização. Ao vincular a mudança do acrônimo da instituição com o projeto de reforma e renovação institucional –podemos perceber o encadeamento dado pela narrativa institucional sobre esse processo:

“Ao longo da última década, a OUA foi guiada pelo objetivo primordial de se ajustar aos desafios do dia e de permanecer relevante para seus Estados Membros. Essa foi a lógica por trás do programa de Reforma e Renovação que a Organização vem perseguindo nos últimos anos. Este programa centrou-se na agenda de cooperação e integração regional e continental; a agenda de paz e segurança; a agenda de democratização e direitos humanos; a reestruturação da secretária-geral e a revisão da Carta. Este programa visava fortalecer a capacidade da Organização para servir o continente e seus povos e ser relevante em um contexto de constante mudança.” (OAU, 1999, p 2).

Assim, a nova carta institucional foi publicada em 2000 como o *Acto Constitutivo*, substituindo a *Carta de Adis Abeba* de 1963, e em seus novos princípios institucionais elencou:

---

<sup>98</sup> Documento inaugural da União Africana, sua escrita foi de responsabilidade dos chefes de estado engajados no projeto, ainda enquanto Organização da Unidade Africana, que de 2001 a 2003 teve a cadeira de secretário geral presidida por Amara Essy, diplomata da Costa do Marfim que já havia presidido comissões na ONU ainda nos anos 1990.

<sup>99</sup> A Declaração de Durban é o documento que se refere a Primeira Sessão Ordinária da União Africana e nele se apresentam as decisões, formato e compromissos inaugurais da instituição, agora renovada.

<sup>100</sup> No original: “reviewed the situation of the continent in the light of the achievements of the continent in the area of decolonization and the struggle against apartheid, as well as the changes which werethen taking place in the world.”



- (a) igualdade soberana e interdependência entre os Estados-Membros da União;
- (b) respeito das fronteiras existentes na conquista da independência;
- (c) participação dos povos africanos nas atividades da União;
- (d) estabelecimento de uma política de defesa comum para o Continente Africano;
- (e) resolução pacífica de conflitos entre os Estados Membros da União através dos meios apropriados que possam ser decididos pela Assembleia;
- (f) proibição do uso da força ou ameaça de uso da força entre os Estados Membros da União;
- (g) a não ingerência de qualquer Estado-Membro nos assuntos internos de outro;
- (h) o direito da União de intervir em um Estado Membro de acordo com uma decisão da Assembleia em circunstâncias graves, a saber: crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade;
- (i) coexistência pacífica dos Estados Membros e seu direito de viver em paz e segurança;
- (j) o direito dos Estados-Membros de solicitarem a intervenção da União para restabelecer a paz e a segurança;
- (k) promoção da autossuficiência no âmbito da União;
- (l) promoção da igualdade de gênero;
- (m) respeito pelos princípios democráticos, direitos humanos, estado de direito e boa governação;
- (n) promoção da justiça social para assegurar o desenvolvimento econômico equilibrado;
- (o) respeito pela santidade da vida humana, condenação e rejeição da impunidade e assassinatos políticos, atos de terrorismo e atividades subversivas;
- (p) condenação e rejeição de mudanças inconstitucionais de governos.<sup>101</sup>

Em relação aos 7 princípios da OUA, passaram para 16 o número deles, tornando a atuação da UA mais robusta. Para estudiosos do campo das relações internacionais, as principais transformações a nível da atuação institucional de 1963 para 2000 se deram entre as possibilidades de intervenção da organização em assuntos internos dos estados membros. Levando em conta os objetivos e a problemática dessa dissertação, concentramos nosso estudo nas ações da UA em relação a proteção dos direitos humanos nas sociedades africanas, percebendo de que maneira suas novas atribuições e possibilidades jurídicas repercutiram em criação de mecanismos de justiça, reparação e proteção. Sendo a opinião pública

---

<sup>101</sup> No original: (a) sovereign equality and interdependence among Member States of the Union; (b) respect of borders existing on achievement of independence; (c) participation of the African peoples in the activities of the Union; (d) establishment of a common defence policy for the African Continent; (e) peaceful resolution of conflicts among Member States of the Union through such appropriate means as may be decided upon by the Assembly; (f) prohibition of the use of force or threat to use force among Member States of the Union; (g) non-interference by any Member State in the internal affairs of another; (h) the right of the Union to intervene in a Member State pursuant to a decision of the Assembly in respect of grave circumstances, namely: war crimes, genocide and crimes against humanity; (i) peaceful co-existence of Member States and their right to live in peace and security; (j) the right of Member States to request intervention from the Union in order to restore peace and security; (k) promotion of self-reliance within the framework of the Union; (l) promotion of gender equality; (m) respect for democratic principles, human rights, the rule of law and good governance; (n) promotion of social justice to ensure balanced economic development; (o) respect for the sanctity of human life, condemnation and rejection of impunity and political assassination, acts of terrorism and subversive activities; (p) condemnation and rejection of unconstitutional changes of governments.

internacional, dimensão importante para a influência da organização africana, entender como seus posicionamentos e compromissos eram interpretados e influenciados por demais organizações e países. No âmbito da justiça internacional - ativamente envolvida no processo do Genocídio de Ruanda<sup>102</sup> – sem essas responsabilidades associadas a UA, sua relevância e sincronia com as demandas globais estaria comprometida (MURRAY, 2004) (ENYEW, 2008). Por outro lado, há autores que apontaram para a criação de programas de integração econômica como o NEPAD sendo as inovações centrais dessa transformação institucional (RABELO e GUIMARÃES, 2014; DÖPCKE, 2002).

Segundo a lógica da centralidade dos direitos humanos, ao assumir o compromisso de estabelecer medidas e sanções no continente, a UA se reformulou para intervir diretamente em conflitos dos países membros. Essa proposta foi percebida como contraditória pela comunidade internacional, tendo em vista que Muammar al-Gaddafi assumiu a liderança entre aqueles que investiam ativamente em inovar a instituição por meio do diálogo com os direitos humanos. Os rumores ao redor do atentado de *Lockerbie*<sup>103</sup> de 1988, acarretaram para a Líbia e seu chefe de estado, o isolamento internacional. Além disso, foi apontado como uma motivação contraditória o vínculo de al-Gaddafi com a renovação institucional da UA, pela ideia paradoxal de alguém que poderia ter violado os direitos humanos, apoiar uma instituição que propõe defender e agir para assegurar esses direitos. No entanto, essa suposta contradição nos permite perceber como as articulações políticas podem funcionar enquanto busca por legitimidade, mesmo que de forma protocolar, ao vincular-se as instituições e ratificar compromissos internacionais. Algo que encontra sentido se levarmos em conta que participar da UA seria uma forma de demonstrar compromisso político com a mudança em relação ao tema.

Kadafi ao lado de Gnassingbé Eyadema, presidente do Togo desde 1967, são apontados como os chefes de estado responsáveis pela rearticulação da unidade africana e principais financiadores dessa transição, e foram também, os representantes de países onde o governo havia sido estabelecido a partir de golpes militares e perseguições. Thabo Mbeki, o

---

<sup>102</sup> No dia 2 de setembro de 1998, a Corte Criminal Internacional para a Ruanda - um tribunal especialmente criado pelas Nações Unidas para julgar crimes de guerra e crimes contra a humanidade naquele país proferiu uma sentença de condenação por crime de genocídio, a primeira em toda a história humana. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/rwanda-the-first-conviction-for-genocide>> Acessado em: 01/08/2022.

<sup>103</sup> Sobre isso DÖPCKE (2002, p.2) escreveu: “Neste ano, o Coronel Kadafi da Líbia, numa tentativa de quebrar o isolamento que o seu país estava sofrendo em função do envolvimento no atentado de Lockerbie, e de alcançar uma posição de destaque e liderança internacionalmente, descobriu o pan-africanismo como veículo das suas ambições.”

segundo presidente da África do Sul independente, participou dessa reestruturação em conjunto a eles, porém dando especial atenção as causas econômicas. Atuando como o primeiro presidente da União Africana, foi considerado o arquiteto do *New Partnership For Africa's Development* (NEPAD) adotado em 2001. É interessante perceber que os eventos onde os documentos que firmaram a formação da União Africana, anteriormente citados por ordem cronológica, foram propostos em Sirte na Líbia, Lomé no Togo e Durban na África do Sul.

Sendo o chefe de estado líbio o responsável pelas articulações iniciais da transição institucional, Mbeki foi responsável pela introdução de políticas de integração econômica já nos primeiros anos da UA, inspirado pelas ideias da Renascença Africana<sup>104</sup> ele se preocupou com a reestruturação da unidade africana baseada em um forte apelo cultural. Apontando Mbeki como um “líder esclarecido” o historiador e professor da Universidade de Brasília, Wolfgang Döpcke (2002), entendeu que as motivações para o envolvimento do líder sul-africano se deram por estar convencido de que o caminho para a África escapar da marginalização e da fundamental crise de inserção no mercado mundial, seria a aceitação de uma nova agenda internacional para o continente. Quanto aos aspectos da transformação da OUA para a UA e os direitos humanos, o autor associou que em relação aos princípios assumidos nesse processo, foi produzida uma forma de *africanização do discurso dos direitos humanos*, representante da tentativa de “desfocar a preocupação ocidental” dos problemas africanos (p.4, 2002). Para o professor, os esforços de Mbeki e daqueles que alimentavam o renascimento africano como políticas pan-africanas para reestruturar a unidade em África, refletiram uma forma de canalizar as pressões estrangeiras esvaziando a suposta ingerência desses assuntos. Argumentou ainda que é possível compreender a criação da UA como um passo da diplomacia africana para reconquistar a iniciativa e a influência sobre o processo discursivo da inserção internacional do continente. Criando, assim, uma lógica interna e os próprios referenciais. Sobre esses referenciais, percebemos que qualquer tipo de pensamento ou proposta filosófica que se debruçou sobre a questão da união africana – e não a instituição

---

<sup>104</sup> O pensamento do Renascimento Africano se apresentou como um conceito interpretativo para introdução da África nas relações internacionais do século XXI, para Mbeki relacionava-se a uma compreensão da história do continente a partir de três grandes momentos: O “primeiro momento” sendo o renascimento da África após os anos de colonialismo e exploração por potências estrangeiras, o período das lutas de libertação. O “segundo momento” data do fim da Guerra Fria em 1989, que provocou maior abertura econômica mundial e se manifestou em campanhas pela democratização em países africanos independentes, sendo o ano de 1994 extremamente importante pela libertação da África do Sul do governo de minoria branca. E, assim o “terceiro momento” seria o século XXI, no qual através das novas parcerias para o desenvolvimento, o continente prosperaria sob as bases de uma economia integrada (HAMAD; KITIGWA, 2016).

– passou por uma correspondência aos ideais pan-africanistas do século XIX-XX. Nesse sentido, acreditamos existir uma diferença entre o compromisso narrativo com essas correntes de pensamento e as ações das instituições. Projetos baseados nessas elaborações intelectuais não se traduzem em um estado caracterizado por elas, sem que se tenha a real intenção.

O governo da Nigéria, que desde sua independência buscava assumir um papel de liderança na África ocidental, primeiro em 1975 com a criação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), e depois, com o Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG) em 1990, também galgou espaço nas discussões do bloco africano na passagem do século XX para o XXI. A intensa participação nigeriana para a reforma na OUA se deu em conjunto com o presidente sul-africano, e funcionou diretamente como auxílio para a consolidação do seu papel de liderança no continente. Desde o início da década de 1990, o governo da Nigéria estava cada vez mais comprometido com intervenções nos países vizinhos em prol da estabilidade, o que em realidade significou centralizar o poder nessas regiões, sob seu domínio. Essa ação vinculava-se as iniciativas de promover missões de paz, entre 1990 e 2003, nos conflitos de Serra Leoa e na Libéria (RABELO, GUIMARÃES, 2014, p.44).

Paralelamente, a OUA iniciou suas reformulações internas ainda nos anos 1990, ao estabelecer novos acordos com a ONU de ajuda humanitária, nesse cenário, o continente tinha enquanto realidade africana na comunidade internacional a ideia de permanente situação de pobreza e guerras (IDEM, p.48). Olusegun Obasanjo da Nigéria e Mbeki nesse momento, se aproximaram com o objetivo de reformar a OUA baseados em experiências de integração regional econômica com a intenção de garantir a coordenação desses auxílios financeiros. Mbeki defendia a criação de instituições democráticas e a saída de governos inconstitucionais da OUA, sugerindo inclusive, assistência a governos militares para que eles se tornassem mais democráticos. Ao mesmo tempo, em outro extremo, al-Gaddafi retomava as ambições mais radicais e propunha a criação dos Estados Unidos da África, com um presidente continental, moeda e exército únicos. O projeto de Conferência sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África (CSSDCA) proposta articulada por Obasanjo e Salim Ahmed Salim diplomata da Tanzânia e secretário geral da instituição naquela ocasião, fazem parte das reformas econômicas que sinalizaram essas preocupações com a renovação institucional, desde iniciativas regionais.

Em janeiro de 2001, Thabo Mbeki anunciou em reunião do *World Economic Forum* na cidade de Davos, o *Millennium Partnership for the African Recovery Programme* (MAP), por

onde canalizou apoio financeiro da Comissão Econômica para África da ONU. Simultaneamente, o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, também havia lançado um plano próprio para o desenvolvimento regional e continental, ainda na virada do século XX em maio de 2001, chamado de *Oméga Plan* com foco em projetos regionais de infraestrutura e educação, que recebeu forte apoio de países do bloco francófono da África. O *Compact for African Recovery* outra iniciativa do período, foi criado pelo secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA). Por fim, todas essas propostas de ajuda financeira foram incorporadas em um só plano o *New African Initiative* (NAI) em conferência conjunta dos ministros das finanças e planejamento econômico em maio de 2001. Esse projeto centralizado seria implementado e realizado pela OUA com a intenção de resolver um direcionamento único para a questão da integração econômica no continente, possibilitando o recebimento unificado (HAMAD, KITIGWA, 2016, p.115-117; DE WAAL, 2002, p.466).

Percebemos que no alvorecer do século XXI, a instituição africana assumiu o papel de coordenar planos, projetos e investimentos no continente, integrando regiões a nível local e simultaneamente, à outras instituições internacionais. A UA concentrou o fazer política de forma integrada nas esferas internacionais representando o continente africano, especialmente na busca por recursos nesse período. Essa crescente participação em acordos da diplomacia global, correspondeu a crescente atenção dada ao continente. A opinião pública mundial – aquela mesma que compreende cenário de permanente tragédia no continente - passou a associar a organização africana à responsabilidade de ações vividas em contextos africanos, atribuindo a ela um meio de inquerir sobre acontecimentos, governos e governantes nos países do continente. Desse modo, a relação entre a organização com os direitos humanos pode ser encarada como meio de conferir validade e responsabilidade para a sua atuação. Frente a essa necessidade inclusive jurídicas, a UA reorganizou os princípios da atuação internacional dos países africanos garantindo a relevância da organização em meio a transição para os anos 2000. Percebemos alterações em sua composição organizacional, princípios, repartições e autonomia na arena política interna, no entanto, tendo a maior parte do seu orçamento interno vinculado as contribuições dos estados membros, refletiu ainda o interesse dos governantes e restrições as ações das comissões da instituição. Assegurar a relevância do bloco garantiria a circulação dos projetos e autoridade nas esferas mundiais. A importância do NEPAD, embora o projeto tenha foco em propostas econômicas, nesse cenário, refletiu no direcionamento as práticas econômicas liberais na política interna africana, estabelecendo as bases democráticas e de *good governance* enquanto legitimidade. A organização do bloco africano caberia introduzir e manter esses compromissos políticos, culturais e econômicos nos estados

africanos. Com essas colocações, associamos a transição da OUA para UA, a elaboração do NEPAD e o compromisso com os direitos humanos, partes de um mesmo processo de recolocação da unidade africana nas relações internacionais. O projeto econômico de recuperação previa que com estabilidade financeira, as nações africanas conquistariam também, a estabilidade social. Desse modo, os protocolos estabelecidos aos países membros do bloco como requisitos para participação do NEPAD repercutiam em valores de estados democráticos, mantendo suas atuações em conformidade com os direitos humanos, economicamente e culturalmente globalizado.

O foco concedido aos projetos dos presidentes Thabo Mbeki, Muammar Al-Gaddafi, Olusegun Obasanjo justifica-se pelo envolvimento direto deles na reestruturação do bloco enquanto UA, considerando que o primeiro presidente da organização após esse processo foi de Mbeki entre 2002 e 2003 e quem o sucedeu foi Obasanjo, entre 2004 até 2006. Nesse mesmo período Joaquim Chissano ocupou o cargo entre 2003-2004 e o presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso de 2006 até 2007. Ressaltamos que ao longo de seu primeiro governo, entre 1976 até 1979 Obasanjo estabeleceu um governo militar na Nigéria, repercutindo em posicionamentos e escolhas muitas vezes incompatíveis com os direitos humanos. O presidente brazavile-congolês Nguesso, enquanto presidia a organização, passava por um período de crise em seu governo em meio a guerra-civil iniciada ainda em 1997.



Figura 12 - Lançamento da União Africana, Durban, 2002.

A esquerda Thabo Mbeki, Kofi Annan, Joaquim Chissano, Gnassingbé Eyadema, Muammar Al-Gaddafi. Fonte: *Africa Renewal – United Nations*. Disponível em: <<https://www.un.org/africarenewal/magazine/september-2002/african-union-launched>> Acessado em: 01/06/2023.

Ao apresentarmos de que maneira novos quadros políticos, através da UA apresentaram novos direcionamentos para a unidade continental africana. Canalizando a ajuda

internacional e sua atenção para projetos que pudessem conciliar as novas agendas, os governantes modificavam também a organização, suas funções, estrutura de atuação, sobretudo o seu direcionamento. Pensando nisso, é interessante perceber que, conforme as teorias das relações internacionais a abordagem optada pela União Africana – desde a OUA - é apontada como sendo a realista, o que significou atuar em uma concepção que considera o estado como ator principal das relações internacionais. A teoria realista tem por princípio a perspectiva de que não há autoridade superior à do estado e que entre si, eles agem sobre anarquia, isto quer dizer que a política estabelecida entre os países se dá em um espaço sem a imposição de regulações como na política doméstica, o que significa a inexistência de uma autoridade suprema acima dos estados enquanto eles se relacionam e estabelecem negociações. Dessa forma as relações entre os países em nível internacional se dão através dos estados em um ambiente sem soberania maior que a deles mesmos (JACKSON; SORENSEN; MOLLER, 2019 e RABELO; GUIMARÃES, 2016, p.44).

Levando em consideração um sentido personalista da atuação do estado, notamos que a morte de Haile Selassie (1892-1975), Kwame Nkrumah (1909-1972) de Abdel Nasser (1918-1970) foram associadas a mudanças fundamentais na atuação da organização africana, percebemos que as disputas pelo o poder marcaram a política continental desde o início dos anos 1970 enquanto os governantes dos estados articulavam a primazia de seus interesses nas ações do bloco.

Historicamente os marcos cronológicos da passagem dos anos 1950 a 1960 são associados aos processos de independência no continente africano, enquanto que de a década de 1990 a 2000 correspondeu aos anos dos processos de democratização para os países do continente. A transição de regimes autoritários para a democráticos, contudo, não ocorreu enquanto fenômeno orgânico, ressaltamos o caráter de conquista que muitas vezes, veio acompanhada por crises, guerras e perseguições políticas. Das mudanças assumidas por regimes democráticos eram esperadas transformações que reverberassem nas sociedades em consonância com os compromissos com os direitos humanos, contudo, notam-se mais as políticas capitalistas liberais. O fim da Guerra-Fria e a globalização podem ser percebidos do ponto de vista econômico, destacaram a marginalização mundial do continente africano em termos políticos e econômicos. Ao mesmo tempo em que os problemas eram pontuados, soluções internacionais para problemas locais também eram encaminhadas. Processo que fortaleceu a hegemonia do ideário liberal na economia africana, com uma atuação em prol de livre fluxo de mercadorias, capital financeiro, desestatização e liberalização de mercados como caminho para o desenvolvimento. Averiguamos então que a guinada política do século

XXI, repercutiu em eleições democráticas, pluralismo político e respeito aos direitos humanos individuais enquanto compromisso narrativos dos estados membros da UA. A expectativa internacional seria atendida uma vez que os governos africanos rearticulassem sua política de estado entre a democracia liberal e os direitos humanos. Frente a essa necessidade que a UA promoveu o redirecionamento da política dos países africanos no sentido do discurso internacional, que “condenava os governos não democráticos e não-parlamentares, bem como a proteção e gestão da economia interna em desacordo dos interesses mundiais” (DÖPCKE, 2002, p.2).

Entre as movimentações intercontinentais em direção aos direitos humanos temos a criação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, também conhecida como a Carta de Banjul, definida em Assembleia dos Chefes de Estado e Governo da OUA em 1979. Foi adotada em 1981, entrando em vigor somente em 1986. Esse documento definiu a criação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR) para garantir a efetividade dos direitos instaurados pela carta. A iniciativa para esses esforços foi associada a participação da comunidade social, a igreja, organizações intergovernamentais e não-governamentais (ONGs), em muitos casos, exerceram pressão sobre a OUA chamando atenção para casos específicos de abusos de direitos humanos no continente. Inicialmente a sede da comissão seria juntamente com a OUA na capital etíope, no entanto, por pressões características do contexto ditatorial do país, sua sede foi transferida para Banjul e passou a ser sediada na Gâmbia<sup>105</sup>. Essa separação da sede para a comissão dos direitos humanos foi explicada no capítulo anterior referente ao contexto etíope, no entanto, problematizamos outra consequência dessa situação, sendo ela um órgão independente de onze especialistas, para garantir uma atuação mais justa e segura, estava, no entanto, sediada fisicamente distante o que dificultou integrar o seu trabalho aos restantes órgãos da OUA em Adis Abeba. Fator esse que exacerbou o seu isolamento ao longo dos anos tanto teórica como praticamente do trabalho do resto da organização africana, apesar do papel formal que prestava à ela (MURRAY, 2014, p.22-23).

A carta e a comissão foram aprovadas unanimemente pelos países membros da OUA ainda nos finais dos anos 1980, no entanto, o tema dos direitos humanos permaneceu na periferia da atenção da OUA, principalmente considerando que a intervenção em caso de abusos não era uma possibilidade entre os princípios da instituição, mesmo com a criação

---

<sup>105</sup> Essas informações foram obtidas no site oficial da Comissão, lembrando que ela ainda existe e mantém sua atuação vinculada a União Africana. Disponível em: <[https://www.achpr.org/pr\\_history](https://www.achpr.org/pr_history)> Acessado em: 05/10/2022.



dessa comissão e o destacamento de comissários. As contribuições da ACHPR, no entanto, concentram os esforços iniciais da organização em direção a defesa dos direitos humanos e suas prerrogativas, consolidando essa responsabilidade à OUA enquanto obrigação legal também.

Rachel Murray (2004) analisou o desenvolvimento de medidas de proteção aos direitos humanos em África, traçando sua análise através do estudo dos documentos institucionais da OUA e UA. Para a autora, as preocupações iniciais da organização estavam vinculadas as questões do contexto político africano dos anos 1960, identificando a centralidade delas relacionadas a garantir as independências recém conquistadas, além de incentivar a soberania dos estados africanos e suas associações contra o neocolonialismo. De modo que, nesse momento as preocupações relativas aos direitos humanos tinham espaço secundário e menor aderência com o foco da instituição voltado para proteção aos estados e não dos indivíduos<sup>106</sup> (MURRAY, 2004, p.7). Por esse motivo o estado-nação assumiu um valor sacrossanto entre os princípios da instituição e suas ações posteriormente, ressaltando a característica realista das relações internacionais. Para a pesquisadora, aspectos dos direitos humanos eram debatidos pela OUA através dos conceitos de autodeterminação, e contra o *Apartheid* na África do Sul, ressaltando ainda o vínculo com as ações voltadas para assistência aos movimentos de libertação, financiando armamentos e fornecendo treinamento para soldados, com o objetivo de garantir a liberdade em África (2004, p.9). Em certa medida, concordamos que os direitos humanos nas relações intercontinentais do século XX se traduziam sobretudo enquanto debate de estado, com sua força de atuação reservada ao impacto de sua narrativa.

Rachel Murray (2004) ao longo de seu estudo percebeu que a introdução da carta dos direitos humanos de 1948 promulgada pela ONU, enquanto acordo internacional ratificado pela OUA desde 1963, vinculou a participação na instituição ao compromisso com a proteção dos direitos humanos desde sua criação. Porém, tomando como base nos resultados dos conflitos desencadeados após as independências esse compromisso foi considerado falho por ela, e a atuação do bloco africano foi criticada pela autora – que citou também a opinião internacional enquanto reforço – por entender que a OUA não assegurou tal compromisso entre os países membros, e por conseguinte, a proteção a sociedade civil.

Seguindo tal perspectiva, percebemos a existência de um paradigma colocado pela argumentação da autora sobre o contexto inerente aos direitos humanos no continente

---

<sup>106</sup> No original: “Thus, at this stage, the OAU’s focus was on protection of the state, not the individual”.

africano. Murray (2004) ressaltou que mesmo reconhecendo a atividade dos estados em coerência com as necessidades políticas daquele período, problematizou o uso que a OUA fez dos direitos humanos enquanto parâmetro para a luta de soberania dos estados e não dos povos. Questionando com isso, a validade ou o valor desses direitos no continente como uma forma de uso indevido pela instituição estendendo-se aos países membros. Tendo em vista que o processo de consolidação dos regimes independentes em África demandou o uso da força, a descolonização enquanto experiência humana significou guerras, crises, fome e etc. Nesse sentido, a opção assumida após o domínio do poder central demandou estabelecer os rumos dos governos em diante, e garantir a unidade territorial dos estados-nação foi a preocupação central da maior parte deles. O processo de consolidação a nível local muitas vezes significou acabar com as insurgências regionais, a concorrência pelo poder, e qualquer desafio a unidade, pensando nisso que identificamos à consolidação a nível continental sendo resolvida com o uso violência por parte do poder central – do estado. A nível internacional, as medidas diplomáticas operacionalizam as questões internas, pois poderiam garantir em um só acordo a soberania em forma de reconhecimento e a manutenção do poder em forma de suporte humanitário, monetário ou bélico. Quando se tratou das relações internacionais com as antigas potências coloniais, a defesa da soberania dos estados foi percebida enquanto base para os direitos políticos africanos se e somente a partir daí, seriam capazes de garantir a liberdade para os povos.

De maneira alguma nossa intenção aqui tratou de justificar ou relativizar os direitos humanos, a sua defesa ou dos abusos cometidos, o objetivo foi provocar um convite a compreender essa aparente contradição, como um outro sentido histórico sobre a relação entre estado, governo, diplomacia e direitos humanos na África. Traçar as diferenças percebidas pelos princípios assumidos em 1963 frente aos de 2000 pela organização internacional africana, foi somente uma maneira de mapearmos essas reivindicações em suas raízes históricas. Não se tratando de definir direitos humanos melhores ou mais amplamente aplicados, e sim, de analisar e circunscrever a concepção e defesa feita através desses direitos, investigando distintos interesses e trajetórias políticas associadas a elas. A importância histórica de se advogar pela soberania dos estados independentes como questão central de ser da OUA nos anos 1960 e interesse dos estadistas, e pode ser percebida enquanto a primeira conquista jurídica a ser garantida para poder se falar de liberdade ou direitos humanos na África. Tendo em vista que para a política e sociedade, a experiência social tinha no horizonte daquele período o neocolonialismo à espreita. Nesse sentido, buscamos nos afastar da análise que entende que a luta anti-imperialista, anticolonial e preventiva ao neocolonialismo, como

algo que “tornou-se incongruente com os direitos humanos” como apontou Rachel Murray (2004) que identificou como um paradoxo a luta por independência e liberdade de um lado, e do outro, as massivas violações aos direitos humanos, para ela o direito das pessoas oprimidas na luta contra a colonização e o neocolonialismo difere dos direitos humanos.

Percebemos que nesse esquema de análise, o paradoxo principal seria a incapacidade dos estadistas africanos em gerenciar a soberania aliada a implementação dos direitos humanos, sendo essa sua *falha* como adjetivou a autora. Nesta pesquisa, entendemos que os problemas da inserção política dos estados africanos e dos direitos humanos a nível continental estiveram associados as raízes históricas de um passado colonial, que naquele momento, ainda era a realidade latente, muito mais profundas que ingerências políticas ou falha dos estados. A necessidade de assegurar a independência diante da convulsão de disputas internas nos estados nacionais também foi fator de importante influencia na tomada de decisões. Com a soberania conquistada, da manutenção dos estados autônomos fez surgir a necessidade de negociar armamentos e muito de sua atuação frente a sociedade civil dependeu do apoio estrangeiro. Isto por que, a ameaça dos separatismos ameaçava de uma vez só a pretendia unidade nacional e o controle do poder. Sem conseguir garantir a unidade e definições territoriais, esses estados não conseguiriam legitimidade suficiente para o reconhecimento internacional de nação independente, algo indispensável para sua manutenção. Angariar fundos a nível internacional era a garantia do domínio das fronteiras locais, uma vez que permitia o investimento em força. Como uma serpente comendo sua própria cauda, a crítica ocidental de que os países precisavam de uma organização forte e unificada como o estado-nação para serem considerados entidades representativas, de forma circular, alimentava a necessidade do controle das fronteiras e do manutenção da unidade em nome da soberania, e por conseguinte, a necessidade de financiamento estrangeiro para garantir as munições para realizar a manutenção das fronteiras e do poder central, retomando a participação internacional para concluir a volta desse ciclo. Nota-se que a necessidade primeira dos estados no pós-independência foi de existir enquanto domínio de espaço nacional, ou seja, como estado-nação, para então ter independência e reconhecimento na arena da política mundial. Frente as contradições internas, os governos africanos optaram por usar da força como solução, e para receber fundos ou até mesmo munição para essa força, foi necessário manter esse estado territorialmente delimitado, unificado e os demais protocolos inerentes na comunidade internacional.

Documentando a transição democrática na Etiópia, a carta do período transicional (1991) definiu as responsabilidades assumidas pelo regime naquele período como uma

obrigação e requisito para que o novo governo fosse reconhecido internacionalmente. Com isso em vista, faz sentido que os direitos humanos sejam declarados como a parte primeira desse documento, ratificando as convenções internacionais da ONU de 1948. Em seguida, em sua segunda parte, apresentou os princípios norteadores das políticas internacionais assumindo que: “O Governo de Transição conduzirá as suas relações reais com base nos princípios do respeito pela soberania e igualdade de estados e da não intervenção e sua interferência nos assuntos internos, bem como na promoção de interesses mútuos<sup>107</sup>.” (Negarit Gazet, 1991, p.1-2). Ainda que tenha buscado estruturar as relações políticas internas e externas assumindo institucionalmente o compromisso com os direitos humanos e o respeito à soberania dos estados, os conflitos na fronteira etíope com a Eritreia em 1993, não podem ser explicados somente na base do paradoxo da incapacidade muito menos nas correspondências entre performances narrativas e práticas políticas mesmo que ambas possam ser percebidas como fontes para se compreender as ações de um estado.

Para o campo das relações internacionais a inserção africana de maneira autônoma nas esferas política ocorreu a partir da criação da OUA, e desde 1963, a unidade africana foi organizada através dessa instituição. Como maneira de mensurar a atividade e resultados da organização, especial atenção foi dada ao gerenciamento dos conflitos internos no continente. Os desacordos entre as elites africanas refletidos nas tensões políticas caracterizam a atuação da OUA considerada ineficaz para a opinião internacional, atuando como observadora silenciosa, em especial sobre o Genocídio de Ruanda. Pensando em sua ação naquele período, a estrutura da instituição que tem como principal órgão deliberativo a Assembleia dos Chefes de Estado e Governo ressoou enquanto limitante das intervenções possíveis. Somando a isso, seu orçamento correspondeu ao protagonismo das maiores economias da região “Argélia, Egito, Nigéria, Líbia e África do Sul. Ademais, é necessário salientar que apenas 40% do financiamento da UA vem dos países membros. O resto é dividido pelos Estados Unidos, União Europeia e China, que vem aumentando sua presença geopolítica na África.” (RABELO, GUIMARÃES, 2014, p.44-45).

Nessa lógica, as falhas relacionadas as suas ações – ou a falta delas – podem ser vinculadas as agendas políticas nacionais de cada governante, que optam, votam e articulam a organização através de alianças e apoio político vinculados inclusive à interesses regionais compartilhados entre dirigentes nas parcerias internacionais. Inserida nessas dinâmicas a

---

<sup>107</sup> No original: “The Transitional Government will conduct its foreign relations on the basis of the principles of respect for the sovereignty and equality of states and non-intervention and non-interference in internal affairs, as well as the promotion of mutual interests”.

atuação da instituição acabou por vezes reticente pela falta de acordo entre os governantes. Para Murray, isso significou que em situações de litígio e invasões internas, a falta de consenso entre os membros impediu a definição de medidas à serem tomadas pela OUA fazendo com que a organização fosse percebida a nível interno como “uma organização cuja finalidade constituía na preservação de regimes e da manutenção de políticos no poder” e externo “uma tribuna política e em uma ferramenta de representação externa do continente africano, sobretudo nas questões do apartheid e do desenvolvimento econômico” (MURRAY, 2014, p.96-97).

Foi em meio a esse circuito político dos primeiros agrupamentos em autonomia que a união africana foi delineada enquanto ação conjunta nas esferas internacionais. Ao longo desde segundo capítulo, traçamos as primeiras movimentações, seus líderes e as principais tendências manifestas em suas decisões e compromissos. Nosso objetivo foi de traçar as raízes para a formação da organização e compreender o encontro entre os compromissos narrativos assumidos e as construções de estruturas capazes de dar corpo a elas. Pensando nisso, a regressão aos 1960 proposta na primeira parte deste capítulo, condiz com esse esforço de cavar as raízes históricas da união continental africana a partir de suas movimentações iniciais. Esta segunda, abarcou a análise voltada para o contexto da transição institucional focando em nas rupturas promovidas e continuidades percebidas. Elencamos como chave de acesso a esse movimento, o projeto do NEPAD em conjunto com as prerrogativas a respeito dos direitos humanos e os protocolos estabelecidos a nível mundial para a participação nessas esferas. Aspectos aparentemente contraditórios são apresentados como constituintes das fricções políticas, que ocorrem em dimensões simultâneas da política nacional e internacional.

### 3 CAPÍTULO III – O MEMORIAL POLISSÊMICO

Entre os anos de 2004-2012 a União Africana promoveu uma série de debates visando a elaboração do MDHUA, sendo possível através da análise documental discorrer sobre as etapas, decisões e motivações que resultaram no Memorial. O primeiro dos documentos a deliberar sobre sua construção foi o relatório sobre a *Comemoração do 10º Aniversário do Genocídio de Ruanda em 7 de abril de 2004*, o dia oficial de celebração contra o Genocídio do calendário da UA, com o objetivo de:

“Conselho Executivo convidou a todos os Estados membros e as Organizações da Sociedade Civil a divulgarem o aniversário e a comemorarem a data de 7 de Abril, como um dia de reflexão sobre a tragédia do Ruanda e de empenhamento na prevenção do genocídio no continente, através de actividades apropriadas” (UNIÃO AFRICANA, 2004, p.1).

Na sequência, foram descritas as ações de localidades além de Kigali em Ruanda, como em Adis Abeba na Etiópia, no Fórum sobre o Genocídio ruandês em Londres, na Cidade do Cabo capital da África do Sul, e pelo Programa África e o Projeto de Prevenção à Conflitos em Washington, Estados Unidos. Sobre o memorial a ser erigido na sede da União Africana na capital etíope, foi proposto que:

“A Comissão da UA lançou um concurso de desenho do Museu em Memória do Genocídio (Alem Bekagn Memorial), que será erguido pelo governo da Etiópia juntamente com a Comissão da UA em Adis Abeba, Etiópia. Dado que não era viável erguer o Museu até 7 de Abril, a intenção de o fazer foi anunciada nesse dia por Sua Excelência o Presidente da Etiópia e o Comissário para os Assuntos Políticos.” (IDEM, p.3).

Podemos compreender que, em meio as motivações mais universais desse projeto, estava a intenção de ressignificar as relações da instituição internacional africana e sua atuação enquanto a antiga Organização da Unidade Africana (1963-2002) durante os crimes contra a humanidade ocorridos no continente, cometidos por regimes nacionais de países membros<sup>108</sup>. Quanto as motivações locais, percebemos no memorial estudado, a intersecção entre os interesses do estado etíope e da organização africana quanto aos traumas sociais vivenciados pela sociedade etíope, especialmente no local da sede e antiga prisão. Sobre a passagem da OUA em UA (entre 1999 até 2002) identificamos estar subsumida as tensões políticas e sociais do contexto interno quanto aos crimes perpetrados em nome da manutenção das fronteiras no decorrer das independências, frente aos novos estabelecimentos da

---

<sup>108</sup> Refere-se aqui em especial aos casos de Ruanda, África do Sul e da Etiópia, conforme apontado pelos documentos oficiais citados anteriormente.

comunidade internacional acentuado com o fim da Guerra Fria e a proeminência do liberalismo e dos compromissos democráticos. Em certa medida, enquanto elementos institucionais dessa mudança, o projeto do MDHUA em 2004, incorporou compromissos representantes dessa guinada em prol da defesa dos direitos humanos, no entanto, a lógica por trás desse rumo refletiu também interesses econômicos e de manutenção do poder estatal para os países membros.

Em reunião de lançamento da União Africana em 2002, registrada pela *Declaração Durban*, foi prestado um último tributo a antiga Organização da Unidade Africana, salientando seu sucesso em garantir o que foi elencado como seu papel fundamental:

“Os principais objetivos para o estabelecimento da organização eram, entre outros, livrar o continente dos vestígios remanescentes da colonização e do apartheid; promover a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos; coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; pela defesa da soberania, integridade territorial e consolidação da independência dos Estados africanos.”<sup>109</sup> (2002, p.1).

A OUA identificou, em seu contexto de formação nos anos 1963, a importância de defender os direitos humanos dos países africanos frente ao *outro*, ou seja, frente as potências imperialistas e ao colonizador europeu. Em contrapartida, os regimes nacionais não eram enquadrados ou nem mesmo criticados pela organização, alegando que, naquela ocasião a autonomia dos estados africanos e o princípio da não intervenção os protegia, e prefigurava como a principal preocupação política da organização. Diante disso, a grande mudança na atuação da UA foi a permissão de intervenção contra genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Por conseguinte, com a mudança da OUA para União Africana, os direitos humanos são defendidos frente a punição de regimes nacionais, conforme a seguinte afirmativa “A UA, ao contrário de sua antecessora, tem o direito de intervir em caso de genocídio e crimes de guerra, e também tem o direito de suspender a adesão de um governo que chegou ao poder por meios inconstitucionais”<sup>110</sup> (AFRICAN UNION, 2016, p.1).

Devido as mudanças sobre o nome do Memorial, notamos que o conceito de genocídio pode ser uma chave para o entendimento de como as relações entre a União Africana, os direitos humanos e os governos nacionais foram alteradas, em contraste com o papel de sua

---

<sup>109</sup> No original: “The main objectives for establishing the organisation were, inter alia, to rid the continent of the remaining vestiges of colonisation and apartheid; to promote unity and solidarity among African States; coordinate and intensify cooperation for development; for the defence of sovereignty, territorial integrity and consolidation of the independence of African States.”.

<sup>110</sup> No original: “The AU, unlike its predecessors, has the right to intervene if there is genocide and war crimes, and also has the right to suspend the membership of a government that has come to power through unconstitutional means.”.

antecessora. Em 2007, quando ocorreu a demolição da prisão e também se abandonou o termo genocídio para o nome do museu, ele passa a ser o *African Union Human Rights Memorial*<sup>111</sup>. Simultaneamente na capital Adis Abeba, acontecia o desenrolar dos processos legais dos militares etíopes envolvidos nos crimes de tortura, assassinato, desaparecimento, e internamente, a corte etíope optou por considerar a atuação do governo militar como crime de genocídio. Tal consideração resultou em alterações no código penal doméstico, para que fosse incluído o crime de genocídio e sua jurisprudência, e essa decisão e seus resultados foram tema de debate dos órgãos de justiça internacional. Isto porque, ao tomar essa atitude, o judiciário etíope estabeleceu parâmetros para o crime que iriam além dos parâmetros legais para o crime de genocídio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1948<sup>112</sup>. De acordo com a Convenção, eram consideradas vítimas de genocídio, grupos exterminados por motivações étnicas, raciais, culturais e religiosas, e ao caracterizar esse crime no código etíope razões e motivações políticas foram incluídas. Essa mudança na lei doméstica visou permitir ao sistema judicial etíope incluir os crimes cometidos particularmente contra os grupos políticos como o Partido Revolucionário do Povo Etíope e o Movimento Socialista Pan-Etíope, principais alvos das campanhas do Terror Vermelho em meados dos anos 1970.

Para Alabachew Enyew (2008) professor etíope e estudioso sobre as leis dos direitos humanos, desde o governo transicional (1991-1995) e mesmo após a promulgação da Constituição de 1995 e o estabelecimento da República Federal Democrática, o foco do estado na questão dos abusos cometidos pelo regime anterior, esteve na abordagem judicial, principalmente considerando a criação, entre 1992 e 1994, da Procuradoria Especial (PE) e suas atribuições destinadas ao processo e julgamento dos líderes do DERG. Nesse interim, a prevenção e reparação aos abusos dos direitos humanos, são elencados como o encargo central da coalização Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope - FDRPE.

O contexto de pressão social das mais de 3 mil testemunhas voluntárias somados ao extenso conjunto de documentação oficial do governo de Mengistu, impulsionou a decisão da

---

<sup>111</sup> Memorial dos Direitos Humanos da União Africana ou Memorial da União Africana aos Direitos Humanos, trata-se do mesmo local.

<sup>112</sup> Sobre o conceito de genocídio para as ciências humanas e para as jurídicas, Daniel Feierstein em sua obra *Genocide as social practice: reorganizing society under the Nazis and Argentina's military juntas* (2014) entendeu que, analisar as práticas sociais genocidas ao invés de genocídio enquanto crime é uma opção que intenciona englobar elementos do processo histórico e não somente da jurisprudência para debater o conceito, indo além das definições cristalizadas sobre essa temática. Ainda sobre essa obra, para o autor a definição legal mais aceita, proposta pela ONU em 1948, articula-se entorno da vítima, algo considerado por ele, sem precedentes no direito internacional. Essa disposição define o crime pela circunstância da morte da vítima, somente sendo motivada por questões étnicas, religiosas ou culturais.



corte nacional, que argumentou em favor das modificações do código etíope, compreendendo que o código da convenção de 1948 propunha padrões mínimos para o crime de genocídio. Assim, a proposta de inclusão de grupos políticos foi tida como a promoção de mais larga proteção aos direitos humanos no país, conforme a argumentação dos juristas etíopes eles estavam atuando em consonância com as disposições sobre crimes contra humanidade, não concorrentemente ao protegerem os grupos e motivações políticas enquanto vítimas do crime de genocídio (ENYEW, 2008). Paradoxalmente, o pesquisador Alebachew B. Enyew (2008) discordou do uso do conceito de genocídio para o caso etíope, para além de uma definição criminal, argumentou que o sentido histórico do conceito corresponde a um outro tipo de experiência histórica. Igualmente, o pesquisador das ciências jurídicas Mashete Tadesse Tessema (2018) ao concordarem em discordar da decisão da corte etíope, vai além dessa crítica e propôs a categoria de *politicídio* como uma alternativa para o caso etíope. Seguindo a linha argumentativa desses autores, realizar o julgamento do DERG enquanto um caso de genocídio serviria mais ao interesse do então governo em relação ao seu próprio inimigo, do que a reparação social. Questionando, com isso, o compromisso com a justiça ao executar essas sentenças, argumentou ainda que o foco dado aos membros do comitê militar, fez com esses julgamentos representem nas palavras de Enyew (2008) uma forma de *justiça dos vencedores*.

A discordância com a decisão da corte etíope para o caso dos abusos cometidos durante o período militar, foi endossada pela preocupação internacional quanto ao desrespeito aos direitos humanos dos réus julgados pela PE, devido as denúncias de prisões arbitrárias, casos de tortura desses presos, e a inversão dos procedimentos entre prisões e mandatos. Essas atitudes foram interpretadas como exposição da influência exercida pelo governo democrático nas instituições jurídicas nacionais.

Investigamos essas discordâncias quanto ao julgamento do terror vermelho, que foi abordado como crime de genocídio pelas leis nacionais, por ser sentido integrante da narrativa de memorialização do projeto da UA, especialmente ao posterior descarte do termo genocídio para nomear o museu em opção pela definição dos direitos humanos. O compromisso narrativo foi pensado inclusive no compromisso que seria assumido pela organização, uma vez que igual a corte nacional, elevasse o caso dos abusos cometidos na Etiópia ao patamar do crime de genocídio.

### 3.1 O GENOCÍDIO E SUAS DESAMBIGUAÇÕES

O conceito de genocídio para a historiografia se articulou associado as suas definições criminais, no entanto, sua historicidade envolveu necessariamente, a compreensão de um processo histórico, enquanto que no campo jurídico, envolveu as prerrogativas legais. Considerando que as “as práticas sociais de genocídio destroem sistematicamente a identidade”<sup>113</sup> (p.25, 2014) o estudioso Daniel Feierstein identificou que a aparente semelhança do termo crimes contra a humanidade em lugar de genocídio, pode comprometer, e até mesmo reduzir a compreensão da agenda desses crimes, em especial de genocídio. Para o autor, genocídio pode ser resumido como uma forma de conquistar através da morte de determinado grupo, uma reordenação da sociedade. Devido a isso, a aniquilação de modos de vida daqueles que são assassinados por parte do estado e seus governantes, pode trazer consigo a intenção de criar uma nova organização social, e para o autor, a aniquilação corresponde a ação central e não a característica comum as vítimas. Um extermínio motivado por razões políticas deixa de ser extermínio?

O crime de genocídio articulado através de um perfil específico para as vítimas expõe o caráter paternalista da definição, protegendo somente aqueles que não resistem. Nesse sentido o direito a proteção foi concedido enquanto direito civilizacional, onde o binômio selvagem *versus* bárbaro foi perpetuado. O selvagem morre por sua própria ignorância, enquanto o bárbaro morre porque resiste, porque luta.

A categoria de politicídio vinculada a aniquilação de grupos políticos, em resposta a ausência dos grupos políticos na definição de genocídio de 1948, geraria então, duas grandes problemáticas: Seria o politicídio um ramo ausente do genocídio? Desse modo, os outros grupos - étnicos, religiosos e culturais - deveriam ser reagrupados por categorias distintas também? (Feierstein, 2014). Contrário ao uso da categoria da politicídio, Feierstein entendeu que ela enfraqueceria a necessidade de se debater casos políticos enquanto genocídio, podendo até bloquear reformas na Convenção de 1948 nesse sentido. Além disso, essa tipificação pode “encorajar as pessoas a julgarem mal ou mesmo banalizar o genocídio contra grupos políticos, garantindo impunidade aos perpetradores desses crimes”<sup>114</sup> (2014, p.32).

O risco em se diferenciar a morte de grupos políticos em relação as outras motivações, está na negação da racionalidade embutida nos projetos de extermínio de grupos políticos, ou por vínculos partidários, direcionamento ideológico em oposição ao do governo nacional. Nessa diferenciação das vítimas, as questões étnicas, raciais e religiosas são vistas como

---

<sup>113</sup> Original: social practices of genocide systematically destroy identity.

<sup>114</sup> No original: It might encourage people to misjudge or even trivialize genocide against political groups, thus granting impunity to the perpetrators.

características inconscientes e inatas, diferentemente das relações políticas, que por serem identificadas enquanto escolha e orientação, tornam-se nessa diferenciação, suscetíveis a aniquilação, tendo então suas mortes racionalmente justificadas enquanto uma posição política. Feierstein (2014) baseou sua argumentação ao longo de sua obra através do estudo de caso sobre a Ditadura na Argentina, onde para ele ocorreu um genocídio por causas políticas, em comparação ao Holocausto Nazista, extermínio do qual, o crime de genocídio foi judicialmente baseado por causas raciais:

“Outro perigo de ver o genocídio dos nazistas como irracional - uma perseguição baseada no ódio racial cego - enquanto vê o genocídio da Argentina como racional - um confronto de ideologias - é que a suposta racionalidade de um caso define a irracionalidade do outro, e vice-versa. Os judeus não fizeram nada para justificar seu destino, então os “subversivos” argentinos devem ter feito algo para justificar o seu.”<sup>25</sup> (2014, p.37).

A negação do direito de igual perante a lei fica circunscrita a àqueles que morreram por causas políticas em casos de extermínio por parte do estado-nação e promoveu consequentemente, a essencialização das questões étnicas, culturais e religiosas enquanto distintivas e estanques de qualquer significado político.

Trabalhos sobre o trauma, vítimas e sobreviventes do Terror Vermelho, como a obra *To kill a Generation* de Babile Tola (1989), debatem aspectos sobre a atitude de muitos familiares de vítimas, e até mesmo sobreviventes, que negaram prosseguir ou advogar a favor das lutas políticas, sociais e da resistência ao DERG logo após as principais campanhas do terror, por exemplo, por conta da crítica a ideologia. Culpendo, sobretudo, o engajamento político assumido como de conscientemente os encaminhar para a morte, pois escolheram lutar. Tola (1989) apontou ainda para a compreensão de que os vínculos partidários levaram a juventude a cultivar sua própria morte em razão de uma causa política. Essa lógica, mesmo sem a intenção, corroborou com a narrativa proposta pelo discurso militar etíope após o golpe em 1974, justificando a morte dos contrarrevolucionários como meio de salvaguardar a unidade da nação. Distinguir então, a vítima de genocídio pela motivação do crime, pode ser entendida como permissiva a racionalidade e impunidade das práticas sociais genocidas em contextos de disputa política, como no caso da Etiópia.

O governo transicional etíope, entre os anos de 1998 até 2007, criou a *Justice System Reform Program* (JSRP) referenciada no Relatório da República Federal<sup>115</sup> encaminhado em 2008 para a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR) sobre suas atividades em prol da implementação da *Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos* no país. A JSRP intencionou representar o compromisso do estado etíope em estabelecer um governo democrático partindo da reforma judicial. Conforme descrição do documento do estado à Comissão, o programa tinha como motivação:

“Seu objetivo é promover o Estado de Direito, bem como o funcionamento eficiente e eficaz do sistema de justiça como parte do processo mais amplo de democratização e desenvolvimento do setor público da Etiópia. Na fase de concepção, o programa de reforma do sistema de justiça compreendeu o aumento da eficácia dos órgãos legislativos e afiliados, a aplicação eficiente da justiça pelos órgãos judiciais, a aplicação eficiente da lei e a formação de profissionais jurídicos e investigadores, em suma, a implementação de uma justiça eficiente”<sup>116</sup> (2008, p.133).

Apresentando um contraponto crítico a essas pretensões do processo de justiça transicional etíope, em sua dissertação o autor Alabachew Enyew (2008, p.54) citou a reforma do judiciário como o expurgo de juízes, e a descreveu a ação anteriormente descrita pelo estado, da seguinte forma:

“Ao assumir o poder, o atual governo demitiu muitos juízes bem formados e experientes, suspeitos de terem participado de práticas repressivas do extinto regime. Os expurgos dos juízes levaram a uma escassez de magistrados experientes e bem treinados no país, o que, por sua vez, dificultou a independência do judiciário.”<sup>117</sup>

As mudanças ocorridas no seio da instituição internacional africana entre 1999-2002, assim como sua criação em 1963, fizeram parte dos processos históricos que vincularam os acontecimentos dentro do continente com os da comunidade internacional mundial. A guinada em prol dos direitos humanos e a preocupação com os crimes contra a humanidade representaram para a UA um novo papel enquanto mediadora de conflitos. Atenta aos em curso, mas também àqueles que precisaram ser ressignificados, considerando os

---

<sup>115</sup> FEDERAL DEMOCRATIC REPUBLIC OF ETHIOPIA. COMBINED REPORT (Initial and Four Periodic Reports 1998-2007) To the African Commission on Human and Peoples' Rights. Implementation of the African Charter on Human and Peoples Rights.

<sup>116</sup> No original: “Its objective is to promote the rule of law as well as efficient and effective functioning of the justice system as part of Ethiopia’s broader democratization and public sector development process. At the design stage, the justice system reform program comprised enhancing the effectiveness of law making organs and affiliated bodies, efficient delivery of justice by judicial organs, the efficient law enforcement, and the training of legal professionals and researchers, in sum putting in place an efficient justice.”

<sup>117</sup> No original: “Upon the take over of power, the current government dismissed many well trained and experienced judges who were suspected of having taken part in the repressive practices under the defunct regime. The purges of judges led to a shortage of experienced and well trained judges in the country which, in turn, has hampered the independence of the judiciary.”

constrangimentos a nível regional e internacional de sua atuação enquanto OUA. Tendo isso em vista, a opção pelo memorial dos direitos humanos, ao invés do memorial do genocídio, refletiu também, os constrangimentos legais dos quais a UA buscou se distanciar.

Afastamento inclusive das ações por parte do estado etíope no processo de julgar os crimes do Terror Vermelho na primeira década dos anos 2000.

Ferramentas e elaborações do estado, como documentos, monumentos e projetos públicos, no contexto transicional tornam-se parte integrante do processo de transformação da memória nacional, e locais como o memorial tema dessa pesquisa, teve uma função objetiva de operar essas mudanças na realidade social e cultural do país, de modo que, o termo genocídio nessa conjuntura não reflete o projeto almejado pela UA de se distanciar tanto das questões do estado vinculadas a esses crimes, quanto de sua responsabilidade enquanto OUA. Exatamente nas intersecções entre os espaços públicos destinados a memória no país que podemos investigar a opinião pública, as demandas sociais e a narrativa oficial projetada.

Através dos apontados da obra de Bridget Conley (2019) e Alex De Waal ambos membros do Conselho Interino do Memorial dos Direitos Humanos da UA, presidido pelo professor etíope Andreas Eshete<sup>118</sup>, que por fim, debateremos a polissemia do memorial.

### 3.2 MEMÓRIA ENTERRADA, TESTEMUNHO E O MDHUA: O ESFORÇO DA MEMORIALIZAÇÃO E A POLÍTICA INTERNACIONAL AFRICANA.

Alexander William Lowndes de Waal<sup>119</sup>, pesquisador britânico e ativista político, realizou pesquisas sobre conflitos da região do chifre africano, especialmente da virada do

---

<sup>118</sup> Andreas Eshete Presidente da Universidade de Adis Abeba, formado pela *Yale University*, é professor de Direito e Filosofia. Na ocasião do projeto do MDHUA, atuava como presidente do Instituto Africano para Deliberação e Ação Democrática; Cátedra da UNESCO para Direitos Humanos, Paz e Democracia em Adis Abeba e como assessor do Primeiro Ministro da República Federal Democrática da Etiópia (AFRICAN UNION COMMISSION, 2012, p.8).

<sup>119</sup> De Waal criou duas organizações defensoras dos Direitos Humanos a *African Rights* (1993) e a *Justice Africa* (1999), ambas centradas em documentar os abusos aos direitos humanos no continente e desenvolver políticas para responder a crises humanitárias, especialmente da região do chifre da África. Ao longo dos anos 1997 a 2001, seus trabalhos estiveram concentrados em propor soluções para os conflitos civis na sociedade sudanesa. Isto pois, sua tese de doutorado em antropologia social foi baseada em seu trabalho de campo na região do Darfur, no Sudão, e durante 2005 e 2006, de Waal foi destacado para atuar na equipe de mediação da União Africana para os conflitos nessa região sudanesa. Ainda vinculado a UA, atuou como consultor sênior do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana para o Sudão. Atualmente atua como Diretor Executivo da *World Peace Foundation and Research Program* e é Diretor do *Conflict Research Program* na London School of Economics (LSE). É professor regular dos cursos sobre conflitos na África da Fletcher School, na Tufts University. Informações disponíveis em: <<https://sites.tufts.edu/wpf/staff/>> <<https://www.lse.ac.uk/international-development/people/fellows/alex-de-waal>> <<https://fletcher.tufts.edu/people/alex-de-waal>> Acessados em: 10/06/2023.

século XX para o XXI, e desde 2005 atuou como representante da União Africana. Além de sua participação no projeto e produção acadêmica, o autor publicou ainda artigos jornalísticos sobre o Memorial da União Africana com especial atenção a demolição do prédio de Alem Bekagn.

Teremos como base, os aspectos levantados sobre esse projeto em três artigos de jornal escritos pelo antropólogo Alex De Waal, por ordem cronológica, o primeiro de 2007 para o portal *African Arguments*<sup>120</sup>, em 2011 para o *New York Times*<sup>121</sup> e de 2012 para o *London Review of Books*<sup>122</sup>. Essa seleção ocorreu com o objetivo de estudar os contrastes entre o conceito de *buried memory* proposto por esse estudioso (2013), para se compreender as escolhas feitas pela organização internacional africana – a União Africana – e as questões envolvidas no espaço destinado à sua sede e ao Memorial considerando a função de comissário de De Waal. Intercalando alguns de seus apontamentos com seus dois artigos acadêmicos, sendo um deles em coautoria com Rachel Ibreck.

Publicada em 2007, no portal *African Arguments*, intitulada “*Human Rights and the African Union: Memory and Forgetting*” este ensaio jornalístico centrou-se nas perspectivas do autor sobre as principais intenções da União Africana no processo de criação do Memorial. Entre os termos privilegiados por De Waal, a ação por parte da UA em relação ao prédio prisional foi definida pelo termo esquecimento, ao passo que a memória dos abusos ali cometidos, foram percebidos por ele como apagados da paisagem urbana, juntamente com a demolição do prédio prisional de *Alem Bekagn*. Para o pesquisador, as questões ao redor da demolição representam as contradições políticas envolvidas no projeto de reestruturar os espaços urbanos da capital etíope, que buscavam solidificar o caráter democrático do estado e representar sua modernização. Para o autor referente a lógica do projeto de memorialização da organização a intenção embutida na demolição: “eles queriam eliminar suas memórias amargas”<sup>123</sup>. Escrito meses após a demolição do prédio, os questionamentos feitos pelo autor nesse texto, apontam para a responsabilidade dos governantes em relação ao compromisso inicial:

A União Africana está tão esquecida de sua resolução solene aprovada há apenas três anos? Perdeu o compromisso de homenagear as

---

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://africanarguments.org/2007/12/28/human-rights-and-the-african-union-memory-and-Forgetting/>> Acessado em: 10/06/2023.

<sup>121</sup> Disponível em: <<https://latitude.blogs.nytimes.com/2011/11/11/an-accidental-monument-to-african-ambivalence/>> Acessado em: 10/06/2023.

<sup>122</sup> Disponível em: <<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v34/n02/alex-de-waal/remember-alem-bekagn>> Acessado em: 10/06/2023.

<sup>123</sup> No original: “they wanted to eliminate their bitter memories”.

vítimas de genocídio e atrocidades em massa? Os governos da Etiópia e Ruanda – copatrocinadores do plano – esqueceram os comoventes discursos que fizeram naquele dia?<sup>124</sup>

Em 2011, em nova publicação, agora para o *The New York Times* de título *An Accidental Monument to African Ambivalence*, o tom de denúncia e crítica a instituição internacional africana diminuem de força, e as ações da UA passaram a ser percebidas através da existência de uma simultaneidade entre a preocupação com a preservação da memória - a fim de evitar a repetição dos abusos - e dos interesses políticos “O esforço de hoje para construir aqui um memorial às vítimas de crimes passados é uma centelha de consciência e apenas um passo simbólico para prevenir futuros abusos”<sup>125</sup>. Mesmo que, a demolição ainda seja percebida pelo autor como uma tentativa de apagamento, dado que é resumida como “para apagar qualquer coisa velha ou embaraçosa”<sup>126</sup> existe certa valorização da memorialização enquanto recurso para as sociedades pós-conflito considerando o papel internacional do bloco. Para De Waal, a o funcionamento da prisão diante da OUA representava a inoperância da organização africana frente aos conflitos no continente, a demolição, enquanto acontecimento, acompanharia as tendências mais criticáveis da OUA sendo reproduzidas da UA em forma de convivência. Porém o autor concede a o valor a homenagem contida nesse gesto em relação a memória:

“Pelas janelas dos escritórios da OUA, os funcionários podiam ver os internos se exercitando ou conversando com parentes na galeria de visitantes ao ar livre em ruínas. Mas para muitos africanos, a luta contra o colonialismo europeu significava fechar os olhos para a opressão feita dos africanos contra os africanos. [...] São pequenos gestos, mas esperamos que levem os líderes africanos que se reúnem aqui no futuro a prestar homenagem às pessoas que morreram nas mãos de seus antecessores.”<sup>127</sup>

Com a inauguração da Pedra Fundacional do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana realizada em 2012, De Waal escreveu seu último texto destinado a opinião pública para o *London Books Review*, enviado diretamente da capital etíope. Publicado em 2012, *Remember Alem Bekagn*, é o título do texto que em seu primeiro parágrafo resumiu a relação entre o prédio prisional e a sede da UA na perspectiva do autor:

<sup>124</sup> No original: “Is the African Union so forgetful of its solemn resolution passed just three years ago? Has it lost its commitment to memorialize the victims of genocide and mass atrocity? Have the governments of Ethiopia and Rwanda—co-sponsors of the plan—forgotten the moving speeches they made that day?”

<sup>125</sup> No original: “The effort today to build here a memorial to the victims of past crimes is a spark of conscience and just one symbolic step toward preventing future abuses.”

<sup>126</sup> No original: “to erasing anything old or embarrassing”.

<sup>127</sup> No original “Through their office windows, O.A.U. employees could see the inmates exercise or talk to relatives in the ramshackle open-air visitors’ gallery. But for many Africans then, the struggle against European colonialism meant turning a blind eye to the oppression of Africans by Africans. [...] These are small gestures, but we hope they will prompt African leaders who gather here in the future to pay their respects to the people who died at the hands of their predecessors.”

“A nova sede da União Africana foi construída no local da antiga prisão central de Adis Abeba oficialmente chamada *Akaki*, mas conhecida na Etiópia como *Alem Bekagn*, ou 'adeus ao mundo', e o local de detenções e massacres, do italiano ocupação de 1936 ao Terror Vermelho de 1977-78”<sup>128</sup>.

Percebemos que o vínculo entre o local da sede da UA e a prisão encontram-se combinados na narrativa, em conformidade, como parte de um projeto bem sucedido. Comparado aos dois textos anteriores, esse exhibe mais detalhes sobre a prisão, sendo o único a conter fotografia e descrições de uma narrativa sobre a história de Alem Bekagn. Esse esforço em resgatar o passado institucional do encarceramento na Etiópia, redimensionou as relações entre a responsabilidade exclusiva da UA com a memorialização desse espaço ao retomar aspectos da política nacional desde os tempos da criação da prisão, ainda no século XIX. Desse modo, De Waal abriu espaço para argumentos dissidentes daquela ideia da exclusividade da preservação do prédio como meio de preservar a memória. Ainda assim, não deixou de pontuar sua crítica as necessidades físicas das instituições etíopes frente a preservação da memória, incluindo passagens como:

“O novo prefeito de Adis Abeba, Kuma Demeksa<sup>129</sup>, ex-prisioneiro político em Alem Bekagn, disse que a melhor coisa a fazer com essa monstruosa lembrança do passado era aplainá-la. (Ele tinha planos semelhantes para redesenvolvimento urbano em outras partes da cidade)<sup>130</sup>”

O tom de crítica à demolição ainda se mantém por meio de termos como o *esquecimento* associado a ação de demolir, no entanto, essa crítica passou a ser acompanhada de certo reconhecimento como constatação de algum esforço: “O novo complexo da UA é um ousado esforço de imaginação e esquecimento”<sup>131</sup>. Em linhas gerais, a problematização feita por Alex de Waal acerca da demolição do prédio da prisão Alem Bekagn, considerou como critério, a sobreposição dos interesses políticos quanto a preservação do prédio. E consequentemente, o saldo que a sua preservação acarretaria para a memória dos direitos humanos no país, e entre os compromissos defendidos pela UA.

---

<sup>128</sup> No original: “The new headquarters of the African Union have been built on the site of Addis Ababa’s former central prison officially called Akaki, but known in Ethiopia as Alem Bekagn, or ‘farewell to the world’, and the site of detentions and massacres, from the Italian occupation of 1936 to the Red Terror of 1977-78”.

<sup>129</sup> Kuma Demeksa atuou como ministro da defesa da Etiópia entre 2005 a 2008 e como prefeito de Adis Abeba de 2008 a 2013.

<sup>130</sup> No original: “The new mayor of Addis Ababa, Kuma Demeksa, a former political prisoner in Alem Bekagn, said that the best thing to do with this monstrous reminder of the past was to flatten it. (He had similar plans for urban redevelopment elsewhere in the city”.

<sup>131</sup> No original: “The new AU complex is a bold effort of imagination and forgetting”.





Figura 13- Revelação da Pedra Inaugural – Memorial dos Direitos Humanos da União Africana, 2012.

Sede da UA, Adis Abeba - Etiópia, 30 de janeiro de 2012. Takwa Zebulon da União Africana se dirige aos demais diante da Pedra Fundamental do MDHUA, dois dias após a cerimônia oficial. Da esquerda para a direita, primeira fila, Abdul Mohammed, Buyoya, Mbeki, Mukoni Ratshitanga e Alex de Waal. Fonte: World Peace Foundation. Disponível em: <<https://sites.tufts.edu/reinventingpeace/2012/01/30/a-windy-afternoon-at-the-african-union/>> Acessado em:10/06/2023.

A viabilização da obra de Bridget Conley (2019) contou com seu trabalho de campo realizado na Etiópia entre 2012 e 2017, em especial, as entrevistas realizadas com sobreviventes do Terror Vermelho e o processo de criação do Memorial aos Mártires do terror, criado pela sociedade etíope. Para a autora, a diferença essencial entre os movimentos de memorialização realizados através da memória oficial – intrínsecos a processos encabeçados pelo estado ou instituições de sua representação – daqueles organizados pela comunidade local, está nas tensões que eles buscam organizar na história. Enquanto os mecanismos de estado atrelados ao passado traumático buscam a legitimidade para o presente como processo de transição e justiça, os espaços locais de memória se apresentam enquanto meio para que a sociedade e as futuras gerações dialoguem sobre o período. Os objetos pessoais, muitas vezes o conteúdo principal dos projetos de memorialização popular, refletem a experiência humana condensada a uma memória coletiva, reafirmando o compromisso e

responsabilidade igualmente coletiva que lidar com o trauma deveria buscar. Hirut Abebe-Jiri, uma das sobreviventes presente na inauguração em 2012, comentou que mesmo descontente com a demolição, o compromisso da UA estava demarcado, e de maneira combinada, o da organização internacional africana também.

“Milhares de etíopes foram presos, torturados e mortos em Alem Bekagn, bem ao lado da sede de uma organização que personificava as esperanças e aspirações do continente, uma instituição que desviava o olhar diante de uma injustiça extraordinária. E então, a prisão. um lugar de tal significado histórico foi arrasado sem cerimônia para dar lugar ao novo prédio da sede. Portanto, é animador que a necessidade de reparação tenha sido reconhecida e comemorada às vítimas de abusos dos direitos humanos em toda a África esteja sendo construída, e Alem Bekagn, é o lugar certo para tal memorial”<sup>132</sup>

Sobre o significado do MDHUA, considerando o lançamento da pedra fundacional Hirut afirmou que seu papel seria histórico estaria alinhado as expectativas de que:

“Agora, os visitantes da UA, incluindo os chefes de estado e de governo que regularmente realizam reuniões lá, podem ser lembrados de alguns dos capítulos mais dolorosos do passado da África e das lutas que continuam pelos direitos humanos em muitas partes do continente”.<sup>133</sup>

Afirmado o significado desse processo de memorialização, independente de seu resultado entre o projeto inicial e formato final, mas considerando o efeito físico e narrativo de sua presença na sede da instituição.

Para definir a demolição do prédio e o abandono do projeto inicial da UA para o Memorial, em artigo publicado em 2013, Rachel Ibreck e Alex de Waal utilizaram o conceito de *buried memory* por revelar a:

“A abordagem dominante dos líderes africanos e da própria UA tem sido promover uma narrativa heroica que legitima os líderes das lutas de libertação e esquecer os abusos dos direitos humanos. As elites nacionais normalmente cooptam os “mortos heroicos” ou perpetuam o “esquecimento deliberado” para legitimar seu domínio, dando origem a contra-comemorações ou mal-estar popular. A “memória enterrada” espelhou e arraigou subjetividades vulneráveis, enquanto o trabalho de memória tornou-se parte integrante das lutas pelos direitos humanos. A decisão da União

---

<sup>132</sup> Disponível em: <<http://alembekagn.org/survivors-stories/123-pursuing-justice-and-documenting-the-truth-the-story-of-hirut-abebe>> Acessado em: 10/06/2023. No original: “Thousands of Ethiopians were imprisoned, tortured and killed at Alem Bekagn, right beside the headquarters of an organization that embodied the hopes and aspirations of the continent, an institution that looked away in the face of extraordinary injustice. And then, the prison. a place of such historical significance was razed to the ground unceremoniously to make way for the new headquarters building. So it is heartening that the need for redress been recognized and a memorail to victims of humans rights abuses across Africa is being built, and Alem Bekagn, is the right place for such a memorial”.

<sup>133</sup> Disponível em: <<http://alembekagn.org/survivors-stories/123-pursuing-justice-and-documenting-the-truth-the-story-of-hirut-abebe>> Acessado em: 10/06/2023. No original: “Now visitors to the AU, including the heads of state and government who regularly hold meetings there, can be reminded of some of the most painful chapters of Africa's past and the struggles that continue for human rights in many parts of the continent”.

Africana de demolir a prisão para estabelecer novos escritórios e uma sala de conferências simboliza ricamente ‘enterrar a memória’.”<sup>134</sup> (DE WAAL; IBRECK, 2013, p.192).

A demolição foi revestida de poder político, por revelar o significado da memorialização para o bloco africano, e nesse caso, reforçou a o caráter conservador e paternalista de suas ações. A demarcação dos esforços da União Africana foi averiguada pela sua atitude de como criar o memorial, e não manter a preservação do prédio prisional como parte integrante dele, foi interpretada por sua validade ou significância para a defesa dos direitos humanos. A preservação da memória foi encarada de forma institucionalizada e simbólica, onde os erros do passado foram obliterados, e a própria performance do local destinado a memória não representam em si, exemplos daquilo que jamais deve e irá se repetir. O passado tornou-se invisível naquela paisagem urbana, e os direitos humanos passaram a habitar a estante de compromissos assumidos pelo bloco a partir desse processo de memorialização.

Nessa linha de raciocínio operada por De Waal, ações que reivindicam os direitos humanos respondem a um nível mensurável de efetividade, além de correspondência à um padrão ideal ou *mais correto* de manifestar o compromisso com eles, nesse ponto tencionamos com sua abordagem considerando apontamentos de Boaventura de Sousa Santos (2019) chamando atenção para o *pluriverso dos direitos humanos* inerente a pluralidade das lutas pela dignidade. Para o De Waal, a memorialização deve incluir o maior arsenal possível de objetos visíveis e estruturas de referências física, não somente representar um compromisso narrativo, como o MDHUA foi apontado por ele. Mesmo concordando sobre a importância do espaço físico e sua preservação para o trabalho com a memória traumática e passados repressivos, consideramos ser arriscado averiguar o valor de um local destinado a memória por sua correspondência a ideias de memorialização em processos transicionais. A partir do Holocausto a relação estabelecida entre a ética do *never again* como uma prescrição universalista de prevenção ao genocídio e crimes de guerra e contra a humanidade convergem como uma receita para se aplicar aos processos de memorialização. O argumento de Alex de Waal sobre a demolição, implica em uma coerção de exclusividade no que tange aos

---

<sup>134</sup> No original: “The dominant approach of African leaders, and the AU itself, has been to promote an heroic narrative that legitimizes the leaders of liberation struggles and to forget human rights abuses. National elites have typically co-opted the ‘heroic dead’ or perpetuated ‘deliberate forgetting’ to legitimize their rule, giving rise to counter-commemorations or popular malaise. ‘Buried memory’ has mirrored and entrenched vulnerable subjectivities, while memory work has become integral to struggles for human rights. The African Union’s decision to demolish the prison in order to establish new offices and a conference hall richly symbolizes ‘burying memory’.”

processos de preservar a memória e defender os direitos humanos. Sobre isso, em seu artigo *“ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E IMAGINAÇÃO POLÍTICA: Como o Ocidente e a África divergiram”*<sup>135</sup> o pesquisador britânico salientou:

“Meu argumento básico é que dentro de uma única geração, o princípio e a prática dos direitos humanos passaram por uma transformação notável. Surpreendentemente, podemos considerar essa transformação como uma “coisa boa”. Mas quando uma ideia emerge de tal marginalidade para comandar uma aprovação tão poderosa no governo, nas organizações internacionais e na sociedade em geral, no mínimo ela merece nosso escrutínio crítico. Não podemos tomar a “internacional dos direitos humanos” em seus próprios termos. Precisamos historicizá-lo e examinar as consequências imprevistas do progresso dos “direitos humanos” como uma ideia, um movimento e uma ideologia.”<sup>136</sup> (DE WAAL, 2003, p.2)

A importância que memorializar o passado assumiu em processos de transformação histórica, notoriamente para países que atravessam o processo de transição democrática refletiu uma tensão entre as comemorações oficiais do estado aos heróis nacionais – incluindo até mesmo suas ações – e o correspondente esquecimento das vítimas “comuns” das atrocidades que estão sendo memoradas. Compreendemos então, que a crítica deve ser lançada ao caráter institucional, conservador e desproporcional do projeto inicial do MDHUA e o seu resultado, identificando em aspectos quanto a visita e interação da sociedade com aquele local e, portanto, com a memória, foram impossibilitados dado a demolição. Frente a isso apontamos para uma auto representatividade conservadora e ‘progressista’ da UA quanto a construção de seu memorial, reverberando em uma singela lembrança à Alem Bekagn e homenagem às vítimas e sobreviventes, frente a grandiosidade da renovação de sua sede.

### 3.3 RADIOGRAFIA DE UM MEMORIAL: INVESTIGANDO A POLISSEMIA NOS DOCUMENTOS DO MDHUA

A preservação de parte do prédio para o memorial foi acertada em 2004, e a demolição do ocorreu em 2007, nesse ínterim, não encontramos documentação a respeito do projeto de memorialização nem mesmo referências a ele nas documentações sobre as ações anuais da organização – disponível em seu acervo – ou no Relatório do Governo Etíope sobre os

<sup>135</sup> No original: “HUMAN RIGHTS ORGANISATIONS AND THE POLITICAL IMAGINATION: How the West and Africa Have Diverged.”

<sup>136</sup> No original: “My basic argument is that within a single generation, the principle and practice of human rights has undergone a remarkable transformation. Overwhelmingly, we can regard this transformation as a ‘good thing’. But when an idea emerges from such marginality to command such powerful assent in government, international organisations and society at large, at the very least it deserves our critical scrutiny. We cannot take the ‘human rights international’ on its own terms. We need to historicise it, and to examine the unanticipated consequences of the progress of ‘human rights’ as an idea, a movement, and an ideology.”

Direitos Humanos para a UA de 1998 até 2007. Compreendemos que a documentação sobre o projeto do memorial não alterou ou teve novas menções, por suas definições estarem vinculadas a um projeto maior: o da construção da nova sede da organização. Nesse período, os trâmites relativos ao financiamento do prédio estavam sendo negociados com o governo etíope e o chinês. Tendo em vista que a potência econômica asiática mantém importante atuação econômica na região e em diplomática com o bloco africano, o governo da China foi o responsável financeiro pela nova sede administrativa da UA. Sobre esse processo, Alex De Waal (2007; 2011) fez apontamentos importantes a respeito da demolição e da participação chinesa. Para ele, a mudança de prefeito da capital etíope influenciou diretamente nos planos, uma vez que Arkebe Oqubay<sup>137</sup> o prefeito que em 2004, anunciou a doação do local para UA, entregando o prédio em 2005, nessa ocasião firmou o compromisso em construir o memorial no local junto à organização. Contudo, quando foi substituído, em 2007, por Berhane Deressa<sup>138</sup> o projeto mudou de direcionamento, e as decisões a respeito da composição da nova sede foram negociadas com a UA junto ao governo chinês, e a demolição ocorreu ainda em 2007.

O contexto dos anos 2008 nos revelam importante informação sobre as relações internacionais africanas no que diz respeito aos direitos humanos e crimes de genocídio. Como debatemos anteriormente, o caso da corte etíope estava em andamento até 2006, quando a sentença declarou Mengistu culpado de crime de genocídio e crimes contra a humanidade, desde 1991 o ex-chefe de estado fugiu para o Zimbábue onde recebeu proteção política do presidente Robert Mugabe. Em 2008, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) ou Corte Penal Internacional, também conhecida como Tribunal de Haia, através do procurador Luis Moreno Ocampo, acusou por crimes de genocídio e de guerra em Darfur, Omar al-Bashir, líder militar do Sudão desde 1989. E, posteriormente, em 2011 acusou o presidente líbio Muammar Al-Gaddafi, por crimes contra a humanidade, incluindo assassinato e perseguição no conflito iniciado em 2003 em Darfur. Entre 2008 a 2011, a atuação exercida pelo bloco africano em relação as acusações e mandatos expedidos pela TIJ foi em sentido contrário as determinações contidas no documento. Nesse contexto, A União Africana (UA) se opôs veementemente as ações do Tribunal, em particular, às tentativas dele de processar chefes de estado no exercício do cargo no Sudão e na Líbia, frente a isso, decidiu não aplicar os mandados de prisão contra Bashir ou Al-Gaddafi. Ambos os países, Sudão e Líbia não são

---

<sup>137</sup> Arkebe Oqubay atuou como prefeito de Adis Abeba de 2003 a 2005.

<sup>138</sup> Berhane Deresse atuou como prefeito de Adis Abeba de 2006 a 2008.

signatários do estatuto de Roma que prevê a lei de crime de genocídio, e não reconhecem a autoridade da corte internacional.

O período a partir de 2008 refletiu a não cooperação entre o bloco internacional africano e o TIJ, momento no qual a União Africana através de seus governantes – lembrando a proeminência de Al-Gaddafi desde o anúncio da UA em 1999, sua fundação em 2001 e o lançamento em 2002 – reafirmou seu compromisso com a soberania dos estados, alegando que as demandas impostas pela corte incluíam hostilidade a consideração de problemas africanos e aos seus governantes. As acusações também foram rejeitadas pela Liga Árabe, Rússia e China. Notou-se aqui a importância que o compromisso anunciado pela instituição referente aos direitos humanos atrelada ao memorial poderia galgar em meio ao contexto de negação associado a ela nas esferas internacionais quanto as alegações feitas aos seus governantes. Associamos, então, o hiato percebido na documentação a essa crise diplomática em curso.

A viabilização do projeto final fez parte do novo complexo da sede administrativa inaugurado em 28/01/2012, com construção realizada pela Corporação de Engenharia de Construção do Estado da China, no entanto, não foi descrita dessa forma. Os acontecimentos referentes as decisões por trás do fechamento, desativação e demolição de Alem Bekagn ficaram como decisões do município etíope, relacionadas as necessidades físicas de redefinir os espaços urbanos da capital, projetando a prisão central em um perímetro afastado de áreas comerciais e residências – inclusive da sede do bloco, local de encontros diplomáticos.

O prédio prisional consistia em um complexo predial, com alas separas e especializadas para homens e mulheres, havia também setores administrativos e a construção de uma nova sede para incorporar as funções exercidas nesse local levou certo tempo e investimento do governo etíope, sendo fator a ser ponderado. Além disso, a decisão primeira a respeito do local fazia referência a ampliação da sede da organização, considerando a doação do governo etíope ter foco nessa intenção. Percebemos através da documentação, que as narrativas produzidas pela União Africana sobre o local de igual modo, focaram no desenvolvimento a respeito do edifício de sua sede e sua renovação institucional, de modo que o projeto de memorialização ficou na retaguarda da renovação da estrutura administrativa na capital etíope. A inauguração simultânea da nova sede e do memorial corroboram essa afirmação. O dia 28 de janeiro de 2012 marcou a inauguração do memorial permanente juntamente com o novo prédio da organização, as cerimônias ocorrem separadamente considerando o luto embutido ao evento do MDHUA e as festividades quanto a inauguração do moderno projeto de arquitetura que é o atual prédio da UA.



Figura 14 - “A nova União Africana construída no local da antiga prisão central da cidade, conhecida pelos etíopes como Alem Bekagn” 2012.

Fonte: African Union Commission: “The African Union Human Rights Memorial: Remembering Victims of Mass Atrocities in Africa. In Memory of Alem Bekagn: ‘Farewell to the World’”. 2012, p.15.

Além do documento de 2004 produzido pela União Africana, nossa investigação sobre o projeto de memorialização incluiu os seguintes documentos, o comunicado da Comissão da União Africana sobre o Memorial dos Direitos Humanos de 2011, o livreto da inauguração do memorial de autoria da mesma comissão, publicado em 2012, com o título “*The African Union Human Rights Memorial: Remembering Victims of Mass Atrocities in Africa. In Memory of Alem Bekagn: ‘Farewell to the World’*”. E por fim, a Nota Conceitual da União Africana, publicada enquanto relatório final a respeito de todo o projeto, reunindo as referências sobre os demais documentos “*African Union Human Rights Memorial (AUHRM) Concept Note*” publicada em 2016.

Entre os documentos publicados ao longo do processo, nenhuma menção foi feita quanto a demolição, não há termos relacionados. Da resolução de 2004 sobre a criação do memorial, a qual mencionamos e trouxemos aqui desde a introdução deste trabalho por ser o primeiro documento a respeito do memorial, a nova movimentação efetiva sobre o projeto refere-se ao Primeiro Seminário Consultivo da União Africana. Evento realizado em 2010, como parte do projeto central anual da UA: *Year of Peace and Security in Africa*, a pedido do presidente da União Africana, o diplomata gabonês Jean Ping. Nesse sentido, os compromissos assumidos em 2004 a respeito do museu memorial foram citados como a fase

inicial do projeto em todos os documentos subsequentes. Adiante iremos apresentar esses relatórios específicos da segunda parte do projeto, considerando a divisão temporal estabelecida pela própria organização.

A retomada do projeto sobre o memorial em 2010 fez parte da campanha “*Make Peace Happen*” pertinente a temática mobilizada pelas ações públicas da instituição daquele ano e firmavam o compromisso político da organização com a paz e segurança. Em meio a isso, o vínculo com os direitos humanos foi associado como parte da responsabilidade de assumir prevenções e jurisprudência em caso de ausência da paz e segurança. Conforme o livreto da inauguração, a retomada do memorial ocorreu da seguinte forma:

“O programa Ano da Paz e Segurança (APS) na África, lançado em 2010, forneceu ampla oportunidade para reviver a ideia de um memorial. Foi neste contexto que o Presidente da Comissão, Dr. Jean Ping, no seu discurso na 14ª Sessão Ordinária da Assembleia da União, realizada em Addis Abeba de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 2010, indicou que a Comissão iria 'iniciar passos para construir um memorial permanente para as vítimas de violações de direitos humanos, incluindo genocídio, dentro da sede da União Africana'.”<sup>139</sup> (AFRICAN UNION COMMISSION, 2012, p.3).

Partindo para nossa análise, os comunicados da Comissão da União Africana a respeito do Primeiro e Segundo Seminários Consultivos do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana, no original “THE AFRICAN UNION COMMISSION CONVENES A CONSULTATIVE SEMINAR ON THE HUMAN RIGHTS MEMORIAL AT THE AU HEADQUARTERS”<sup>140</sup> concentram as principais decisões a respeito do projeto e configuram a retomada da memorialização. Ambos organizados em Adis Abeba, os seminários envolveram a participação dos “Representantes Permanentes da UA, grupos de sobreviventes, representantes de museus africanos e da sociedade civil africana, especialistas e parceiros internacionais”<sup>141</sup>. O primeiro aconteceu em 15 e 16 de novembro de 2010, e nesse momento ficaram definidas que os futuros encaminhamentos do projeto seriam decididos pela comissão e incluiria as decisões em conjunto com o projeto de construção da nova sede.

---

<sup>139</sup> No original: The Year of Peace and Security (YoPS) in Africa programme that was launched in 2010 provided ample opportunity to revive the idea of a memorial. It was in this context that the Chairperson of the Commission, Dr Jean Ping, in his speech to the 14th Ordinary Session of the Assembly of the Union, held in Addis Ababa from 31st January to 2nd February 2010, indicated that the Commission would ‘initiate steps to build a permanent memorial to the victims of human rights violations, including genocide, within the African Union headquarters’.”

<sup>140</sup> The African Union Commission convenes a consultative seminar on the human rights Memorial at the AU headquarters. Disponível em: <<https://www.peaceau.org/en/article/the-african-union-commission-convenes-a-consultative-seminar-on-the-human-rights-memorial-at-the-au-headquarters>> Acessado em: 30/06/2023.

<sup>141</sup> No original: “In addition to the AU, participants also included some Permanent Representatives to the AU, survivors’ groups, representatives of African museums and African civil society, experts and international partners.” (AFRICAN UNION, 2011, p.2)



Sobre o primeiro seminário, acordou-se que os presentes à reunião constituiriam um Grupo Técnico de Peritos presidido por Andreas Eshete, e as recomendações propostas pelo grupo foram:

- “a. A identificação de um espaço externo dedicado à memória das vítimas da prisão central de Alem Bekagn;
- b. A construção de um memorial permanente ao Genocídio de Ruanda, Apartheid e escravidão; e a organização de um evento inaugural para homenagear aqueles que morreram durante a campanha do Terror Vermelho e vítimas de outras violações de direitos humanos.
- c. O estabelecimento de exposições temporárias para lembrar as violações dos direitos humanos em todo o continente.”<sup>142</sup> (IDEM, 2011, p.3-4).

Os objetivos acertados no segundo seminário corresponderam aos arranjos finais para o lançamento no ano seguinte:

- “(a) detalhar os objetivos do Memorial dos Direitos Humanos da UA (no que diz respeito ao luto oficial, cura, reconciliação, educação, desenvolvimento e promoção de normas de direitos humanos);
- (b) rascunho das regras do antecipado 'Concurso de Design' para os memoriais permanentes;
- (c) garantir que a participação inclua um grupo mais amplo de organizações de sobreviventes/vítimas, museus memoriais;
- (d) estabelecer a associação com outros memoriais e obras de arte planejados pela UA (como um memorial dos soldados da paz, bustos de líderes nacionalistas africanos); e estabelecer uma ligação com o Dia Memorial do Genocídio de Ruanda da UA.”<sup>143</sup> (IDEM, p.4).

A leitura integral do comunicado sobre os dois seminários, expõem o processo de readequação do projeto de memorialização de Alem Bekagn considerando as definições de 2004. Tida como fase inicial, o vínculo daquele momento mostrou-se voltado para as urgências e idealizações de um período transicional, do que para o compromisso da UA com a memória da prisão e dos crimes cometidos ali. A narrativa proposta ao longo dos seminários fez parecer orgânica as alterações no projeto, uma vez que a demolição não foi mencionada, parece inclusive, não ter havido sequer um hiato no processo:

---

<sup>142</sup> No original: “a. The identification of an external space dedicated to the memory of the victims of Alem Bekagn central prison; b. The construction of a permanent memorials to the Rwanda Genocide, Apartheid and slavery; and the organisation of an inaugural event to commemorate those who perished during the Red Terror campaign and victims of other human rights violations. c. The establishment of temporary exhibits to memorialise human rights violations across the continent.”

<sup>143</sup> No original: “(a) detail out the goals of the AU Human Rights Memorial (with regards to official mourning, healing, reconciliation, education, development and promotion of human rights norms); (b)draft rules of the anticipated ‘Design Competition’ for the permanent memorials; (c) ensure that participation includes a wider group of survivors/victims organizations, memorial museums; (d) establish the association with other planned AU memorials and works of art (such as a peacekeepers’ memorial, busts of African nationalist leaders); and establish a linkage with AU Rwanda Genocide Memorial Day”

“O plano para um memorial dos direitos humanos da UA originou-se de uma resolução tomada em 7 de abril de 2004, por ocasião do décimo aniversário do genocídio em Ruanda, adotada pelo Comitê de Representantes Permanentes na UA e apoiado por Ruanda. Esta resolução tornou a comemoração do genocídio em Ruanda em 7 de abril um evento anual no calendário da UA. A resolução também comprometeu a Comissão a lembrar os abusos do Terror Vermelho e o reconhecimento do fato de que o local do novo Complexo de Conferências e Escritórios da UA era o local histórico da antiga prisão de Adis Abeba, Alem Bekagn, onde ocorreram atrocidades antes e durante o governo do Derg, na Etiópia.”<sup>144</sup> (AFRICAN UNION COMMISSION, 2012, p.4).

Retomando os impactos da demolição percebemos que o terreno de disputa desaparece junto com o ‘esquecimento’ do local, ou seja, com o desaparecimento do prédio de Alem Bekagn e a construção da nova sede administrativa da UA no mesmo local. A demolição foi representativa do apagamento material do extermínio daquela prisão, palco dos crimes cometidos pelo estado na Etiópia, refletindo inclusive em impacto jurídico se tratando das provas físicas. A correspondência a um *epstemicídio* – conduziu ao extermínio daquela memória física dando lugar a um novo projeto, à destruição da prisão pode ser pensada como a destruição de algumas formas de saber, à inferiorização de experiências humanas atreladas ao local e a memória coletiva, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do progressistas, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas e que no local da prisão enquanto um museu memorial, poderiam ser constantemente ressignificadas.

O significado que o memorial projetava para a nova sede da UA era de demonstrar seu esforço para informar as audiências continentais e internacional das preocupações sobre os problemas dos direitos humanos. Nesse sentido, a opinião pública a nível global e o valor agregado a ela com essa construção feita pelo bloco africano em sua nova sede, corroborou com o projeto de renovação institucional, preservando aspectos da narrativa em defesa da sociedade civil e dos direitos democráticos do que quanto aos acontecimentos históricos atrelados a prisão. O significado que o memorial projetava para a nova sede da UA era de demonstrar seu esforço para informar as audiências continentais e internacional das preocupações sobre os problemas dos direitos humanos. Conforme a Nota Conceitual do MDHUA, publicada em 2016, a transformação da OUA para UA denotou o novo começo de

---

<sup>144</sup> No original: “The plan for an AU human rights memorial originated from a resolution taken on 7 April 2004, on the occasion of the tenth anniversary of the genocide in Rwanda, adopted by the Committee of Permanent Representatives to the AU and sponsored by Rwanda. This resolution made the commemoration of the genocide in Rwanda on 7 April an annual event in the AU calendar. The resolution also committed the Commission to the remembrance of the abuses of the Red Terror, and the recognition of the fact that the site of the new AU Conference and Office Complex was the historical location of the former Addis Ababa prison, Alem Bekagn, the site of atrocities prior to, and during Dergue rule, in Ethiopia.”

uma “organização baseada em pessoas”<sup>145</sup> (African Union, 2016, p.1) e o papel do projeto enquanto representante da função prevista pela justiça transicional de local de memória correspondendo assim a “esforços para a promoção da paz e dos direitos humanos no continente”<sup>146</sup> (IDEM) de modo a:

“construir sobre o progresso feito pelos povos e instituições africanas. Ao aumentar o perfil da memorialização dentro da UA, as gerações atuais e futuras serão informadas sobre as causas, consequências e lições de guerras passadas e episódios de ditadura e violações dos direitos humanos”<sup>147</sup> (IDEM, p.2)

A função pedagógica atrelada a memória funcionaria como um lembrete e um reconhecimento projetado para a dimensão diplomática da UA, considerando o apagamento físico e narrativo da prisão e seu significado político-social para paisagem memorial do país. Principalmente, conforme apontado pelo livreto de 2012, o MDHUA representou o compromisso institucional com a memória traumática, inserindo esse memorial em debate aos demais esforços populares do país e em todo o continente na seção intitulada “Ligando o MDHUA ao resto dos memoriais da África”<sup>148</sup> onde o Memorial do Terror Vermelho na Etiópia, o Memorial do Genocídio de 1994 em Ruanda, o Memorial do Apartheid, o Memorial da Escravidão no Senegal e Gana, e o Lari Museu da Paz no Quênia, foram mencionados enquanto o contexto memorialista do continente ao qual a ação da UA buscou somar seus esforços (AFRIAN UNION COMMISSION, 2012, p.9-12).

As considerações apresentadas na documentação, fazem referência a necessidade de se pensar formas de estabelecer a prosperidade e estabilidade a partir de um compromisso continental através da política internacional africana. Entre os anos subsequentes a inauguração da UA, percebemos que organização atuou enquanto paladina dos direitos humanos no continente, em especial para a comunidade internacional. A narrativa construída pela UA convergiu com a finalidade de transmitir esse compromisso:

Por 45 anos, e durante toda a vida da OUA e a primeira meia década da UA, a instituição esteve situada adjacente e com vista para Alem Bekagn. Funcionários e visitantes estavam cientes dos assassinatos e abusos cometidos lá, mas eles, como o resto do mundo, permaneceram em silêncio. Em 2004, uma nova prisão central foi construída. A UA recebeu o terreno onde ficava Alem Bekagn e, em 2007, a prisão foi demolida em preparação para o novo complexo de Conferência e Escritório da UA. Enquanto todos os vestígios da prisão foram erradicados, a UA abandonou sua história de indiferença. A UA reconheceu as atrocidades em Alem Bekagn e está

---

<sup>145</sup> No original: “people-based organisation”.

<sup>146</sup> No original: “efforts towards the promotion of peace and human rights on the continente”.

<sup>147</sup> No original: “build upon progressmade by African people and institutions. By raising the profile of memorialization within the AU, current and future generations will be informed about the causes, consequences and lessons of past wars and episodes of dictatorship and human rights violations.”

<sup>148</sup> No original: “Linking the AUHRM to the rest of Africa’s Memorials”.

empenhada em preservar a memória do infame legado e em dizer 'nunca mais'. (AFRICAN UNION COMMISSION, 2012, p.7)

Ainda que a atuação da municipalidade etíope quanto a demolição tenha o peso decisivo, a organização internacional africana concordou com o andamento do projeto. O conhecimento produzido no local e sobre ele, bem com a sequência dada ao projeto, demonstram que o tratamento político e jurídico concedido ao local e ao ocorrido em Alem Bekagn não foi aleatório, foi sistematizado enquanto operação institucional. A memória oficial atrelada a nova da UA corresponde a da demolição, e as consequências desse feito, foram aceitas enquanto mudança física e narrativa para o projeto de memorialização da União Africana.

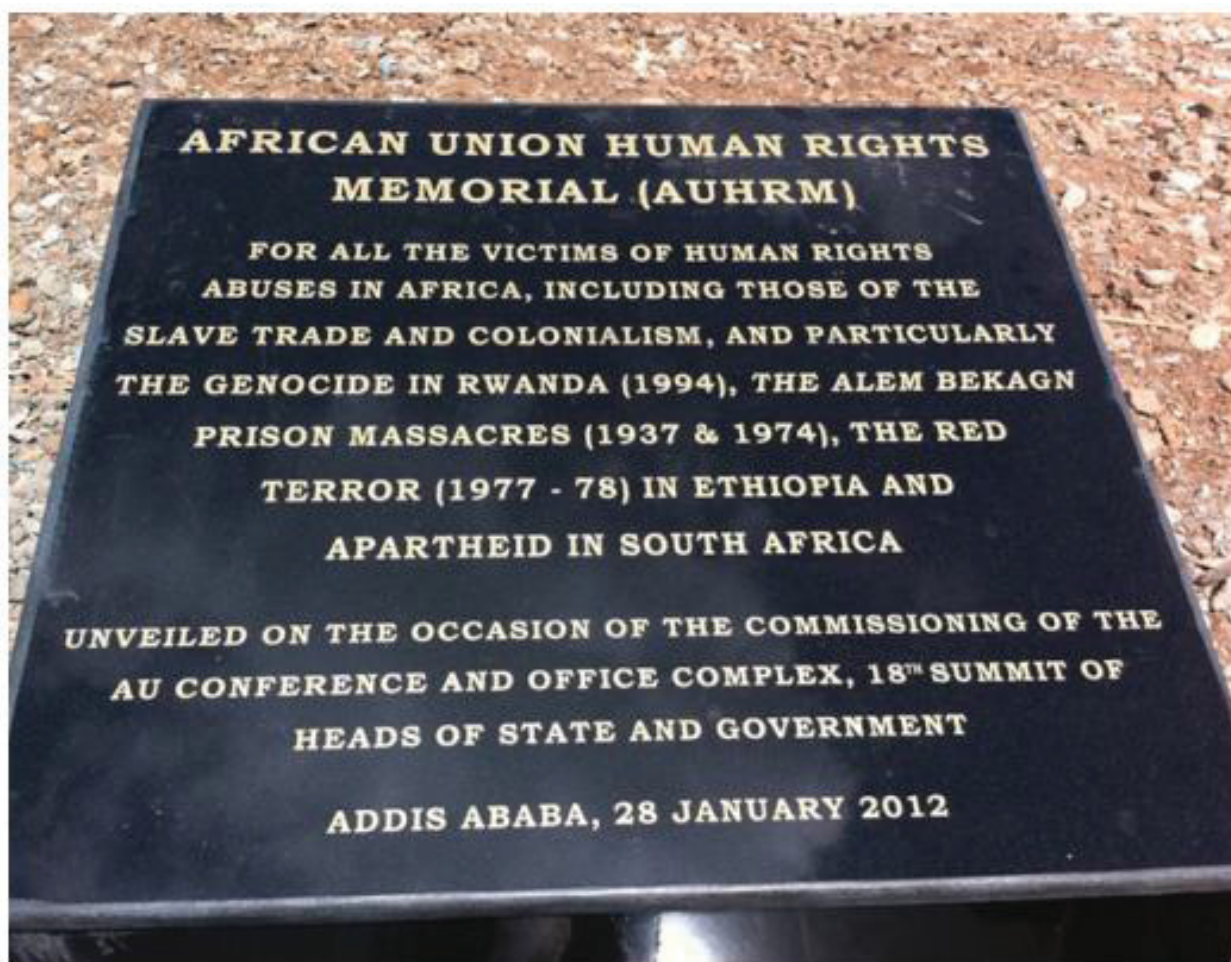


Figura 15 - Pedra Fundacional do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana, 2012.

Fonte: African Union Commission: "The African Union Human Rights Memorial: Remembering Victims of Mass Atrocities in Africa. In Memory of Alem Bekagn: 'Farewell to the World'". 2012, p.15.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, nossa intenção foi entender o processo de construção do Memorial dos Direitos Humanos da União Africana através dos interesses institucionais envolvidos nessa decisão, suas relações históricas com a Etiópia e a diplomacia global. Buscamos em uma recuperação histórica a partir da documentação oficial, desde a formação do bloco africano em 1963 até a sua transição de OUA para UA nos anos 2000, traçar a lógica por trás dessa transformação institucional, identificando o Memorial como parte integrante desse processo de reorganização partido do vínculo estabelecido com os direitos humanos. Inicialmente, compreendemos a instituição e sua necessidade de elaborar sobre as independências dos países e o futuro do continente africano em meio as relações internacionais. Assim, no contexto dos anos 1960, identificamos as alianças que prefiguraram o bloco, como os grupos em tensão, Monróvia e Casablanca, traçando suas principais aproximações e distanciamentos através da política estabelecida por seus líderes. Em 1963 ao unirem-se sob OUA, apresentamos quais interesses compartilhados, entre aspectos econômicos e dos direitos políticos, foram organizados como meio de marcar a soberania dos países frente ao imperialismo. Ao investigarmos a escolha de Adis Abeba para abrigar a sede administrativa do bloco, apresentamos como o imaginário de um local independente, associado a neutralidade diplomática de seu então governante, Haile Selassie. Dessarte, sugerimos que os direitos humanos empregados para nomear o memorial no lugar de genocídio, compõe as buscas por essa neutralidade associada as relações diplomáticas do bloco.

A projeção de imaginários sobre a história nacional etíope nesse cenário de criação da unidade africana, foram apresentados aqui com a intenção de visualizar como os interesses políticos foram articulados a nível continental, as prerrogativas e tendências mundiais em 1960 e posteriormente, nos anos 2000. Sobre o contexto do início do século XXI, associamos a intenção de revitalizar e se reconfigurar enquanto União Africana, a reinserção dos direitos humanos às políticas e ações da instituição, uma vez que foi criticada por isso. A transformação para além do acrônimo significou reafirmar sua auto representatividade enquanto defensora e articuladora dos direitos humanos no continente, frente a acusações divergentes da opinião internacional. Ainda assim, percebemos que sua atuação continuou a refletir compromissos conservadores e estado-centrados.

Apresentamos a construção da diplomacia africana atrelada a história da Etiópia, pensando de que maneira a formação do território nacional etíope acompanhou as projeções

da soberania dos estados-nação no continente. Para desse modo, analisarmos as guerras conhecidas como ítalo-etíopes, para além de seus resultados materializado em acordos e estabelecimento de limites geográficos, compreendendo importantes distinções e imaginários quanto ao país, dentro e fora do continente africano. Cito aqui os simbolismos por trás da vitória de Menelik II e seus significados para o movimento Pan-africano, pontuando a influência que representou enquanto espaço diplomático para os líderes africanos entre as potências econômicas do período. Nesse sentido, nos distanciamos dos estudos que compreendem a construção do estado moderno nos países africanos somente a partir de referenciais étnicos e religiosos, focando nas negociações políticas a nível local e sua projeção na conjuntura global do século XX para o XXI. Pudemos perceber que a historiografia nacional etíope vinculou ao colonialismo o referencial político para que seus dirigentes encontrassem o inimigo aglutinador de seus projetos nacionalistas. A discursividade dos historiadores africanos excluiu a crítica interna dos estadistas africanos. A atualização das estruturas coloniais foi obliterada pela ‘eterna seqüela do colonialismo’. Os problemas políticos contemporâneos – do século XXI – são interpretados como consequências de um passado colonial e não, resultantes das políticas implementadas pelos líderes africanos ao longo do processo de construção dos estados-nação no continente africano.

A efervescência do campo político e intelectual dos anos 1960 e 1970, foi acompanhada pela intimidação as dissidências políticas nos países recém independentes, queremos apontar com essa afirmativa, para os conflitos internos que expuseram as relações entre a elite governamental da África autônoma e a população. Nesse ínterim, as conexões entre o exercício da violência e a construção da autoridade política dizem respeito a territorialização da soberania, o exercício do domínio tendo no espaço sua matéria prima (MBEMBE, 2018, p.39). No caso etíope, o reconhecimento da oposição política pelo DERG como questão de segurança nacional, ressignificou a resistência em criminalidade, sendo considerada parte necessária do projeto político, o Terror Vermelho foi operado como meio de exercer a soberania e manter a unidade do domínio territorial. E em alguma medida, apontamos para a consonância dessas medidas com as prerrogativas internacionais do estado-nação. Mesmo que sejam contrárias as dos direitos humanos, a necessidade de cumprir a agenda internacional para os estados permitiu a construção de um inimigo difuso e as elites africanas nas dimensões políticas regionais, resolveram os conflitos e tensões locais sem assumir as perseguições encadeadas como projeto político e sim, necessidades do estado-nação e consequências do imperialismo.

A associação entre os líderes políticos no continente e as ações do bloco firmou a relevância da instituição enquanto representante dos esquemas, negociações e contradições a nível da política internacional africana. Para tanto, o projeto do NEPAD e os Direitos Humanos foram conjuntamente articulados nessa pesquisa, buscando salientar a relevância dos discursos de proteção humanitária vinculados a realização de projetos de ajuda humanitária, reafirmando o poder econômico vinculado a essas narrativas. Os compromissos do projeto de memorialização estudado, convergem com os interesses gerais daqueles que protagonizam entre os representantes das instituições envolvidas. Ao tratar da memória e do trauma de forma coletiva, as rupturas e continuidades acertadas na memória oficial refletiram significativamente a distância entre os compromissos narrativos e as ações por parte da UA quanto sua responsabilidade social. Acreditamos que, historicizar o processo de elaboração desse memorial, desde sua base histórica sendo as relações da organização africana com os direitos humanos, seja uma maneira de entender a memorialização dos crimes contra a humanidade não somente como um problema de estado, mas enquanto realizações diplomáticas e institucionais, notoriamente em contextos pós-conflito na passagem do século XX para o XXI. E na conjunta africana do século XXI, representou uma importante ferramenta social para propor a passagem de um passado colonial, para um presente independente, no qual os problemas contemporâneos são desvinculados de sua base histórica local. A proposta de articular a narrativa institucional em meio aos acontecimentos históricos, nos permitiu escancarar as contradições inerentes nessa memorialização encabeçada pela UA.

A intenção de tornar possível identificar que o processo de elaboração do MDHUA englobou uma trama entre a memória e os espaços físicos, crimes contra a humanidade e entidades institucionais nacionais e internacionais encontrou uma chave de sentido no conceito de genocídio. Aqui mais uma vez, articulamos a história etíope com a da diplomacia africana, pensando nas dimensões imbricadas entorno de Alem Bekagn, os julgamentos do Terror Vermelho e as ações da OUA naquele contexto. Associando a opinião pública aos feitos da UA, percebemos como o memorial poderia ser importante indicativo de sua mudança institucional quanto a possibilidade de interferência em casos de crimes contra os direitos humanos e genocídio, ainda assim, percebemos um hiato entre o compromisso discursivo de sua reformulação e sua atuação nos problemas do continente.

A responsabilidade da organização foi assumida independente de não ter sido realizada através da preservação do edifício prisional como museu, no entanto, não levar adiante partes do projeto como o nome *Genocide Memorial Museum* ou a preservação de parte da prisão para visitação, foram interpretados como indicativos dessa tendência em

preservar os interesses dos estados e não dos povos. Se no período da OUA os direitos humanos eram pensados como meio de sobrevivência para a soberania dos estados africanos recém independentes, no contexto da virada do século, a UA continuou a tarefa de estabelecer a relação com esses parâmetros universais, ainda sob a primazia das necessidades e interesses estatais. No entanto, mesmo que de forma narrativa, assumiu o compromisso de estender essa proteção a sociedade civil. Nossas investigações apontaram ainda, para a relação entre esse vínculo institucional e a necessidade de respaldo internacional para continuar operante e mantendo suas atribuições no campo das negociações financeiras. Ademais, ressaltamos aqui as imbricações que as disputas entre as elites dirigentes africanas, representou para a construção da sua unidade internacional, apontando para as principais tendências assumidas no escopo da organização.

Em seus artigos acadêmicos, De Waal propôs o conceito de *buried memory* para problematizar as idas e vindas do projeto de construção do memorial, pois em sua perspectiva os saldos desse esforço memorialista foram reduzidos perdendo valor e impacto pedagógico do local de memória ao não preservarem o antigo prédio como museu. No entanto, identificar a efetividade da memorialização através dessa correspondência entre impacto visual e prevenção histórica, reafirma a memória como meramente pedagógica, desassociando o real compromisso político das ações de defesa dos direitos civis. A demolição como uma barbárie institucional apontada por De Waal que publicizou a sua indignação para mídias internacionais, gerou fôlego para sua crítica alinhada a opinião internacional sobre a atuação da organização africana em relação aos conflitos no continente. Problematizamos essa relação estabelecida pelo autor, por fazer valer ou ao menos reproduzir a lógica dos direitos humanos quanto ao paradigma do bárbaro *versus* selvagens, pensando na incapacidade de lidar com seus próprios processos históricos. Com base nos testemunhos apresentados por Bridget Conley (2019) os sobreviventes e familiares das vítimas defenderam a validade e necessidade do MDHUA com ou sem o prédio de Alem Bekagn – e em alguns relatos, foi considerada desnecessária, e até mesmo sufocante, a presença desses espaços traumáticos nas paisagens urbanas. Entre os apontamentos de sobreviventes, percebemos que Hirut Abebe-Jiri reafirmou o valor do memorial independente da preservação da prisão – mesmo ressaltando a importância que teria ao menos uma ala aberta para visitação do antigo prédio no projeto de memorialização da UA – enquanto que o também sobrevivente e prefeito etíope, Kuma Demeksa negou veementemente a necessidade da presença daquele prédio, salientando que olhar para a prisão era uma forma de lembrança permanente daquilo que ele gostaria de esquecer enquanto trauma e representação política. Ainda assim, ao compreendermos o



vínculo de Abebe-Jiri com os demais projetos de memorialização na Etiópia, como o memorial dos mártires, e o de Demeksa, em revitalizar e reformular a cidade de Adis Abeba podemos perceber que a memória enquanto objeto de debate, dependente também, dos vínculos sociais estabelecidos.

O trauma enquanto experiência subjetiva com base em acontecimentos coletivos jamais será resolvido por instituições ou medidas oficiais, acreditamos que as ferramentas pedagógicas da memória podem não curar as feridas daqueles que experimentaram e continuamente revivem o passado de violência. No entanto, a importância das narrativas e construções físicas para as gerações que vivem esses períodos somente enquanto passado, reinsere no campo da história a memória de experiências de violência política e o sofrimento social enquanto reconhecimento.

Ressaltamos como consideração final, que as contradições não se encerram nem se resolvem na memória enquanto projeto institucional, de igual forma os crimes e violência perpetrados pelo estado e seus líderes não serão evitados por acordos internacionais e lugares de visitação. Sem o envolvimento social, o significado dessas ações continua em uma dimensão inacessível sem dialogar com a experiência humana. A violência das continuidades históricas permanece mesmo que sob novas formas e que nos meios legais e oficiais estejam alojadas nos lugares de memória como questões resolvidas, pertencentes à um passado encerrado e que não irá se repetir nunca mais.

## DOCUMENTOS

AFRICAN UNION. African Union Human Rights Memorial (AUHRM) - Concept Note. Addis Ababa: Ethiopia, 2016. Disponível em: <<https://au.int/en/documents/20161213/auhrm-concept-note>> Acessado em: 08/06/2023.

\_\_\_\_\_. Speeches & Statements Made at the First Organization of African Unity 1963 (OAU) Summit. Etiópia: Addis Ababa, 2013, pp.246.

UNIÃO AFRICANA. Declaração Sirte. Sirte: Líbia, 1999. Presente no relatório geral "INTRODUCTORY REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL" disponível em: <<https://archives.au.int/handle/123456789/2832>>. Acessado em: 02/06/2023.

\_\_\_\_\_. Acto Constitutivo da União Africana. Lomé: Togo, 11 de julho de 2000. Documento inaugural da União Africana, de responsabilidade dos Chefes de Estado da ainda Organização da Unidade Africana. Disponível em: <<https://au.int/en/treaties/constitutive-act-african-union>>. Acessado em: 11/06/2023.

\_\_\_\_\_. Declaração de Durban: Primeira Sessão Ordinária da União Africana. Durban: África do Sul, 10 de julho de 2002. Disponível em: <[https://au.int/sites/default/files/decisions/9549assembly\\_en\\_9\\_10\\_july\\_2002\\_assembly\\_heads\\_state\\_government\\_first\\_ordinary\\_session\\_0.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9549assembly_en_9_10_july_2002_assembly_heads_state_government_first_ordinary_session_0.pdf)>. Acessado em: 11/06/2023.

\_\_\_\_\_. Relatório do Presidente do Conselho Executivo sobre a Comemoração do Genocídio no Ruanda – 7 de abril de 2004. Disponível em: <<https://archives.au.int/handle/123456789/4381>> Acessado em: 11/06/2023.

AFRICAN UNION COMMISSION. COMMUNIQUE: The African Union Commission Convenes a Consultative Seminar on The Human Rights Memorial At The AU Headquarters. Addis Ababa, 2011. Disponível em: <<https://www.peaceau.org/en/article/the-african-union-commission-convenes-a-consultative-seminar-on-the-human-rights-memorial-at-the-au-headquarters>> Acessado em: 30/06/2023.

\_\_\_\_\_. The African Union Human Rights Memorial: Remembering Victims of Mass Atrocities in Africa. In Memory of Alem Bekagn: 'Farewell to the World'. Addis Ababa, 2012. Disponível em: <<https://www.peaceau.org/uploads/auhrm-booklat.pdf>> Acessado em: 20/06/2023.

FEDERAL DEMOCRATIC REPUBLIC OF ETHIOPIA. COMBINED REPORT (Initial and Four Periodic Reports 1998-2007) To the African Commission on Human and Peoples' Rights. Implementation of the African Charter on Human and Peoples Rights. Disponível em: <<https://www.achpr.org/states/statereport?id=83>> Acessado em: 25/08/22.

NEGARIT GAZETA, TRANSITIONAL PERIOD CHARTER OF ETHIOPIA. Addis Ababa, 21th Year - No. 1. 22nd July 1991.

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. OUA Charter. Assembly. Ethiopia: Addis Ababa, 1963, pp.11. Disponível em: <[https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau\\_charter\\_1963.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf)> Acessado em: 05/06/2023.

\_\_\_\_\_. “RESOLUTIONS ADOPTED BY THE FIRST CONFERENCE OF INDEPENDENT AFRICAN HEADS OF STATE AND GOVERNMENT HELD IN ADDIS ABABA”. Summit Conference. Ethiopia, 22-25th May, 1963, pp.14. Disponível em: <[https://au.int/sites/default/files/decisions/32247-1963\\_cias\\_plen\\_2-3\\_cias\\_res\\_1-2\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/32247-1963_cias_plen_2-3_cias_res_1-2_e.pdf) > Acessado em: 02/06/2023.

UNITED STATES. Department of Housing and Urban Development. *Housing in Ethiopia*. Office of International Housing, Country Report Series, 1966. Disponível em: <[https://play.google.com/store/books/details?id=8P6Mj0P\\_NVwC&rdid=book-8P6Mj0P\\_NVwC&rdot=1](https://play.google.com/store/books/details?id=8P6Mj0P_NVwC&rdid=book-8P6Mj0P_NVwC&rdot=1)> Acessado em: 10/06/2023.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAY, Alemseged. Nationalism in historic Ethiopia. *Nationalism and ethnic politics*, v. 16, n. 3-4, p. 269-289, 2010.

ABBINK, G. Jon; BRÄUNLEIN PJ, Lauser A. The impact of violence: the Ethiopian 'Red terror' as a social phenomenon. *Krieg und Frieden: Ethnologische Perspektiven*, p. 129-145, 1995.

ADEJUMOBI, Saheed A. *The History of Ethiopia*. Greenwood Publishing Group, 2007.

BERHE, Aregawi. "Revisiting resistance in Italian-occupied Ethiopia: The Patriots' Movement (1936-1941) and the redefinition of post-war Ethiopia." IN: ABBINK, Gerrit Jan; DE BRUIJN, Mirjam; VAN WALRAVEN, Klaas (Ed.). *Rethinking resistance: revolt and violence in African history*. Brill, 2003, p.87-113.

BOTHA, Jadé. "Haile Selassie Statue at the African Union Headquarters," A Contested Histories. Occasional Paper, VIII (January 2022). Disponível em: <<https://contestedhistories.org/wp-content/uploads/Contested-Histories-Occasional-Paper-VIII-Haile-Selassie-stature-at-the-AU.pdf>> Acessado em: 20/06/2023.

CARDOSO, Nilton César Fernandes; DA CONCEIÇÃO, Guilherme Geremias; SARDO, Igor Estima. ETHIOPIAN REGIONAL ASCENSION: ETHIOPIA'S FOREIGN POLICY FROM MENGISTU HAILÉ MARIAM TO ABIY AHMED ALI. *Brazilian Journal of African Studies*, v. 6, n. 11, 2021.

CONLEY, Bridget. *Memory from the Margins: Ethiopia's Red Terror Martyrs Memorial Museum*. Springer, 2019.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: *Anthropology in the Margins of the State*, 2004, p. 3-33.

DE WAAL, Alex; IBRECK, Rachel. Alem Bekagn: The African Union's accidental human rights memorial. *African Affairs*, v. 112, n. 447, p. 191-215, 2013.

DE WAAL, Alex. What's new in the 'New Partnership for Africa's Development'? *International Affairs*, 78(3), 2002, pp.463-476. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.00261>

\_\_\_\_\_. "Human Rights and the African Union: Memory and Forgetting" In: *African Arguments*. DECEMBER 28, 2007.

\_\_\_\_\_. "An Accidental Monument to African Ambivalence". In: *The New York Times*. NOVEMBER 11, 2011.

\_\_\_\_\_. "Remember Alem Bekagn - Alex de Waal in Addis Ababa". In: *London Review of Books*. Vol. 34 No. 2 · 26 January 2012.

DÖPCKE, Wolfgang. Sai a organização de unidade africana-entra a união africana: novas encenações do continentalismo africano. *Meridiano 47 - Boletim de Análises de Conjuntura das Relações Internacionais: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, v.28/29, p.1-4, Nov.Dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, p. 146-155, 2002.

EJIGU, Alazar G. History, modernity, and the making of an African spatiality: Addis Ababa in perspective. In: *Urban Forum*. Springer Netherlands, 2014. p. 267-293

ENYEW, Alebachew Birhanu. Transitional Justice and the Creation of a Human Rights Culture in Ethiopia. *Dissertation*, (Masters in Theory and Practice of Human Rights) University of Oslo, 2008.

FANON, Frantz. *Em Defesa da Revolução Africana*. Tradução de Isabel Pascoal, 1980.

FAYISSA, Bichaka. Rent Seeking Behaviour of the Ethiopian Rulers as a Constraint to the Economic Development of the Oromo People. *The Oromo Commentary*. v. II, n. 1, p. 17-20, 1992.

FEIERSTEIN, Daniel. *Genocide as social practice: reorganizing society under the Nazis and Argentina's military juntas*. Rutgers University Press, 2014.

FERNANDES, Márcia. A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações. *Sankofa* (São Paulo), v. 9, n. 17, p. 99-117, 2016.

GALLI, Jacopo. Aspirations and Contradictions in Shaping a Cosmopolitan Africa: Arturo Mezzedimi in Imperial Ethiopia. *ABE Journal. Architecture beyond Europe*, n. 9-10, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. trad. Laurent León Schaffter, Vertice, São Paulo, 1990.

HALL, John G. *Ethiopia in the Modern world*. Chelsea House Publishers, 2003.

HAMAD, S. O.; KITIGWA, M. M. What is new in the New Partnership for Africa's Development (NEPAD). *Huria: Journal of the Open University of Tanzania*, v. 23, n. 1, p. 114-129, 2016.

HENRI, Lefebvre. *The Production of Space*. Tradução de Donald Nicholson-Smith, 1991.

HENZE, Paul B. *Layers of time: A History of Ethiopia*. Palgrave Macmillan, New York, 2000.

JACKSON, R., SORENSEN, G., & MOLLER, J. Why Study IR? IN: J JACKSON, R., SORENSEN, G., & MOLLER, J. *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*. Seventh edition, (pp.3-33) Oxford University Press, USA, 2019.

KISSI, Edward. Africa and Human Rights. p.1089–1107 IN: SHANGUHYIA, Martin S.; FALOLA, Toyin (Ed.). *The Palgrave Handbook of African Colonial and Postcolonial History*. New York/NY: Palgrave Macmillan, 2018.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra II*. Trad. Américo de Carvalho. Viseu: Biblioteca Universitária, 1972.

LATA, Leenco. *The horn of Africa as common homeland: The state and self-determination in the era of heightened globalization*. Wilfrid Laurier Univ. Press, 2006.

LEGIDE, Kinkino Kia. The Facets of Transitional Justice and 'Red Terror' Mass Trials of Derg Officials in Post-1991 Ethiopia: Reassessing its Achievements and Pitfalls. *Journal of African Conflicts and Peace Studies*, v. 4, n. 2, p. 6, 2021.

LEVIN, Ayala. Haile Selassie's Imperial Modernity: Expatriate Architects and the Shaping of Addis Ababa. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 75(4), 447–468, 2016.

MARQUES, Alexandre K. Etiópia: um símbolo de africanidade. *Historien – Revista de História*, Petrolina, nº.4, out./abr. 2011.

\_\_\_\_\_. "A questão Ítalo-Abissínia": os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. 226f. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2008.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos afro-asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

\_\_\_\_\_. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

METAFERIA, Getachew. *Ethiopia and the United States: History, diplomacy, and analysis*. Algora Publishing, 2009.

MILKIAS, Paulos. METAFERIA, Getachew. (Ed.) *The Battle of Adwa: reflections on Ethiopia's historic victory against European colonialism*. Algora Publishing, 2005.

MOSES, Anthony Dirk. *The problems of Genocide: Permanent Security and the Language of Transgression*. Cambridge University Press, 2021.

MUDIMBE, Valentin Yves. *The idea of Africa*. Indiana University Press, 1994, p.xi-xvii, 1-37.

\_\_\_\_\_. A invenção de África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013, p.1-42.

MURRAY, Rachel. *Human rights in Africa: from the OAU to the African Union*. Cambridge University Press, 2004.

NAIDU, Ereshnee. Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito na África: Potenciais e Desafios. IN: BIX, Gabriel. (ed). *Fortalecimento da Memória, Justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul*. Brasília: Comissão Brasileira de Anistia, Ministério da Justiça; Nova York: Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, 2015.

NANDY, Ashis. The State: The fate of a concept. IN: *The Romance of the State: and the fate of dissent in the tropics*. Oxford University Press, 2007, p.1-14.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.

OTELE, Olivette; GANDOLFO, Luisa; GALAI, Yoav (Ed.). *Post-Conflict Memorialization: Missing Memorials, Absent Bodies*. Springer Nature: 2021.

OFCANSKY, P. Thomas, BERRY, LaVerle. (Ed) Ethiopia: a country study. Federal Research Division, Library of Congress, 4.ed. 1993.

OWEN J. Dwyer. Location, Politics, and the Production of Civil Rights Memorial Landscapes. *Urban Geography*, v.23:1, p. 31-56, 2002.

PANKHURST, Richard. Italian fascist war crimes in Ethiopia: A history of their discussion, from the League of Nations to the United Nations (1936-1949). *Northeast African Studies*, v. 6, n. 1/2, p. 83-140, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RABELO, Caio Leite; GUIMARÃES, Natália Cordeiro. UMA RENASCENÇA?: PROTAGONISMOS NA UNIÃO AFRICANA. *Revista Cadernos Internacionais*, v. 7, n. 2, 2014.

RICHARD, Nelly. *Crítica de la Memoria, 1990-2010*. Ediciones Universidad Diego Portales: 2010.

SALAZAR, Philippe-Joseph. Great Speeches of Africa's Liberation. African Yearbook of Rhetoric. University of Cape Town: South Africa. Vol. 2 No. 3. 201p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena. Introdução: o pluriverso dos Direitos Humanos. IN: *O pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*, p. 13-36, Autêntica: 2019.

SILVA, Joilson de Araujo Martins Andrade. União africana: desafios políticos e perspectivas de cultura no limiar do século XXI. *Dissertação de Mestrado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

TAREKE, Gebru. *The Ethiopian revolution, war in the Horn of Africa*. New Haven, Yale University, 2009.

TESSEMA, Marshet Tadesse. *Prosecution of Politicide in Ethiopia: The Red Terror Trials*. Springer, 2018.

THWAITE, Daniel. "Ethiopia a Pawn in the Game" IN: *The Seething African Pot: A study of Black Nationalism, 1882-1935*. Negro Universities Press, Westport: Constable, 1936 (1970), p.189-235.

- TIBEBU, Teshale. *The making of modern Ethiopia: 1896-1974*. The Red Sea Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Ethiopia: The "anomaly" and "paradox" of Africa. *Journal of Black Studies*, v. 26, n. 4, p. 414-430, 1996.
- TIEKU, Thomas Kwasi. Explaining the clash and accommodation of interests of major actors in the creation of the African Union. *African Affairs*, 103, pp. 249-267. 2004.
- TIRUNEH, Andargachew. *The Ethiopian revolution 1974-1987: A transformation from an aristocratic to a totalitarian autocracy*. Cambridge University Press, 1993.
- TOGGIA, Pietro. The revolutionary endgame of political power: the genealogy of 'red terror'. In: Ethiopia. *African Identities*, v. 10, n. 3, 2012, p. 265-280
- TOLA, Babile. *To kill a generation: the Red Terror in Ethiopia*. Free Ethiopia Press, 1989.
- TOLA, Muluaem Daba. The Political and Historical Representation of Statues in Three Ethiopian Consecutive Regimes (1889 - Present). *Social Sciences*. v. 6, nº. 2, 2017, pp. 35-44.
- TURNER, John, W. Historical Setting. IN: OFCANSKY, P. Thomas, BERRY, LaVerle. (Ed) *Ethiopia: a country study*. Federal Research Division, Library of Congress, 4.ed. 1993, capítulo 1, p. 1-67.
- VAN DER BEKEN, Christophe. Ethiopia: from a centralised monarchy to a federal republic. *Afrika Focus*, Vol. 20, Nº. 1-2, 2007, p. 13-48.
- VALENTE, Francisco. Relações interafricanas: a organização da unidade africana e o esforço para a união do continente. *Africa*, n. 9, p. 113-127, 1986.
- VISENTINI, P. F. A Revolução Etíope. In: *As Revoluções Africanas: Angola Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 125-175.
- WAHBEH, Jacqueline. DO IMPÉRIO À REVOLUÇÃO: A ETIÓPIA DE 1974 E SUAS TRANSFORMAÇÕES. 2017, 95p. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, 2017.
- WIEBEL, Jacob. *Revolutionary Terror Campaigns in Addis Ababa, 1976-1978*. 2014, 370 p. *These* (Doctor of Philosophy in History) University of Oxford, 2014.
- ZEWDE, Bahru. *A history of modern Ethiopia, 1855–1991*. Ohio University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *The quest for socialist utopia: the Ethiopian student movement, c. 1960-1974*. Boydell & Brewer Ltd, 2014